

**RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
DE 2018**

EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor
Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Departamento de Comissões
Diretora
Aparecida de Moura Andrade

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da
Câmara dos Deputados
Secretário-Executivo
Edilson Holanda
1ª Substituta - Chefe do Serviço de Comissão
Clesione Alves Gomes
Equipe de Apoio
Adriana Goretti De Miranda Chaves
Ana Claudia De Araujo
Carlos Alberto De Aquino Mariani
Eliana Mesquita Hupsel
Jayme Antônio de Souza Júnior
Lívia Maria Pontes Vieira Loli
Marcelo Rafael Rech
Marcelo Ramos da Silva
Pró-Adolescentes
Katiany Bispo de Jesus
Cleudes Levina de Jesus Ribeiro Neta

Ficha Técnica do Relatório 2018

Textos: Marcelo Rafael Rech
Fotos: créditos nas imagens
Projeto gráfico, diagramação: Marcelo Ramos
Capa: Marcelo Ramos e Gabriel Almeida
Revisão: Edilson Holanda

Câmara dos Deputados
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da
Câmara dos Deputados
Anexo II, Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP 70.160-900
Telefone: 3216-6738

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura - 2015 - 2019
4ª Sessão Legislativa

Presidente
Nilson Pinto (PSDB-PA)

1º Vice-Presidente
Paulo Abi-ackel (PSDB-MG)

Diretor-Geral
Lúcio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Apresentação	5
Membros da Comissão	9
Subcomissões	21
Quadro Demonstrativo	23
Proposições Apreciadas	25
Requerimentos Apreciados	31
Sugestões de Emendas Apresentadas à LDO e à LOA	35
Audiências Públicas	39
Seminários	55
Outros Eventos	63
Visitas de Representações Diplomáticas e Visitas Técnicas	101
Atividades na CREDN	165



Apresentação

Apresentação

O fortalecimento das políticas de Estado foi o caminho que defini ao assumir, em março de 2018, a honrosa missão de presidir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. Designado pela liderança do meu partido, o PSDB, desde o primeiro momento tive consciência de que enfrentaríamos o desafio de trabalhar em um ano atípico, marcado por eleições gerais.

Empenhei-me em cumprir a tarefa de dar seguimento aos trabalhos realizados por meus antecessores, os deputados Bruna Furlan (PSDB-SP), Pedro Vilella (PSDB-AL), Jô Moraes (PCdoB-MG), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Nelson Pellegrino (PT-MG).

Ao longo de 2018, deparamo-nos na CREDN com várias questões, internas e externas, que exigiram do Brasil um posicionamento assertivo no concerto das Nações. Por meio da Diplomacia Parlamentar, a CREDN deu importante contribuição, não apenas aos debates, mas também à apreciação dos acordos e tratados firmados pelo nosso país com a comunidade internacional.

Ao dedicar atenção aos grandes temas das Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a CREDN cumpriu proveitosa agenda. Este Relatório detalha todos os trabalhos e ações que realizamos durante o ano de 2018. Trata-se de um documento construído de forma suprapartidária, por todos aqueles que integraram o Colegiado neste período.

Ao longo do ano, realizamos 16 reuniões deliberativas, nas quais aprovamos 30 acordos internacionais, dez projetos de lei e dois projetos de decreto legislativo. Apreciamos, ainda, 30 requerimentos que resultaram em sete audiências públicas, dois seminários internacionais e duas palestras proferidas por mim. Também votamos e aprovamos 11 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Como presidente da CREDN, recebi 22 embaixadores e diplomatas estrangeiros, com os quais dialoguei sobre o papel do Brasil no mundo, suas posições acerca dos mais diferentes conflitos e agendas, e sobre as relações bilaterais. Concedi audiências aos embaixadores Georg Witschel (Alemanha), Akira Yamada (Japão), Yossi Shelley (Israel), Nabil Adghoghi (Marrocos), Hafsa Abdullah Mohammed Sharif (Emirados Árabes Unidos), David Solomonia (Geórgia), Vicente Rojas Escalante (Peru), Alejandro Arias Zarzuela (República Dominicana), João Gomes Cravinho (União Europeia), Gustavo Vanerio (Uruguai), Mohamad Khafif (Síria), Elkhani Polukhov (Azerbaijão), Hisam Alqahtani (Arábia Saudita), Rostyslav Tronenko (Ucrânia), Seyed Ali Saghaeyan (Irã), Veljko Lazic (Sérvia), Ibrahim Alzeben (Palestina), Sinknesh Ejigu (Etiópia), Hedi Soltan (Tunísia), George Wilfred Talbot (Guiana), Nelson Manuel Cosme (Angola) e Lorena Martínez (Nicarágua). Tais diálogos contribuíram para ampliarmos a nossa percepção acerca da influência e do peso do Brasil no cenário internacional, além de adensarmos as nossas relações com os países amigos.

Um dos mais importantes eventos da CREDN, em 2018, foi a realização, em 12 de junho, do seminário “Quarenta anos do Tratado de Cooperação Amazônica - Sustentabilidade: um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia”, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Destinado a celebrar as quatro décadas desde a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e debater as perspectivas de aprofundamento da cooperação entre os Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas ao desenvolvimento sustentável na região, o seminário atendeu a um requerimento de minha autoria, aprovado pela CREDN.

Firmado em 3 de julho de 1978 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, o Tratado de Cooperação Amazônica tem um papel relevante, materializado no objetivo de promover o desenvolvimento integral da região amazônica e o bem-estar de suas populações, bem como reforçar a soberania dos países sobre seus territórios. Desde o advento do TCA, o Brasil tem sido o principal promotor de atividades de cooperação na região, especialmente nas áreas de monitoramento da cobertura florestal; gestão de recursos hídricos; capacitação para manejo de fogo e controle de queimadas; e intercâmbio de bases de dados e informações científicas. Há também perspectivas de maior cooperação nas áreas de apoio aos povos indígenas; saúde básica; combate a doenças tropicais; desenvolvimento urbano sustentável; e gestão dos recursos da floresta”.

Do seminário participaram especialistas e diplomatas experientes, como o embaixador Marcos Galvão, Secretário-Geral do ministério das Relações Exteriores; Jacqueline Mendoza, Secretária-Geral da OTCA; Sérgio Moreira Lima, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o embaixador Norberto Moretti, diretor do Departamento de América do Sul Setentrional e Ocidental do Ministério das Relações Exteriores. Em palestra gravada e exibida em vídeo, o Embaixador Rubens Ricupero, um dos principais negociadores do TCA, defendeu a ampliação do diálogo e o engajamento da sociedade civil nas questões relacionadas à Amazônia.

Outras ações relevantes a destacar dizem respeito à realização das já tradicionais audiências públicas com a presença dos ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, que ocorrem todos os anos neste Colegiado, com o propósito de fazer uma ampla explanação sobre as respectivas pastas e seus principais projetos.

Em 13 de junho teve lugar a audiência pública destinada à apresentação das prioridades da política externa brasileira para o ano de 2018, e as perspectivas de atuação do ministério das Relações Exteriores para os anos seguintes. Esse importante debate contou com a presença do chanceler Aloysio Nunes Ferreira, que fez minuciosa exposição a respeito da política exterior do país.

No dia 04 de julho de 2018, a CREDN recebeu o ministro de Estado da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, e dos comandantes da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, bem como do General de Exército Paulo Humberto Cesar de Oliveira, comandante de operações terrestres, que representou o comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Bôas. Na ocasião, debateram-se assuntos estratégicos para o Brasil, como a segurança das Fronteiras, a liberação de recursos orçamentários para atender os projetos estratégicos das Forças Armadas, a utilização do instituto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e o papel das Forças Singulares.

Este ano, logramos êxito em inserir neste conjunto de debates o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Jáner Tesch Hosken Alvarenga, que, em 28 de novembro, compareceu pela primeira vez à CREDN para apresentar o papel da agência e a importância da inteligência de Estado para o Brasil.

Importante destacar, outrossim, que durante a nossa gestão buscamos o fortalecimento das relações institucionais com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério da Defesa e com as Forças Armadas. Da mesma forma, construímos um diálogo fluido com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), no marco da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional, da qual sou vice-presidente. Com isso, procuramos atuar em sintonia com os interesses maiores da nação.

Nesse diapasão, registro as visitas institucionais, os diálogos proveitosos e a rica troca de informações que mantive com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira; o ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna; o comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, o comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Bôas, o comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; e com o diretor-geral da ABIN. Jáner Tesch Alvarenga, Com esse mesmo espírito de cooperação e respeito institucional, em 16 de maio de 2018 fiz palestra para os oficiais das Escolas Superior de Guerra, de Guerra Naval e de Comando e Estado Maior do Exército.

Realço, ainda, no ano de 2018, a promulgação, pela Mesa do Congresso Nacional, do Decreto Legislativo 179, que atualizou os três documentos que orientam as atividades de Defesa no Brasil. O texto alterou a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. A atualização dos três documentos – que teve ao longo do processo a decisiva participação da CREDN – foi aprovada em outubro de 2017 pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que na ocasião era comandada pela CREDN. No que se refere à Política Nacional de Defesa, há de se destacar que a quarta versão do documento recomenda que o Brasil adote 28 posicionamentos políticos na área de Defesa. O primeiro deles é a solução pacífica das controvérsias.

É igualmente digna de nota a aprovação, pela CREDN, das emendas ao Orçamento Geral da União de 2019. Destinamos às Forças Armadas um total de R\$ 1,8 bilhão, que serão destinados à aquisição de helicópteros, navios-patrolhas e caças que farão a defesa do nosso território e o patrulhamento das nossas fronteiras. São recursos importantes. A falta de regularidade na alocação de recursos orçamentários é um dos fatores que têm desestimulado investimentos no setor por parte da indústria nacional de defesa.

A propósito, as diversas emendas aprovadas pela CREDN entre 2015 e 2018 contribuíram para financiar as pesquisas em tecnologia aeronáutica voltadas à construção e equipamento do KC-390, o mais grandioso avião já criado no Brasil. O cargueiro a jato, fabricado pela Embraer, foi certificado em 23 de outubro de 2018 pela ANAC e já pode ser comercializado e operado em todo o território nacional. A CREDN se orgulha de ter participado da concretização de um projeto tão significativo e arrojado para a indústria aeronáutica nacional e para a Força Aérea Brasileira.

Encerramos as atividades do ano de 2018 com o seminário internacional “Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil”, no qual reunimos importantes especialistas em Política Externa, Defesa e Inteligência, que realizaram um diagnóstico sobre os desafios que o Brasil terá pela frente com a inauguração de uma nova Administração e de um novo Congresso. Grandes temas e profundos debates marcaram o evento, que contou com a presença de embaixadores de diversos países e foi prestigiado por nomes de destaque das Forças Armadas e da diplomacia brasileira, entre eles o embaixador paraense Clemente Baena Soares.

As reflexões e debates ocorridos no evento foram consolidados em um documento entregue às autoridades responsáveis pelas respectivas áreas no governo do presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 1º de janeiro de 2019.

Cabe singularizar que nos últimos anos a CREDN se converteu em uma das comissões mais relevantes da Câmara dos Deputados. Os debates que tem promovido atraem cada vez mais o interesse público, tanto interna quanto externamente. Graças a um trabalho sólido, a Comissão tem logrado manter discussões de alto nível, priorizando a pluralidade de ideias e opiniões, vislumbrando os interesses maiores do Brasil, não de partidos ou de governos.

Assim, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional encerra as suas atividades com um resultado altamente positivo. Credencia-se, dessa forma, a enfrentar com segurança os desafios que virão em 2019, um ano de grandes mudanças para o Brasil, e em particular para o Parlamento, que inicia uma nova legislatura, e no qual o presidente da CREDN acumulará a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional.

Ao tratar com assertividade e responsabilidade os temas sensíveis e estratégicos de sua competência, a CREDN constrói um legado imorredouro e contribui de forma decisiva para o debate e o aprimoramento das políticas de defesa e de relações internacionais em nosso país.

Brasília, fevereiro de 2019

Deputado NILSON PINTO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN



Membros CREDN



Dep. Nilson Pinto PSDB/PA
Presidente da CREDN



Dep. Paulo Abi-Akel PSDB/MG
Primeiro Vice-Presidente da CREDN



Antonio Imbassahy - PSDB/BA



Arlindo Chinaglia - PT/SP



Átila Lins - PP/AM



Benito Gama - PTB/BA



Bruna Furlan - PSDB/SP



Cabuçu Borges - MDB/AP



Claudio Cajado - PP/BA



Carlos Zarattini - PT/SP



Cesar Souza - PSD/SC



Dimas Fabiano - PP/MG



Eduardo Barbosa - PSDB/MG



George Hilton - PSC/MG



Giovanni Feltes - MDB/RS



Heráclito Fortes - DEM/PI



Henrique Fontana - PT/RS



Jarbas Vasconcelos - MDB/PE



Jô Moraes - PCdoB/MG



Jefferson Campos - PSB/SP



Jean Wyllys - PSOL/RJ



Luiz Lauro Filho - PSB/SP



Luiz Sérgio - PT/RJ



Márcio Marinho - PRB/BA



Mendonça Filho - DEM/PE



Miguel Haddad - PSDB/SP



Pastor Eurico - PATRI/PE



Pedro Fernandes - PTB/MA



Pedro Vilela - PSDB/AL



Rubens Bueno - PPS/PR



Soraya Santos - PR/RJ



Vinicius Carvalho - PRB/SP



Alexandre Leite - DEM/SP



Alex Manente - PPS/SP



Arthur Oliveira Maia - DEM/BA



Benedita da Silva - PT/RJ



Bruno Araújo - PSDB/PE



Cabo Sabino - AVANTE/CE



Célio Silveira - PSDB/GO



Cristiane Brasil - PTB/RJ



Delegado Edson Moreira - PR/MG



Ezequiel Fonseca - PP/MT



Eduardo Cury - PSDB/SP



Elizeu Dionizio - PSB/MS



Guilherme Mussi - PP/SP



Jair Bolsonaro - PSL/RJ



Jorge Côrte Real - PTB/PE



Jutahy Junior - PSDB/BA



Luiz Nishimori - PR/PR



Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR



Marcelo Castro - MDB/PI



Marcus Vicente - PP/ES



Marinha Raupp - MDB/RO



Nelson Marquezelli - PTB/SP



Nelson Pellegrino - PT/BA



Pr. Marco Feliciano - PODE/SP

Membros Suplentes



Rosângela Gomes - PRB/RJ



Stefano Aguiar - PSD/MG



Subtenente Gonzaga - PDT/MG



Tadeu Alencar - PSB/PE



Vanderlei Macris - PSDB/SP



Wilson Filho - PTB/PB



Zé Carlos - PT/MA

Subcomissões

A - Subcomissões Permanentes:

1) Subcomissão Permanente para acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas e Aspectos relacionados às Fronteiras Brasileiras

Criada pelo Requerimento nº 1/2015, de autoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

2) Subcomissão Permanente sobre Migração

Criada pelo Requerimento nº 9/2015, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

3) Subcomissão Permanente de Comércio Exterior

Criada pelo Requerimento nº 19/2015, de autoria do Deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP).

B - Subcomissão Especial:

1) Subcomissão Especial para acompanhar e fiscalizar assuntos relacionados à implementação plena dos acordos tipo Céus Abertos, firmados pelo Brasil com diversos países

Criada pelo Requerimento nº 259/2018, de autoria do Deputado Benito Gama (PTB-BA).



Quadro Demonstrativo

Atividade	Quantidade
Reuniões Deliberativas	16
Audiências Públicas	07
Seminários	02
Palestras	02
Proposições apreciadas (mensagens, projetos de decretos legislativos, projetos de lei e outros)	42
Requerimentos aprovados	30
Visitas Diplomáticas e de Cortesia	31
Sugestões de Emendas à LDO/19 (PLN 02/18)	11
Sugestões de Emendas à LOA/19 (PLN 027/18)	04
Outros Eventos	18

Proposições Apreciadas

1 - PROJETO DE LEI Nº 5.925/16 - do Deputado Cabo Sabino - que “altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para determinar que a imposição de pena acessória conste expressamente da sentença”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 25/04/2018.

2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 745/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015”.

RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

3 - MENSAGEM Nº 74/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2010”.

RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

4 - MENSAGEM Nº 461/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017”.

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

5 - MENSAGEM Nº 463/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Seychelles, assinado em Seychelles, em 19 de maio de 2015”.

RELATOR: Deputado PEDRO FERNANDES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

6 - MENSAGEM Nº 77/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Chisinau, em 9 de dezembro de 2013”.

RELATORA: Deputada JÓ MORAES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

7 - MENSAGEM Nº 102/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 2017”.

RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

8 - MENSAGEM Nº 162/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 2010, e a sua Emenda por troca de notas ocorrida entre abril e julho de 2017”.

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018.

9 - PROJETO DE LEI Nº 7.876/17 - do Deputado Orlando Silva - que “institui autorização de residência aos imigrantes que tenham ingressado no território nacional até a data de início de vigência desta Lei”.

RELATORA: Deputada JÓ MORAES.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

Vista ao Deputado Pr. Marco Feliciano, em 25/04/2018.

APROVADO O PARECER, EM 16/05/2018, COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

10 - MENSAGEM Nº 76/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado em Madri, em 3 de dezembro de 2010”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 23/05/2018.

11 - MENSAGEM Nº 139/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2013”.

RELATOR: Deputado BENITO GAMA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER, EM 23/05/2018.

12 - PROJETO DE LEI Nº 836/15 - do Deputado Pauderney Avelino - que “altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que “Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal, punidos por participar de movimentos reivindicatórios”, para acrescentar os Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Acre e do Amazonas”. (Apensado: PL 5528/2016)

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

PARECER: pela aprovação deste, e do PL 5528/16, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com Subemendas.

Vista ao Deputado Jean Wyllys, em 16/05/2018.

REJEITADO O PARECER EM 11/07/2018.

DESIGNADO RELATOR DO VENCEDOR, DEP. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP).

PARECER DO RELATOR DO VENCEDOR, DEP. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP), PELA REJEIÇÃO DO PL 836/2015 E DO PL 5528/2016, APENSADO, E DO SUBSTITUTIVO DA CSPCCO.

APROVADO O PARECER VENCEDOR DO DEP. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP) EM 11/07/2018. O PARECER DO RELATOR, DEP. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG), PASSOU A CONSTITUIR VOTO EM SEPARADO.

13 - PROJETO DE LEI Nº 6.084/13 - do Deputado Arnaldo Faria de Sá - que “acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

PARECER: pela rejeição.

APROVADO O PARECER, EM 11/07/2018.

14 - PROJETO DE LEI Nº 2.275/07 - do Deputado Matteo Chiarelli - que “altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências”. (Apensados: PL 2759/2008, PL 2817/2008, PL 3068/2008 e PL 7860/2014)

RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE.

PARECER: pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.275/07, e dos PLs nºs 2.759/08, 2.817/08, 3.068/08 e 7.860/14, apensados.

APROVADO O PARECER, EM 11/07/2018.

15 - MENSAGEM Nº 345/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017”.

RELATOR: Deputado NILSON PINTO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 08/08/2018.

16 - MENSAGEM Nº 48/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, em 25 de outubro de 2016”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 08/08/2018.

17 - MENSAGEM Nº 101/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Basseterre, em 15 de abril de 2016”.

RELATORA: Deputada ROSANGELA GOMES.

PARECER: pela aprovação.

DESIGNADO RELATOR SUBSTITUTO, DEP. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP).

PARECER DO RELATOR, DEP. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP), PELA APROVAÇÃO.
APROVADO O PARECER EM 17/10/2018.

18 - MENSAGEM Nº 315/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Kingstown, em 7 de junho de 2017”.

RELATORA: Deputada JÔ MORAES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 17/10/2018.

19 - MENSAGEM Nº 460/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 31/10/2018.

20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.010/18 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 7 de abril de 2017”.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

21 - MENSAGEM Nº 140/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, aprovado durante a 94ª Conferência Internacional do Trabalho, assinado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006”. (Apensada: MSC 499/2018)

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

PARECER: pela aprovação desta, e da MSC 499/2018, apensada.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

22 - MENSAGEM Nº 308/18 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016”.

RELATOR: Deputado CESAR SOUZA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

23 - PROJETO DE LEI Nº 9.007/17 - do Poder Executivo - que “autoriza o Poder Executivo federal a doar vinte viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguai”.

RELATOR: Deputado PASTOR EURICO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

24 - PROJETO DE LEI Nº 10.771/18 - do Poder Executivo - que “altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e das suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear”.

RELATOR: Deputado CARLOS ZARATTINI.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

25 - PROJETO DE LEI Nº 10.834/18 - do Poder Executivo - que “altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM”.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata das possibilidades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) à construção ou reparo de embarcações destinadas à proteção do tráfego marítimo nacional.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

PARECER: pela aprovação, com as emendas de nºs 1 a 7/18 apresentadas na Comissão.

APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

26 - PROJETO DE LEI Nº 9.633/18 - do Deputado Moisés Diniz - que “autoriza os consumidores dos municípios de fronteira a comprar gás de cozinha nos países vizinhos e dá outras providências”

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES.

PARECER: pela aprovação, com emenda.
Vista ao Deputado Subtenente Gonzaga, em 31/10/2018.
APROVADO O PARECER EM 28/11/2018.

27 - MENSAGEM Nº 119/2016 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda da referida Convenção, ocorrida em 2005, em Viena”.
RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

28 - MENSAGEM Nº 462/2017 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 2014”.
RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

29 - MENSAGEM Nº 75/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010”.
RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

30 - MENSAGEM Nº 94/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016”.
RELATOR: Deputado MIGUEL HADDAD.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

31 - MENSAGEM Nº 103/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015”. (Apensado: MSC 602/2018)
RELATOR: Deputado RUBENS BUENO.
PARECER: pela aprovação desta, e da MSC 602/2018, apensada.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

32 - MENSAGEM Nº 314/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados, assinado em Lima, em 1o de outubro de 2012”.
RELATOR: Deputado JEAN WYLLYS.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

33 - MENSAGEM Nº 477/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 30 de outubro de 2017”.
RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

34 - MENSAGEM Nº 582/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana, assinado em Brasília, em 14 de maio de 2018”.
RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.
PARECER: pela aprovação.
APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

Proposições Apreciadas

35 - MENSAGEM Nº 580/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d’Ivoire, assinado em Abidjã, em 13 de outubro de 2017”.

RELATOR: Deputado NELSON PELLEGRINO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

36 - MENSAGEM Nº 584/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 11 de abril de 2018”.

RELATOR: Deputado NELSON PELLEGRINO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

37 - MENSAGEM Nº 585/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios, assinado em Brasília, em 14 de maio de 2018”.

RELATORA: Deputada ROSANGELA GOMES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

38 - MENSAGEM Nº 586/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Brasília, em 2 de julho de 2018”.

RELATORA: Deputada JÔ MORAES.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

39 - MENSAGEM Nº 606/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 14 de maio de 2018”.

RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

40 - MENSAGEM Nº 588/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Serviço Europeu de Polícia, celebrado na Haia, Países Baixos, em 11 de abril de 2017”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

41 - MENSAGEM Nº 456/2018 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto corrigido da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986, ao tempo em que, solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 589, de 29 de dezembro de 2015, que também trata dessa matéria”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

PARECER: pela aprovação.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.

42 - PROJETO DE LEI Nº 2.443/2011 - do Deputado Roberto de Lucena - que “proíbe a concessão de visto e determina a expulsão de estrangeiro condenado ou acusado em outro país da prática, participação ou financiamento de atos terroristas, alterando dispositivos da Lei nº 6.815, de 1980, que “Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração””.

RELATOR: Deputado RUBENS BUENO.

PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.

APROVADO O PARECER EM 12/12/2018.



Requerimentos

1 - REQUERIMENTO Nº 244/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, com o propósito de apresentar as prioridades da defesa nacional para o ano em curso e as perspectivas de atuação do ministério para os anos seguintes”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

2 - REQUERIMENTO Nº 245/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o propósito de apresentar as prioridades da política externa brasileira para o ano em curso e as perspectivas de atuação do ministério para os anos seguintes”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

3 - REQUERIMENTO Nº 246/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário “Política de Defesa: desafios para o Desenvolvimento e a Segurança Nacional””.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

4 - REQUERIMENTO Nº 247/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos regimentais, a realização do Seminário “Política Externa Brasileira: deveres, responsabilidades e os desafios internacionais””.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

5 - REQUERIMENTO Nº 248/18 - do Deputado Vinicius Carvalho - que “requer seja realizada audiência pública para tratar sobre a questão das armas químicas e biológicas. Convidados: 1) sr. Vinicius Mariano de Carvalho - professor de Estudos Brasileiros e do Departamento de Estudos de Guerra do King’s College London; 2) representante do Ministério das Relações Exteriores; 3) representante do Ministério da Defesa; 4) representante da ABIN”.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA. APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

6 - REQUERIMENTO Nº 249/18 - do Deputado Carlos Zarattini - que “requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Defesa, General da reserva do Exército Joaquim Silva e Luna, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a situação das tratativas comerciais entre a Embraer e a norte-americana Boeing e sobre o contrato apresentado ao Governo Federal e os impactos à soberania nacional caso seja firmado o acordo”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018, COM A TRANSFORMAÇÃO PARA CONVITE.

7 - REQUERIMENTO Nº 250/18 - do Deputado Carlos Zarattini - que “requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a situação das tratativas comerciais entre a Embraer e a norte-americana Boeing e sobre o contrato apresentado ao Governo Federal e os impactos à soberania nacional caso seja firmado o acordo”.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO MIGUEL HADDAD. APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018, COM A TRANSFORMAÇÃO PARA CONVITE.

8 - REQUERIMENTO Nº 251/18 - do Deputado Rubens Bueno - que “requer a realização de Audiência Pública para discutir o atual panorama das ações de proteção das fronteiras brasileiras, especialmente de combate ao tráfico internacional de drogas e armas, com a participação dos Excelentíssimos ministros de Estado da Segurança Pública, Raul Jungmann, e da Defesa, Joaquim Silva e Luna””.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO. APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018.

9 - REQUERIMENTO Nº 252/18 - do Deputado Pr. Marco Feliciano - que “requer a realização de Audiência Pública, para debater a perseguição religiosa e as práticas discriminatórias contra os cristãos no exterior, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Jarbas Aragão, jornalista do site Gospel Prime; Representante da Missão Portas Abertas Brasil; Representante da Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre; e Representante do Ministério das Relações Exteriores”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018. A DEPUTADA JÓ MORAES SE ABSTEVE DE VOTAR.

10 - REQUERIMENTO Nº 253/18 - do Deputado Pr. Marco Feliciano - que “requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a situação da Comunidade Evangélica Brasileira em Ruanda”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 18/04/2018. A DEPUTADA JÓ MORAES SE ABSTEVE DE VOTAR.

11 - REQUERIMENTO Nº 255/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário Internacional, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), destinado a celebrar os 40 anos de assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e debater as perspectivas de aprofundamento da cooperação entre os Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com vistas ao desenvolvimento sustentável na região”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 09/05/2018.

12 - REQUERIMENTO Nº 259/18 - do Deputado Benito Gama - que “requer a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar, debater e fiscalizar assuntos relacionados à implementação plena do acordo de Céus Abertos, firmado entre Brasil e Estados Unidos”.

APROVADO O REQUERIMENTO EM 16/05/2018, COM A EXPANSÃO DO CAMPO TEMÁTICO DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL, QUE CONTEMPLARÁ TODOS OS ACORDOS DO TIPO “CÉUS ABERTOS” FIRMADOS PELO BRASIL COM OUTROS PAÍSES.

13 - REQUERIMENTO Nº 262/18 - do Deputado Antonio Imbassahy - que “requer, nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Apoio e Solidariedade aos três brasileiros presos em Cabo Verde desde dezembro de 2017, bem como a seus familiares”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 16/05/2018

14 - REQUERIMENTO Nº 254/18 - dos Deputados Jean Wyllys e Jô Moraes - que “requer a criação de Subcomissão Especial destinada a estreitar relações com as comunidades de brasileiros que vivem no exterior”.
SUBSCRITO PELA DEPUTADA JÔ MORAES. APROVADO O REQUERIMENTO EM 16/05/2018.

15 - REQUERIMENTO Nº 258/18 - da Deputada Jô Moraes - que “requer a realização de Audiência Pública para receber o relato do Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre sua visita à Península Coreana”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 16/05/2018.

16 - REQUERIMENTO Nº 256/18 - do Deputado Pr. Marco Feliciano - que “requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre a necessidade de concessão de área para a construção da Embaixada da Palestina, com a participação de representante do ministério das Relações Exteriores e do Senhor Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e professor de Relações Internacionais e pesquisador da Universidade de Harvard”.
APROVADO O REQUERIMENTO, EM 23/05/2018, COM OS VOTOS CONTRÁRIOS DA DEPUTADA JÔ MORAES E DO DEPUTADO CARLOS ZARATTINI. FOI INCLUÍDO NO ROL DE CONVIDADOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA O SENHOR JAIME DE CASSIO MIRANDA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR.

17 - REQUERIMENTO Nº 260/18 - do Deputado Pedro Fernandes - que “requer a realização de audiência pública a fim de esclarecer o contrato entre a Telebrás e a empresa Viasat, com a participação do Presidente da Telebrás, Senhor Jarbas Valente”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 23/05/2018.

18 - REQUERIMENTO Nº 263/18 - do Deputado Elizeu Dionizio - que “requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre propostas para incrementar o número de brasileiros no secretariado da ONU - Organização das Nações Unidas, com a participação dos seguintes convidados: Representante da ONU - Organização das Nações Unidas no Brasil; Representante do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão das Nações Unidas; e Representante da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior”.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO. APROVADO O REQUERIMENTO EM 23/05/2018.

19 - REQUERIMENTO Nº 265/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para discutir a situação dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas e seus orçamentos, com a participação de representantes do ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 06/06/2018.

20 - REQUERIMENTO Nº 266/18 - do Deputado Arlindo Chinaglia - que “requer a realização de audiência pública, destinada a debater, obter esclarecimentos e outras informações em relação à Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda da referida Convenção, ocorrida em 2005, em Viena, e encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 119, de 2016, do Poder Executivo, assim como em relação ao atual estágio de proteção e segurança de material nuclear no País, com a participação de convidados das seguintes instituições: Ministério da Defesa (Comandos da Marinha e do Exército); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/ Comissão Nacional de Energia Nuclear; Eletrobrás/ Eletronuclear; e Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear - AFEN”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 06/06/2018.

21 - REQUERIMENTO Nº 264/18 - do Deputado Carlos Zarattini - que “requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a venda da Embraer para a norte-americana Boeing, as consequências para os mais de 18 mil empregados da Embraer caso seja firmado o acordo e os impactos à soberania nacional, com a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Defesa; Representante do Governo Federal no Conselho Administrativo da Embraer; Presidente da Embraer S.A, Senhor. Paulo Cesar de Souza e Silva; Representante dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Jose dos Campos e Região; Representante dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Araraquara e Região; e Representante dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Botucatu e Região”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 11/07/2018.

22 - REQUERIMENTO Nº 267/18 - dos Deputados Nilson Pinto e Otavio Leite - que “requer a realização de Audiência Pública para debater o PL n.º 5058/2009, que institui o direito ao brasileiro residente no exterior de votar para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Senador da República e Deputado Federal de seu estado de origem eleitoral ou natal, com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Tribunal Superior Eleitoral e da Comunidade Brasileira no Exterior”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 11/07/2018.

23 - REQUERIMENTO Nº 268/18 - do Deputado Pedro Fernandes - que “requer a realização de audiência pública para debater, obter esclarecimentos e outras informações em relação à retomada das tratativas do acordo de salvaguarda entre o Brasil e os Estados Unidos que permite o uso da base de lançamento de foguetes em Alcântara, com a participação de representantes do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 11/07/2018, COM A INCLUSÃO, NO ROL DE CONVIDADOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, DE UM REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA UNICAMP; DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA; E DO JORNALISTA LUIS NASSIF.

24 - REQUERIMENTO Nº 270/18 - dos Deputados Luiz Sérgio e Maria do Rosário - que “requer Audiência Pública conjunta da CREDN e da CDHM para tratar da política externa brasileira em relação às violações aos direitos humanos internacionais praticadas pela mudança do controle migratório nos Estados Unidos, com a presença dos seguintes convidados: 1) Representante do Ministério de Estado das Relações Exteriores; 2) Representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; 3) Jurema Werneck - Diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil; 4) Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); 5) Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); e 6) Eduardo Beckett - Advogado, defensor da Sra. Maria Bastos e seu neto Mateus”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 11/07/2018.

25 - REQUERIMENTO Nº 271/18 - do Deputado Rubens Bueno - que “requer a manifestação de regozijo à equipe de resgate e ao grupo de doze crianças integrantes de uma equipe de futebol e o seu técnico, resgatados de uma caverna na província de Chiang Rai, na Tailândia”.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO NILSON PINTO. APROVADO O REQUERIMENTO EM 11/07/2018, COM MENÇÃO DE PESAR E SOLIDARIEDADE AOS FAMILIARES DO SARGENTO DA RESERVA DA MARINHA TAILANDESA, SAMAN KUNAN, QUE FALECEU DURANTE AS OPERAÇÕES DE RESGATE NA CAVERNA.

26 - REQUERIMENTO Nº 257/18 - dos Deputados Henrique Fontana e Paulo Teixeira - que “requer a aprovação de Moção de Repúdio à construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos da América e os Estados Unidos Mexicanos”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 08/08/2018.

27 - REQUERIMENTO Nº 272/18 - dos Deputados Nilson Pinto e Rubens Bueno - que “requer, nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Solidariedade à família da brasileira Raynéia Gabrielle Lima, assassinada em Manágua, Nicarágua, no dia 23 de julho”.
SUBSCRITO PELO DEPUTADO RUBENS BUENO. APROVADO O REQUERIMENTO EM 08/08/2018.

28 - REQUERIMENTO Nº 273/18 - do Deputado Pedro Fernandes - que “requer a realização de audiência pública para debatermos o tema “Construção da História do Brasil””.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 14/08/2018.

29 - REQUERIMENTO Nº 274/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública para debater o papel da ABIN e a importância da Inteligência de Estado para o Brasil, com a presença do Diretor-Geral da ABIN, Janér Tesch Hosken Alvarenga”.
SUBSCRITO PELA DEPUTADA JÓ MORAES. APROVADO O REQUERIMENTO EM 17/10/2018.

30 - REQUERIMENTO Nº 275/18 - do Deputado Nilson Pinto - que “requer autorização para a realização de despesa com a produção, pela Gráfica da Câmara dos Deputados, do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional referente ao ano de 2018, bem como de uma publicação com os conteúdos apresentados no Seminário Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil”.
APROVADO O REQUERIMENTO EM 28/11/2018.



Sugestões de Emendas à LDO e à LOA 2019

A - Discussão e votação das Sugestões de Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - Projeto de Lei nº 2/2018-CN, em 13/06/2018:

Sugestão de Emenda nº 01: destinada ao MINISTÉRIO DA DEFESA (Emenda de Texto) – propõe acrescentar um novo item ao Anexo III do PLDO/19, com a seguinte redação: “Despesas relacionadas à Defesa Nacional”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 02: destinada ao MINISTÉRIO DA DEFESA (Emenda de Texto) – propõe acrescentar uma emenda aditiva ao artigo 55, inciso VII, para contemplar despesas com a prestação dos serviços médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas (HFA)”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 03: destinada à MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir, no art. 55 do Capítulo IV da Seção IX, mais um inciso, destinado ao atendimento de “concessão de financiamento imobiliário aos servidores civis e militares das Forças Armadas”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 04: destinada ao EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Meta) – propõe incluir no Anexo de Prioridades e Metas do PLDO/19 a aquisição de 45 (quarenta e cinco) unidades dos blindados Guarani, ação 14T4.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 05: destinada ao EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – propõe acrescentar um novo item ao Anexo III do PLDO/19, para contemplar “Auxílio-Moradia no Exterior (Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016)”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 06: destinada ao EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – propõe acrescentar um novo item ao Anexo III do PLDO/19, para contemplar “Atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 07: destinada à AERONÁUTICA (Emenda de Meta) - propõe incluir no Anexo de Prioridades e Metas do PLDO/19 a aquisição de 01 (uma) Aeronave de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX – 2, Ação 14T0.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 08: destinada à AERONÁUTICA (Emenda de Texto) - propõe acrescentar dois novos itens ao Anexo III do PLDO/19: 1- despesas com o desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC-X; 2 - despesas com a aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas – projeto KC – 390.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 09: destinada à AERONÁUTICA (Emenda de Texto) - propõe acrescentar um novo item ao Anexo III do PLDO/19, para contemplar “Despesas com a aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 10: destinada ao MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Emenda de Texto) - propõe acrescentar um novo item ao Anexo III do PLDO/19, para contemplar “Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior (Política Externa)”.

APROVADA

Sugestão de Emenda nº 11: destinada ao MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Emenda de Texto) - propõe acrescentar um novo artigo no corpo da Lei – (após o art. 148), com o seguinte texto: Art. 149 A República Federativa do Brasil irá desenvolver ações com países parceiros e organismos internacionais, inclusive por meio das representações diplomáticas no exterior, com o objetivo de fomentar projetos conjuntos nas áreas de preservação histórica, de cultura e turismo”.

APROVADA

B - Sugestões de Emendas à Lei Orçamentária Anual/2019 - Projeto de Lei nº 027/2018-CN - aprovadas na Comissão em 10/10/2018:

Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação) – destinada ao Ministério da Defesa
Descrição da Ação: Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas.
APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01

Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação) - destinada à Marinha do Brasil
Descrição da Ação: Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas.
APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02

Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação) – destinada ao Exército Brasileiro
Descrição da Ação: Aquisição de blindados guarani (25 unidades)
APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03

Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação) – destinada à Aeronáutica
Ementa: Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistema Afins – Projeto FX-2
APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04

Audiências Públicas

1 - CREDN cobra plano de resposta a ataques químicos e biológicos



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) cobrou, na quarta-feira, 25/04, em audiência pública, um plano de resposta a ataques químicos e biológicos. De acordo com o deputado Vinícius Carvalho (PRB/SP), autor do debate, o Brasil precisa evoluir muito nesse sentido, além de fortalecer a coordenação entre os agentes públicos responsáveis pela defesa química, biológica, radiológica e nuclear.

Para o presidente da CREDN, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), a discussão deste tema é bastante oportuna, considerando que no próximo dia 29 é celebrado o Dia em Memória das Vítimas de Guerra Química, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para marcar o aniversário de 103 anos da primeira vez que esse tipo de armamento foi empregado, durante a Primeira Guerra Mundial, na Bélgica.

“Lamentavelmente, mesmo passados 93 anos da assinatura do Protocolo de Genebra sobre a Proibição do Uso de Armas Químicas e Bacteriológicas, o número de mortes causadas por essas armas tem aumentado e o mundo continua lutando contra os seus desumanos e atrozos efeitos”, afirmou.

Na opinião do professor de Estudos Brasileiros e do Departamento de Estudos de Guerra do King’s College London, Vinícius Mariano de Carvalho, “essas armas guardam um paradoxo, pois são microscópicas enquanto agentes e macroscópicas enquanto aos seus efeitos”.

Já o Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) Danilo Coelho, afirmou que o Brasil deve se preparar melhor para possíveis ataques como o agroterrorismo e sabotagem na agricultura nacional. Coelho revelou que o Brasil não possui uma lista de agentes químico-biológicos que deveriam ser objeto de controle.

“O agroterrorismo e a sabotagem na agricultura nacional e no meio ambiente deveriam ser temas mais debatidos, pois, no caso de armas químicas e biológicas, a ameaça não estatal, inclusive por parte de agentes internos, é maior do que a ameaça estatal, na medida em que o Brasil é um país pacífico”, destacou.

Já o coronel Chamon Malizia de Lamare, da Subchefia de Operações do ministério da Defesa, explicou que o Brasil incrementou os esforços para desenvolver expertise na área desde a tragédia do cézio 137, ocorrida em Goiânia, naquele que é considerado o maior acidente radioativo do mundo fora de uma usina nuclear. Ele observou, ainda, que os grandes eventos – como a visita do Papa ao Brasil (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) – permitiram ao Brasil impulsionar e se desenvolver nessa área.

“Os grandes eventos permitiram a aquisição de novos equipamentos, mas nós precisamos aperfeiçoar e consolidar mecanismos que foram adquiridos nesses grandes eventos, que deixaram seu legado, e não podem ser interrompidos”, advertiu. Lamare lembrou que em 2017 foi criado o Centro Regional de Assistência e Proteção de Armas Químicas, que está em fase de consolidação.

Também presente à audiência, a Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do ministério das Relações Exteriores, Maria Cecília Vieira, ressaltou que o Brasil é signatário de convenções internacionais que proíbem a produção, estocagem e uso de armas químicas e biológicas e que, além disso, o Brasil condena veementemente o uso de armas químicas e de destruição em massa e defende que haja ampla investigação dos casos de Salisbury e da Síria.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Edilson Holanda

2 - Chanceler descarta sanções à Venezuela e transferência da embaixada brasileira para Jerusalém



Brasília – O ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, descartou nesta quarta-feira, 13/06, em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que o Brasil irá impor sanções individuais a membros do Governo venezuelano. Ele afirmou ainda que não há qualquer possibilidade de transferência da Embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

O evento foi realizado por requerimento do deputado Nilson Pinto (PSDB-PA) para quem “o Itamaraty tem executado uma política de Estado que é exatamente o que o Brasil precisa. A política externa não está sendo desenvolvida ao sabor de paixões pessoais ou vocações ideológicas de quem quer que seja. Há um paradigma que segue princípios constitucionais. Todos os presentes, independentemente de partido, reconheceram esse trabalho e parabenizaram essa postura que é, sobretudo, de Estado”.

O presidente da CREDN também questionou o chanceler acerca da posição brasileira em relação à Venezuela. Em reunião no início do mês em Washington, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou resolução que abre caminho para a suspensão daquele país no organismo. De acordo com o ministro, “a nossa atitude se baseia exclusivamente no não cumprimento de compromissos assumidos por ela quando subscreveu os instrumentos formadores dessas organizações”, afirmou, lembrando que a Venezuela está suspensa do MERCOSUL.

Na avaliação de Nilson Pinto, Aloysio Nunes “expressou exatamente a posição brasileira reconhecida há muito tempo. O Brasil é contra intervenções, mas o Brasil segue o paradigma da OEA, que não aceita estados não democráticos. E, na verdade, a Venezuela se forçou à exclusão ao ir de encontro aos princípios da OEA”.

Oriente Médio

Sobre a postura brasileira em relação ao conflito Israel – Palestina, o ministro assegurou que não haverá mudanças e que as relações com ambos é excelente. Entre os dias 27 de fevereiro a 6 de março, ele realizou visitas a Israel, Palestina, Jordânia e Líbano.

Além disso, reiterou que o Brasil não foi consultado ou recebeu qualquer pedido por parte das autoridades israelenses para transferir a sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém.

Segundo ele, “a questão de Jerusalém é central para a resolução do conflito entre israelenses e palestinos, para o qual a única solução justa e duradoura é a solução de dois estados convivendo em paz e segurança, em fronteiras internacionalmente reconhecidas e mutuamente acordadas”.

MERCOSUL

Aloysio Nunes Ferreira também reafirmou a prioridade conferida pelo Brasil para devolver o MERCOSUL às suas origens econômico-comerciais e explicou que o Tratado de Livre Comércio negociado com a União Europeia pode ser firmado até o final deste ano.

“Na minha viagem à Ásia (7 a 25 de maio), lançamos as bases para um acordo entre o MERCOSUL e a Coreia do Sul. Também seguem avançando os entendimentos com o EFTA, Japão, Cingapura e Tunísia. O MERCOSUL é hoje “a noiva cobiçada”, principalmente em tempos de guerra comercial”, destacou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alessandro Loyola

3 - CREDN debate a suspensão do contrato para operar o Satélite Geoes-tacionário



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou na quarta-feira, 20/06, audiência pública para debater a suspensão do contrato firmado entre a Telebras e a norte-americana Viasat para operar o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). “Além do prejuízo econômico, há um prejuízo social enorme para o país, pois o Satélite é responsável por levar internet de banda larga para as regiões mais remotas do país”, afirmou o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), autor do requerimento para a realização do evento.

Em abril, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Federal de Manaus, concedeu liminar a uma das empresas que participou do processo. No dia 3 de maio, ela negou um pedido de reconsideração, sobre a decisão que suspende o contrato comercial. De acordo com o presidente da Telebras, Jarbas José Valente, a suspensão do contrato gera um prejuízo de R\$ 800 mil por dia. O Satélite é fundamental para o funcionamento dos programas Internet para Todos, Gesac e Educação Conectada.

Até aquele momento, já tinha sido cerca de R\$ 100 milhões em prejuízos para o país. Valente também assegurou que a empresa norte-americana apenas fornecia equipamentos, não tendo acesso ou interferência em relação às informações estratégicas. “A gestão do Satélite Geoestacionário é exclusiva da Telebras”, afirmou.

Na avaliação do Secretário de Telecomunicações do ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, André Müller Borges, “não se está preservando o interesse público com essa decisão que impede o uso do SGDC”.

Também presente à audiência, o brigadeiro André Luiz Fonseca e Silva, Assessor Especial da Chefia de Operações Conjuntas do ministério da Defesa, reforçou que o contrato firmado pela Telebras e a Viasat não dizem respeito ao acesso à banda K, de caráter militar. “A Telebras é a única proprietária do Satélite e manterá o controle do equipamento em conjunto com os ministérios da Defesa e das Comunicações. Não há qualquer ingerência, mesmo da Telebras, na banda militar. Além disso, não há qualquer comprometimento da segurança nacional”, explicou.

“Estou convencido de que se trata de um grande projeto tanto de cunho social como estratégico-militar. No entanto, há uma insegurança jurídica por conta de uma demora inexplicável em resolver essa questão e permitir que o Satélite possa ser usado plenamente. Há muitos interesses que não dizem respeito aos interesses nacionais”, assinalou Pedro Fernandes.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

4 - Projetos da Defesa estão sob risco por falta de recursos, reconhece ministro



Brasília – O ministro de Estado da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou, em 04/07, que a falta de recursos coloca em risco a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas. Para 2019, o governo apresentou uma proposta que reduz em 23% o orçamento da Defesa. “As Forças Armadas têm feito um esforço muito grande para reduzir as despesas. Não há mais espaço para cortes. Ou se faz ou se abandonam os projetos”, explicou.

Silva e Luna participou de audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 4. O evento atendeu a requerimentos dos deputados Nilson Pinto (PSDB-PA), Rubens Bueno (PPS-PR), Carlos Zarattini (PT-SP) e Pastor Marco Feliciano (PODE-SP).

O ministro revelou que a Defesa necessita, para 2019, de R\$ 18,3 bilhões, sendo R\$ 7,6 bilhões para manutenção, aprestamento, horas de voo, fiscalização de fronteiras, serviço militar, Projeto Antártico e prosseguimento das demais ações do ministério.

Desse total, R\$ 9,2 bilhões correspondem a obrigações contratuais, inclusive com governos estrangeiros, e a manutenção dos Projetos Estratégicos. Há, ainda, cerca de R\$ 1,5 bilhões para a capitalização da Emgepron, instalação de estaleiro no Brasil e a construção de quatro corvetas Classe Tamandaré.

De acordo com o ministro, “as Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do país, considerando sua dimensão geográfica, econômica e militar”. O Brasil conta com 1.428 unidades militares e um efetivo de 347 mil militares, sendo mais de 50%, temporários. Outros 386 mil são aposentados e pensionistas.

Embraer

A possível venda da Embraer para a norte-americana Boeing também foi tema de debates. Para os deputados, a preservação do patrimônio tecnológico da companhia brasileira guarda relação direta com a soberania nacional. Presente à reunião, o Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, assegurou que as negociações não foram encerradas.

Segundo ele, “é justo a empresa analisar as possibilidades sem que haja perda do patrimônio tecnológico, o que impactaria o ITA e o CTA. Não há nada de concreto. Estamos considerando muito as questões de soberania”, afirmou. “Há uma grande preocupação em preservar o conhecimento, preservar a capacidade que o país tem dentro da empresa. Os acordos irão considerar as oportunidades econômicas, comerciais e tecnológicas. A Embraer não está fazendo nada à revelia dos interesses nacionais”, completou Rossato.

Em relação ao acordo de salvaguardas tecnológicas que está sendo negociado com os Estados Unidos da América, tanto o ministro da Defesa como o Comandante da Aeronáutica enfatizaram que o Brasil não pode ficar de fora de um mercado que movimenta cerca de US\$ 300 bilhões.

“Para o uso do Centro de Lançamentos de Alcântara é imprescindível um acordo de salvaguardas e a parceria com os Estados Unidos que detêm 80% dessa tecnologia, é fundamental. Podemos fazer com outros países, mas não podemos deixar de lado os Estados Unidos”, assinalou o Comandante da Aeronáutica.

Durante os debates, os deputados também manifestaram preocupação com o emprego das Forças Armadas em operações de segurança pública, os resultados alcançados com a intervenção na segurança do Rio de Janeiro, o impacto do teto de gastos sobre as questões salariais dos militares, e o aumento do contingente militar nas regiões de fronteira.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

5 - Especialistas respaldam ratificação de Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear



Brasília – Especialistas civis e militares respaldaram a ratificação da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda, ocorrida em 2005, em Viena. Por iniciativa do relator do tratado, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) promoveu audiência pública na quarta-feira, 07/11, quando também foi atualizada sobre o estágio de proteção e segurança de material nuclear no país.

De acordo com o deputado, os convidados defenderam a ratificação das mudanças na Convenção e forneceram detalhes acerca da adequação dos órgãos de fiscalização e controle brasileiros, às exigências internacionais impostas pela Convenção. Chinaglia não descartou mudar pontos específicos do seu parecer, que é pela aprovação do documento.

“Decorridos 31 anos do acidente ocorrido em Goiânia, com a liberação do isótopo Césio 137, parece-nos oportuno avaliar a situação atual de segurança nuclear no país, no momento em que estamos prestes a anuir, enquanto Parlamento, a novos compromissos relativos à segurança física de material nuclear, a serem obrigatoriamente implementados pelo Estado brasileiro”, explicou o deputado.

Segundo ele, “tivemos a possibilidade de refletir sobre o atual estágio de implementação, em nosso país, da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, assim como relativamente às medidas já tomadas em relação ao cumprimento das obrigações então assumidas, bem como àquelas necessárias a que se cumpram os novos dispositivos preconizados na Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear”, afirmou.

Participaram do evento o ministro Marcelo Paz Saraiva Câmara, Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do ministério das Relações Exteriores; o Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Claudio Rezende Martins, Superintendente de Segurança do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; o Tenente-Coronel Luiz Carlos Lott Guimarães, do Comando de Operações Terrestres do Estado-Maior do Exército (EME); Ricardo Fraga Gutterres, representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), autarquia federal vinculada ao ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Edmundo Selvatici, Superintendente de Coordenação da Operação da Eletronuclear; e Neilson Marino Ceia, presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN).

Texto: Marcelo Rech

Foto: Zeca Ribeiro

6 - Diretor-Geral da ABIN defende constitucionalização da Inteligência



Brasília – O Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Jáner Tesch Hosken Alvarenga, defendeu na quarta-feira, 28/11, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a “constitucionalização da Inteligência de Estado”. Atualmente, a atividade de Inteligência não é prevista na Constituição brasileira.

De acordo com o chefe da Inteligência, as ameaças do ambiente cibernético estão entre os principais desafios que a ABIN tem pela frente para os próximos anos junto com o crime organizado, o terrorismo, a espionagem – interferências indevidas de outros países no Brasil - e as questões migratórias. Na sua avaliação, uma maior integração interagências e a constitucionalização da atividade, são fundamentais para consolidar uma Inteligência de Estado capaz de fazer frente às ameaças.

A audiência pública foi requerida pelo deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente da CREDN e vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional. Para o deputado, “a sociedade não tem a exata compreensão sobre a importância da Inteligência para a neutralização de problemas potenciais e para os interesses nacionais. A ABIN atua, por exemplo, na antecipação de ameaças como as tentativas de invasão de redes e sistemas críticos do país”, explicou.

Nilson Pinto também questionou o Diretor-Geral da ABIN sobre a greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio. A respeito, Jáner Tesch explicou que o governo sabia que a greve poderia ocorrer, mas explicou que o movimento foi articulado por redes sociais e sem lideranças definidas, o que dificultou qualquer previsibilidade. As mensagens trocadas via redes sociais, eram, muitas vezes, falsas ou contraditórias.

Neste sentido, revelou que a agência desenvolve programas digitais voltados às autoridades do governo para que tenham mais segurança na navegação pela internet. “Nós temos todas as funcionalidades, mas eu não tenho o depósito das informações monitoradas, por exemplo, pelo Google. Mas nós conseguimos desenvolver um Whatsapp que tem uma criptografia de Estado. Mais do que isso: nós desenvolvemos um criptovoz que permite comunicação direta entre dois aparelhos sem nenhuma fração de delay”, assegurou.

Jáner confirmou ainda que os 300 aprovados no último concurso público da ABIN deverão ser chamados até maio de 2019. No dia 18 de dezembro, eles começam os cursos de formação na Escola de Inteligência da ABIN. Em 19 anos, a agência ficou 14 sem poder realizar concursos públicos. Atualmente, a ABIN mantém representação em todos os estados, 20 escritórios no exterior e unidades especiais em Tabatinga (AM) e Foz do Iguaçu (PR), regiões de fronteira.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexssandro Loyola

7 - Brasil quer entrar no mercado mundial de lançamentos de satélites



Brasília – O governo federal, por meio da Agência Espacial Brasileira (AEB) quer o Brasil no mercado mundial de lançamentos de satélites. Para tanto, é preciso viabilizar comercialmente o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), localizado no Maranhão. No entanto, isso é algo que ainda gera muitas dúvidas e polêmicas por conta da aliança que deve ser firmada com os Estados Unidos.

De acordo com o Brigadeiro André Luiz Fonseca, do ministério da Defesa, trata-se de um mercado de US\$ 383 bilhões anuais. E o Brasil ainda conta com as vantagens geográficas do CLA, considerado um dos locais mais vantajosos para esse tipo de atividade.

Na quarta-feira, 5/12, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou mais uma audiência pública para tratar do assunto. Segundo o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), “o acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, em negociação, é essencial para darmos este passo, pois qualquer foguete no mundo possui algum componente norte-americano”.

Brasil e Estados Unidos retomaram as negociações para um futuro acordo após 16 anos. A proposta que, segundo Alessandro Candeas, diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do ministério das Relações Exteriores, não fere a soberania nacional, deve ser encaminhada ao Congresso Nacional no primeiro semestre de 2019.

O grande receio dos parlamentares diz respeito à possibilidade de os Estados Unidos vetarem, unilateralmente, determinados lançamentos. Para a maioria dos deputados, é importante que a Câmara dos Deputados acompanhe as negociações e discuta em profundidade a proposta antes de ratificá-la.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Vinícius Loures

Seminários

1 - Em seminário, especialistas defendem o resgate da cooperação amazônica



Brasília – No seminário “Quarenta anos do Tratado de Cooperação Amazônica - Sustentabilidade: um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia”, especialistas brasileiros e estrangeiros defenderam o resgate da cooperação regional em torno da Amazônia. O evento, requerido pelo deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), foi realizado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, na quinta-feira, 12/07/2018, e marcou os 40 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Foram parceiros da CREDN na realização desse debate a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

Marcos Galvão, Secretário-Geral do ministério das Relações Exteriores, reconheceu o vazio diplomático que durante muitos anos permeou as relações com os países que representam 80% do total da linha de fronteira brasileira. “A aproximação era uma questão de engenharia diplomática. O TCA propiciou o equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio ambiente e modificou a maneira como os países atuavam, primordialmente de forma defensiva, uns para com os outros”, disse.

Na avaliação geral, os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) precisam reenergizar a cooperação e pensar estrategicamente no desenvolvimento da região, com um sentido de permanência.

Jacqueline Mendoza, Secretária-Geral da OTCA, afirmou que apenas em 2002 a organização consolidou-se como principal mecanismo de cooperação amazônica. Sérgio Moreira Lima, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), explicou que a organização contribuiu para mudar a percepção de que a região era uma terra de ninguém.

O Embaixador Rubens Ricupero, um dos principais negociadores do TCA, debateu este assunto pela primeira vez, em outubro de 1977, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Em 1979, retornou para falar sobre a implementação de um acordo que já havia sido firmado.

Em mensagem gravada, ele afirmou que “a chave para a solução dos problemas da Amazônia está no conhecimento. Também faz falta um organismo executivo ágil de coordenação, para evitar a duplicidade de pesquisas e ações enquanto alguns temas acabam abandonados”, assinalou.

Já o Embaixador Norberto Moretti, diretor do Departamento de América do Sul Setentrional e Ocidental do ministério das Relações Exteriores, defendeu a ampliação do diálogo e o engajamento da sociedade civil nas questões relacionadas à Amazônia. “Está em preparação a agenda estratégica 2019 – 2030 que deverá ser aprovada em novembro. Ela parte da correção da agenda anterior, 2011 – 2018, para dar rumo à ação da organização”, destacou. Moretti explicou ainda que “a OTCA será aquilo que os seus países membros desejarem. O desafio é saber o que queremos fazer e como fazer, com as limitações que existem.

“Temos que fortalecer e envolver mais a sociedade civil, os governos locais e o setor privado, mas creio que fizemos muito. Todos têm feito o melhor para que a organização funcione e em novembro, o Conselho de Cooperação se reúne. No primeiro trimestre de 2019, será a vez dos chanceleres e Chefes de Estado se reunirem. Todas as recomendações aqui discutidas devem ser levadas aos tomadores de decisão”, defendeu Jacqueline Mendoza.

“Temos que seguir no caminho do fortalecimento dessa organização e das demais entidades de cooperação pan-amazônica, estimulando parcerias com instituições acadêmicas, associações da sociedade civil, empresariado e parlamentos de todos os países da Amazônia. Somente juntos poderemos alcançar o objetivo do desenvolvimento humano dos povos da região com responsabilidade socioambiental e sustentabilidade”, observou Nilson Pinto.

“Como amazônida que sou, natural do meu querido Pará, sinto-me extremamente gratificado e honrado por poder trazer para a agenda desta Comissão e do Parlamento este debate, que ressalta a importância de se aprofundar os mecanismos de fortalecimento da região amazônica, celeiro da mais rica e vasta biodiversidade do mundo”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexssandro Loyola

9h30-10h30

Cerimônia de abertura

Mesa:

Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados;
Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
Embaixadora Jacqueline Mendoza, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);
Embaixador Sérgio Moreira Lima, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG);
Embaixador Alejandro Borda Rojas, Embaixador da Colômbia no Brasil, Presidente do Comitê de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica da OTCA.

Convidado de honra:

Embaixador Rubens Ricúpero (mensagem de vídeo)

10h30 - 11h30

Conferência de Abertura:

“Uma visão estratégica da cooperação na Amazônia: história, atualidade e perspectivas”

Conferencista: Embaixador Norberto Moretti, Diretor do Departamento de América do Sul Setentrional e Ocidental do MRE

11h30 - 13h

Painel I: O papel da OTCA na implementação do novo paradigma de desenvolvimento sustentável da Amazônia

Moderadora: Embaixadora Jacqueline Mendoza (OTCA)

Expositores:

Jair Schmitt, Diretor do Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente

Cesar de las Casas, Diretor-Executivo da OTCA

Belisário Arce, Diretor Executivo da Associação PanAmazonia

13h - 14h30

Almoço

14h30 - 15h45

Painel II: A cooperação técnico-científica como motor da integração e do desenvolvimento sustentável da Amazônia: potencialidades e desafios

Moderador: Deputado Nilson Pinto (CREDN)

Expositores:

Professora Doutora Nazaré Imbiriba, Universidade Federal do Pará (UFPA)

Professora Aura Teresa Barba Lopez, Universidad Autónoma “Gabriel René Moreno” - Santa Cruz (Bolívia)

Senhor Danilo Silva, Presidente da Fundación EcoCiencia - Fundación Ecuatoriana de Estudios Ecológicos (Equador)

15h45 - 17h

Painel III: Compartilhamento de melhores práticas na gestão sustentável dos recursos naturais da bacia amazônica

Moderador: Embaixador Sérgio Moreira Lima (FUNAG)

Expositores:

Dra. Lúbia Vinhas, Coordenadora-Geral de Observação da Terra, representando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Ricardo Medeiros de Andrade, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA)

Doutor Luis Campos Baca, Presidente do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP)

17h - 17h30

Encerramento

Mesa:

Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados;
Embaixadora Jacqueline Mendoza, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);

Cesar de las Casas, Diretor-Executivo da OTCA;

Embaixador Sérgio Moreira Lima, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG);

Embaixador Norberto Moretti, Diretor do Departamento de América do Sul Setentrional e Ocidental.

2 - O futuro da Política Externa, Defesa e Inteligência em debate na CREDN



Brasília – Nesta quarta-feira, 21, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, realizou o Seminário “Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil” com o propósito de discutir os desafios que se apresentam ao país e que terão de ser enfrentados pelo futuro governo a partir de 1º de janeiro de 2019.

A iniciativa do deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente da CREDN, nasceu em março deste ano. O parlamentar que também é o vice-presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), reconheceu que o país atravessa um momento de grande expectativa por conta da troca de governo.

Na sua avaliação, as mudanças também provocarão impactos para as Relações Exteriores do Brasil. Sobre o papel do Congresso em relação às chamadas “políticas de Estado”, Nilson Pinto afirmou que “a sociedade espera de nós a contribuição para que este país ocupe o seu devido lugar no mundo”.

De acordo com o deputado, o Brasil terá de lidar com a realidade internacional em temas como o livre comércio, cooperação, imigração, combate ao terrorismo, luta contra o tráfico de drogas e armas e proteção das fronteiras. Ele defendeu ainda uma maior cooperação entre Política Externa, Defesa e Inteligência.

O Brasil no Mundo

O evento foi inaugurado com uma aula magna proferida pelo Embaixador João Clemente Baena Soares, ex-Secretário-Geral do Itamaraty e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ao discorrer sobre o tema “O Brasil em busca do seu lugar no mundo: nossos deveres e nossas responsabilidades como ator regional e global”, Baena abordou aspectos históricos e conceituais da diplomacia brasileira, com destaque para a América do Sul, onde o Brasil desempenha importante influência. Ele chamou a atenção para as “fronteiras porosas” e vê “necessidade absoluta” de reforço da vigilância pelas Forças Armadas.

Destacou ainda a importância da questão da água, classificada como petróleo do futuro e que deve levar o mundo a muitos conflitos bélicos. Lembrou que o Brasil detém 12% da água doce do universo e que “a água é um tema urgente, importante, que deve ser objeto de cooperação antes de ser um tema de conflito”, defendeu.

Sobre as relações do Brasil com outros países, explicou que o país tem presença global e não enfrenta rejeição no cenário internacional. “Nós temos capacidade e disposição para o diálogo. Estamos em uma situação confortável para as relações internacionais”, explicou.

Já no âmbito do multilateralismo, lembrou que a tradição do Brasil é enorme, visto que o país é fundador e participante ativo de todos os organismos internacionais. Para Baena Soares, “o Brasil deve exercer papel harmonizador e de protagonismo, jamais coadjuvante. O país tem condições de ajudar na solução de conflitos e na construção da paz e da estabilidade do mundo – dois objetivos essenciais”, apontou.

“Ele é o único brasileiro a ocupar o posto de secretário-geral da ONU no difícil período de 1984 a 1994. Naquela época, conflitos armados atingiram o nosso continente, especialmente na América Central. Ele teve papel destacado nos processos de paz na região que perduram até hoje”, assinalou Nilson Pinto, ao agradecer as contribuições do diplomata paraense.

Diplomacia

No primeiro painel intitulado “Diplomacia, cooperação e integração: política externa e defesa na projeção do Brasil”, o Embaixador Rubens Barbosa, diretor-presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), afirmou que o novo presidente enfrentará um cenário internacional muito conturbado, com crise do multilateralismo, globalização sob ataque e guerra comercial entre China e Estados Unidos.

“O que aconteceu nos últimos 15 anos é que o país está isolado das negociações comerciais, se atrasou em termos de inovação e tecnologia e perdeu poder e influência, inclusive perdendo espaço no comércio internacional. É preciso definir o que o Brasil quer”, cobrou.

Para o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi apresentou um panorama do cenário de comércio internacional e disse que o Brasil é um “player global”, com equilíbrio entre exportações industriais e de bens básicos. De acordo com ele, existe um trabalho bem feito dos exportadores brasileiros e será necessário que haja um direcionamento da política externa, que influencia todo esse cenário comercial.

Por sua vez, o General Paul Cruz, ex-diretor de Parcerias Estratégicas do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), ressaltou que os programas estratégicos de Defesa são de longo prazo, e por isso demandam orçamentos regulares e estáveis. Ao defender investimentos, defendeu uma maior cooperação entre os setores envolvidos, operando de forma conjunta e coordenada.

Na sua opinião, o Congresso, órgãos de Defesa, de Relações Exteriores, academia e também os cidadãos devem apoiar seus marinheiros, soldados e aviadores. Para Creomar de Souza, “o Brasil precisa definir o que quer ser”.

Imagem do Brasil

O segundo painel - “A imagem do Brasil no Exterior: prós e contras de um global player” – reuniu um grupo de quatro jornalistas

com vasta experiência nacional e internacional que fizeram uma avaliação dos principais temas que cobrarão a presença do Brasil na cena internacional.

Lourival de Sant’anna, por exemplo, acredita que a multiculturalidade brasileira é um ativo importante para fortalecer a inserção internacional do Brasil dentro do que é conhecido como “soft power”. Para ele, o país exerce um papel muito importante na área ambiental internacional e a história deste setor não pode ser “jogada no lixo”. O jornalista considera a Venezuela um “grande desafio brasileiro” e disse que o país vizinho não deveria ser ameaçado de invasão militar, argumento que apenas fortalece o regime chavista.

Fábio Zanini, por sua vez, acredita que o Brasil não pode ignorar a África, continente que tende a ser muito dinâmico nos próximos anos. Na sua avaliação, o país Brasil começa a ter um problema de imagem no cenário internacional e o governo Bolsonaro precisará de ter muito “tato diplomático” para aparar arestas.

Alerta semelhante foi feito pela jornalista Denise Chrispim Marin. De acordo com ela, o ambiente internacional não vive os seus melhores dias. “Viveremos tempos muito difíceis e o Brasil não deveria criar mais arestas, necessitando ter muito cuidado com as suas decisões. Estar presente em fóruns de negociação é sempre a melhor opção possível”, acredita. Para a jornalista, retirar o Brasil de organismos internacionais não contribui em nada.

Inteligência

Mediado pela coordenadora e professora da Escola Superior de Guerra (ESG), Selma Gonzalez, o terceiro painel – “A Inteligência aplicada à política externa e à defesa: desafios, ameaças e necessidades”, enfocou na importância do fortalecimento da Inteligência de Estado como ferramenta imprescindível à Política Externa e à Defesa, principalmente em relação a cooperação com os países vizinhos para o controle das fronteiras.

O analista de Assuntos Estratégicos do Ministério Público Federal André Luis Woloszyn, explicou que a inteligência aplicada à Política Externa e à Defesa é um dos fatores condicionantes do desenvolvimento e progresso do país. Para o sub-corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Eduardo de Oliveira Fernandes, as prioridades das atividades de inteligência devem ter o combate ao terrorismo no topo da agenda brasileira.

Além disso, a proliferação de armas, o tráfico humano e a narcoguerrilha também causam preocupação. O militar explicou ainda que o Brasil enfrenta brigas de facções em presídios, que acabam sendo refletidas na sociedade que podem escalar para um problema de Segurança Nacional.

Fernando Montenegro, Pesquisador do Observatório de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (OBSERVARE) observou que a guerra já passou por terra e mar, e hoje envolve o ciberespaço e a produção de conteúdo. “A guerra se tornou complexa. Hoje há forças de operações especiais, embargos econômicos, propaganda”, explicou.

Diplomacia e Defesa

No último painel do evento – “A articulação política entre Diplomacia e Defesa e os seus dilemas” – o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Juliano Cortinhas chamou a atenção para um ambiente de complexidade criado por uma maior demanda das Forças Armadas para atuação interna.

Durante o debate, o Diretor-Executivo da Escola Sul-Americana de Defesa, Antonio Jorge Ramalho, explicou que o Brasil não está imune aos problemas dos países vizinhos, uma vez que a porosidade das fronteiras e questões que afetam outras nações sul-americanas interferem no Brasil. “É preciso estabelecer um arranjo de colaboração entre nós e nossos vizinhos para maximizar a capacidade coletiva de resposta a desafios que, se não forem enfrentados, vão corroer nossas sociedades”, advertiu.

Já o presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Alcides Costa Vaz, destacou que o desenvolvimento institucional da área de defesa é recente no Brasil, mas que o ministério da Defesa tem expandido sua agenda internacional, evoluindo para uma maior cooperação no setor. “Esse fenômeno trouxe demandas de articulação política e projetou uma agenda externa mais ampla”, concluiu.

Documento

Nilson Pinto reiterou que um documento será elaborado pela CREDN a ser entregue ao presidente Jair Bolsonaro e aos ministros responsáveis pela Política Externa, Defesa Nacional e Gabinete de Segurança Institucional, com os diagnósticos levantados durante o evento.

O encerramento do evento contou com a presença do deputado federal eleito pelo PSL de Goiás, Vítor Hugo de Araújo Almeida, que representou o presidente eleito Jair Bolsonaro. Segundo ele, as reflexões, preocupações e ansiedades apresentadas nos diferentes painéis do seminário, serão levadas ao gabinete de transição.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

9h - 9h30

Cerimônia de abertura

Mesa:

- Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados.
- Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, e vice-presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).
- Embaixador Nélson Antonio Tabajara de Oliveira, representando o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- General de Brigada Wilson Mendes Lauria, representando o Senhor Ministro de Estado da Defesa.
- General de Divisão Valério Stumpf Trindade, Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

9h40 - 10h40

Aula Magna - O Brasil em busca do seu lugar no mundo: nossos deveres e nossas responsabilidades como ator regional e global.
Embaixador João Clemente Baena Soares, ex-secretário-geral do Itamaraty e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

10h50 - 11h50

Painel I: Diplomacia, cooperação e integração: política externa e defesa na projeção do Brasil

Moderador: Creomar de Souza, Professor da Universidade Católica de Brasília.

Relatora: Laís Forti Thomaz, Professora da Universidade Federal de Goiás.

Expositores:

- Embaixador Rubens Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE).
- Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).
- General Paul Cruz, ex-Diretor de Parcerias Estratégicas do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

12h - 13h

Painel II: A imagem do Brasil no Exterior: prós e contras de um global player.

Moderador: Jornalista Marcos Magalhães.

Relator: Giovanni Okado, Professor da Universidade Católica de Goiás (UCG).

Expositores:

- Jornalista Fábio Zanini.
- Jornalista Denise Chrispim Marin.
- Jornalista Lourival de Sant'anna Filho.

13h - 14h30 - Almoço

14h30 - 15h30

Painel III: A inteligência aplicada à política externa e à defesa: desafios, ameaças e necessidades.

Moderadora: Selma Gonzalez, Coordenadora e Professora na Escola Superior de Guerra (ESG).

Relatora: Anna Gabriela Ribeiro, estudante de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Expositores:

- André Luis Woloszyn, Analista de Assuntos Estratégicos do Ministério Público Federal.
- Eduardo de Oliveira Fernandes, Sub-Corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP).
- Fernando Montenegro, Pesquisador do Observatório de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (OBSERVA-RE)

15h45 - 16h45

Painel IV: A articulação política entre Diplomacia e Defesa, e os seus dilemas.

Moderador: Juliano Cortinhas, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRELUnB)

Relatora: Talita de Almeida, Assessora Técnica da Seção de Operações Complementares do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Expositores:

- Antonio Jorge Ramalho, Diretor-Executivo da Escola Sul-Americana de Defesa.
- Alcides Costa Vaz, Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

17h - 17h30

Encerramento

Mesa:

- Deputado Nilson Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, e vice-presidente da CCAI do Congresso Nacional;
- Representante do governo eleito em outubro.

Outros Eventos

1 - Bruna Furlan prestigia abertura da Embaixada de Luxemburgo no Brasil



Brasília – Ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), prestigiou nesta quinta-feira, 1^o, as cerimônias de abertura oficial da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo no Brasil. Ao lado do Embaixador Carlo Krieger, a deputada enfatizou a importância desta decisão. “Esta é a primeira e, até este momento, única Embaixada de Luxemburgo na América Latina, o que demonstra o prestígio e a relevância do Brasil para as relações bilaterais”.

“Apesar das reduzidas dimensões do território e da população do Luxemburgo, as relações bilaterais com o Grão-Ducado são estratégicas para o Brasil. Luxemburgo desempenha papel de relevo na articulação de posições no âmbito da União Europeia, da qual é membro-fundador. Além disso, a presença no país de importante comunidade lusófona (cerca de 16% da população é de origem portuguesa) facilita a abertura de canais de comunicação e abre janela de simpatia pelo Brasil”, assinalou a deputada.

Em 2015, Luxemburgo foi o terceiro maior investidor no Brasil. “Embora modesto, o comércio bilateral tem experimentado rápido crescimento. A corrente de comércio alcançou US\$ 123 milhões em 2012, sendo US\$ 73 milhões em exportações brasileiras e Luxemburgo também representa uma importante porta de entrada para produtos brasileiros em outros mercados europeus”, lembrou Bruna Furlan.

No ano passado, a deputada reuniu-se com Carlo Krieger quem manifestou o interesse de Luxemburgo em participar de projetos estratégicos com o Brasil, como no fornecimento de satélites de vigilância fronteiriça. “Temos interesse em que o Brasil conheça melhor essa tecnologia para apoiar os seus projetos de vigilância e fiscalização de fronteiras, mas que também podem ser aplicados em programas voltados ao setor do agronegócio”, destacou o diplomata.

Segundo Bruna Furlan, “Luxemburgo também apoia as iniciativas comerciais entre a UE e o MERCOSUL e espera que o tratado de livre comércio seja firmado neste ano, o que coincide com as nossas melhores expectativas”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Lúcio Bernardo Jr.

2 - O impacto Trump no Sistema Internacional preocupa embaixador



Brasília – O impacto das decisões do presidente norte-americano, Donald Trump, no Sistema Internacional preocupa Rubens Ricupero, ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Segundo ele, o mundo sob Trump caminha para o unilateralismo. “Os Estados Unidos elegeram um presidente completamente contrário ao internacionalismo. Os auspícios não são bons. Há um retrocesso civilizatório”, afirmou.

O diagnóstico coincide com a avaliação da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), quem participou com Ricupero, na segunda-feira, 05/03, do 1º Painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

De acordo com Ricupero, o mundo vive há 73 anos um sistema internacional inspirado por Franklin Delano Roosevelt. “O sistema internacional de cunho liberal com democracia, direitos humanos e economia de mercado, é obra, em grande parte, dos Estados Unidos. E isso nos tem assegurado um tempo de paz relativa”, explicou. “Além disso, este sistema foi capaz de acomodar o colapso da União Soviética e a ascensão da China”, afirmou.

Rubens Ricupero também acusou os Estados Unidos de fomentar o desequilíbrio no Oriente Médio com a “ilegal” ocupação do Iraque. “O Iraque não tinha terrorismo e agora tem. O ISIS nasce dessa ocupação estúpida”, assinalou. Na avaliação do diplomata, os Estados Unidos não aceitam críticas e se arvoram como os únicos defensores da democracia, quando na verdade, estão por trás de muitas das crises e instabilidades em todo o mundo. Ele lamentou ainda que o protecionismo norte-americano ganhe força em um momento de recuperação econômica mundial após a crise de 2008.

Para Ricupero, o mundo deve seguir o exemplo da União Europeia. “É o projeto mais bem-sucedido do Século XX, mais nobre e mais idealista. A melhor esperança da humanidade se chama União Europeia, que trabalha em um sistema baseado em leis, social democracia e um crescimento econômico temperado por uma consciência social. Nós precisamos nos aproximar da UE”, concluiu.

Futuro

De acordo com Rubens Ricupero, as relações entre a China e os Estados Unidos irão definir o futuro do século 21. Ele acredita que se essa convivência priorizar a pressão e a competição, desprezando o apoio e a compreensão, o mundo poderá de fato mergulhar em uma zona sombria nas próximas décadas.

Ricupero destacou três decisões recentes que considera de “extrema gravidade”, adotadas por China, Estados Unidos e Rússia, países que são hoje o centro do poder mundial e que apontam para a “deterioração” do clima internacional: a abolição, pela China, de qualquer limite à recondução do presidente Xi Jinping; a apresentação de armas militares “invencíveis” em discurso do presidente Vladimir Putin; e a aplicação de taxas de 25% e 10% sobre a importação de aço e alumínio pelos Estados Unidos, que tem no Brasil o maior fornecedor desses produtos.

Segundo ele, “são decisões independentes e sem nenhum parentesco. Mas, em comum, todas assinalam uma acentuação da deriva do sistema internacional, afastando-se cada vez mais do sistema baseado em regras de respeito a compromissos assumidos em organismos internacionais para a busca de soluções consensuais, em direção a um sistema em que pesa cada vez mais a afirmação unilateral do poder”, assinalou.

Já a decisão do governo chinês assinala, para Ricupero, o instante de afirmação e projeção do poder daquele país, que coincide com o anúncio da construção de ilhas artificiais no mar da China e a instalação de bases militares e navais no exterior.

“Essa evolução ocorre justamente no país que, tudo indica, se tornará muito em breve a maior economia do mundo e, ao mesmo tempo, com aumento do poder militar, pois multiplica os gastos em armamentos, atingindo paridade estratégica com os Estados Unidos. Esperávamos que, à medida que a China se modernizasse e se tornasse próspera, seguiria o caminho do Japão, da Coreia do Sul, se tornando mais liberal, se aproximando de valores e ideais democráticos. A decisão recente é um balde de água gelada nessa expectativa. Vê-se claramente que não é o que vai acontecer no futuro previsível. Nem sempre a prosperidade e a modernização trazem a democratização”, explicou.

Com relação à Rússia, Rubens Ricupero afirmou que o discurso de Moscou volta a ter o tom de nova Guerra Fria. “É uma indicação negativa. Antigamente havia certo equilíbrio com preponderância na busca de normas em busca de equilíbrio, que hoje começa a se romper em favor de um sistema menos preocupado com o internacionalismo e com a busca multilateral de normas que governem a todos. Caminha-se cada vez mais para a afirmação do poder nu e cru daqueles que possuem o poder”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Paulo Sérgio Vasco

3 - Especialista aponta a Internet como principal instrumento do terrorismo



Brasília – A Internet tem sido o principal instrumento utilizado pelas organizações terroristas, especialmente o Estado Islâmico, afirmou o jornalista e professor universitário português licenciado pela Universidade de Tel Aviv, Henrique Cymerman Benarroch, em audiência pública realizada na quarta-feira, 7, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa, do Senado.

De acordo com Benarroch, o Estado Islâmico perdeu força e está perdendo a guerra contra a coalizão de países árabes e os Estados Unidos. No entanto, a sua grande vitória se deu com o “califado digital”. Por meio da rede mundial de computadores, a organização cooptou milhares de jovens em todo o mundo e essa herança será utilizada por outros grupos jihadistas.

Segundo ele, “temos que desenvolver uma contranarrativa para violências praticadas em nome de Deus. O Estado Islâmico utilizou tecnologias do século 21, sem dúvida as redes sociais, para impor um sistema de vida do século 7, dos princípios do Islã, com uma série de leis baseadas na Sharia, uma legislação que de alguma maneira pertence a outra época”, destacou.

Autor do livro “O Terror Entre Nós - Ameaça do terrorismo islamista ao modo de vida ocidental”, Henrique Cymerman Benarroch lembrou que 60% dos terroristas que cometeram atentados na Europa são filhos de imigrantes que não assimilaram a cultura local. Ainda assim, 98% das vítimas destes atentados são muçulmanos, ressaltou.

Além disso, afirmou que, apesar da cooperação internacional que une esforços contra o terrorismo, parte dele já aponta inclusive em direção à América Latina. Para o especialista, as recentes revoluções no mundo árabe estão mudando a configuração do mapa da região. Síria, Iraque, Iêmen e Líbia, além da Somália, na África, “praticamente desapareceram”, disse.

“Eu suspeito que vamos ver uma espécie de balcanização, na qual vamos voltar um pouco à situação de 1916, quando havia zonas de influência e não só Estados. Segundo uma base étnica, religiosa, xiitas com xiitas, sunitas com sunitas. Talvez Curdistão independente, talvez Palestina independente”, assinalou.

Com esse novo cenário no Oriente Médio, cinco eixos deverão despontar: Egito, Arábia Saudita, Turquia, Irã e Israel. Ele também chamou a atenção para o Irã como o país que apoia o maior número de grupos terroristas no mundo, a exemplo do Hezbollah no Líbano e do Hamas na Faixa de Gaza.

Ele também entende que chegou o momento de se criar um Estado Palestino, provavelmente desmilitarizado, com todos os direitos e que viva em paz com Israel. E a condição prévia para isso é a segurança, “para que não aconteça na Cisjordânia o que aconteceu em Gaza” com o terrorismo.

Para Bruna Furlan, “tivemos um debate de alto nível com um profissional que conhece o Oriente Médio, seus atores e tudo aquilo que diz respeito ao conflito. O Brasil advoga pela paz naquela região e condena de forma contundente toda forma de terrorismo”, assinalou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

4 - Bruna Furlan destaca as boas relações entre o Brasil e Espanha



Brasília – A ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), encontrou-se na quinta-feira, 08/03/18, com o Secretário de Assuntos Exteriores da Espanha, Ildefonso Castro, a quem destacou as boas relações bilaterais entre os seus países. Segundo ela, “o padrão de investimentos da Espanha na América Latina não se trata de fluxo transitório, mas sim de presença consolidada, que resiste mesmo em períodos de crise”, afirmou.

Na reunião, ela também destacou a importância em se reativar o Grupo Parlamentar Brasil – Espanha para, por meio da Diplomacia Parlamentar, intensificar o intercâmbio de informações e a troca de experiências. Ildefonso Castro concordou quanto à qualidade das relações Brasil – Espanha e revelou o desejo de Madri em fortalecer ainda mais os canais de interlocução no âmbito político.

Na oportunidade, ele também discorreu sobre a situação política e econômica da Espanha, o turismo como fator de desenvolvimento e o impacto do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia), para a Europa. “Além disso, a Espanha tem reiterado que o acordo com o MERCOSUL deve ser considerado prioritário para a UE, já que trará resultados verdadeiramente positivos para as duas regiões”, lembrou a deputada.

A presidente da CREDN lembrou ainda que a Espanha é o segundo maior investidor final no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, com um estoque de US\$ 78 bilhões, enquanto o Brasil, ao mesmo tempo, ocupa a terceira posição entre os maiores destinos dos investimentos diretos espanhóis no mundo. “Os dois países assinaram um Acordo de Parceria Estratégica e um Plano de Ação que devem ser implementados. Nesse sentido, na CREDN, atuaremos para ratificar os acordos firmados nesse âmbito”, assegurou a deputada.

Em 26 de fevereiro, a CREDN recebeu a Mensagem 76 de 2018, do Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa firmado por Brasil e Espanha, em Madri, em 3 de dezembro de 2010. Bruna Furlan pretende vê-lo aprovado tão logo as comissões sejam reinstaladas na Câmara dos Deputados.

O acordo tem por objetivo promover a cooperação, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; assessoramento em tecnologia militar; intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa, incluindo operações de manutenção da paz; educação e treinamento militar; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da defesa.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

5 - Bruna Furlan se despede da CREDN com balanço positivo dos trabalhos



Brasília – A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) despediu-se na quarta-feira, 04/04/18, da presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, ao transferir o cargo ao colega Nilson Pinto (PSDB-PA). Ao passar a presidência do Colegiado, a deputada agradeceu ao seu partido, aos colegas, ao Itamaraty, ao ministério da Defesa e aos comandos militares pelo apoio recebido durante sua gestão.

“Com o sentimento de dever cumprido posso hoje afirmar que 2017 foi um dos anos mais produtivos na história da Comissão. Entre março e dezembro de 2017, realizamos 26 reuniões deliberativas, apreciamos 90 proposições, das quais 82 foram aprovadas. Aprovamos, ainda, 51 requerimentos, 18 sugestões de emendas à LDO e 4 sugestões de emendas à LOA/2018. Nesse mesmo período, promovemos 25 reuniões de audiência pública sobre temas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional”, explicou.

Além disso, a deputada destacou o aprendizado acumulado na convivência quase que diária com os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes; da Defesa, Raul Jungmann; e os comandantes da Marinha, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Boas; e da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato.

“Destaco, por fim, os esforços que empreendi, nos últimos 12 meses, com vistas à colocação em pauta e aprovação, no Plenário da Câmara dos Deputados, de nada menos que 95 projetos de decreto legislativo, referentes a acordos internacionais do Brasil. Esse número recorde de aprovações no período de um ano desafogou nossa pauta internacional e muito contribuirá para o adensamento das relações políticas e comerciais do Brasil com outros países e regiões”, destacou Bruna Furlan.

Indicada pelo líder do seu partido, a deputada continuará integrando a CREDN e também seguirá atuando no grupo de parlamentares brasileiros junto ao Parlamento do MERCOSUL.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Cleia Viana

6 - Mensagem do Deputado Nilson Pinto ao assumir a Presidência da CREDN



A CREDN como mecanismo de fortalecimento do Brasil no mundo

Assumi na quarta-feira, 04/04, a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, um colegiado de tamanha importância e simbolismo, já que lida com relevantes questões de Estado. Acredito que os desafios que temos pela frente fazem jus ao tamanho deste país e da sua importância na cena internacional.

Um país continental como o Brasil não pode abdicar de sua projeção, de sua influência e de sua presença nas grandes decisões, sejam elas políticas, humanitárias e/ou econômico-comerciais.

O mundo lida com crises, conflitos e tendências, que cobram um posicionamento firme, contundente e altivo do nosso país. Nossas relações internacionais passam pelo fortalecimento do papel do Itamaraty como principal formulador e executor da Política Externa, uma política que não é de partido, mas de Estado, do Estado brasileiro.

Passam pelo fortalecimento da nossa presença no exterior, na resolução de conflitos, nas principais negociações comerciais, sem esquecermos a nossa vocação e a nossa responsabilidade como potência emergente, nos temas que dizem respeito às questões de caráter humanitário, como aqueles que tocam aos refugiados e aos migrantes, e aos temas diretamente ligados ao desenvolvimento sustentável.

Sou paraense, nascido em Belém, exercendo o meu quinto mandato por delegação e confiança do povo do meu querido Estado. A região Amazônica, que conta com a maior floresta tropical do mundo, com a maior reserva de biodiversidade do planeta e também com a maior bacia hidrográfica da terra, responsável por um quinto do volume total de água doce que desagua nos oceanos, é o nosso mais rico e exuberante patrimônio, que tem despertado cobiça e interesse da comunidade internacional.

Certamente incluiremos a região amazônica na agenda de debates da CREDN, não só pela sua importância estratégica do ponto de vista da Defesa Nacional, como também pela sua singular relevância para o nosso entorno regional.

No âmbito da Defesa Nacional, nos tocará debater e apresentar sugestões aos seus principais documentos, quais sejam, a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa, e o Livro Branco da Defesa Nacional.

Atuaremos, ainda, para que os projetos estratégicos das Forças Armadas e as condições de operacionalidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sejam significativamente melhorados.

Além disso, é particularmente fundamental que a CREDN contribua para a solidez da nossa Base Industrial de Defesa (BID), criando as condições para que o desenvolvimento tecnológico seja alcançado e consolidado por nossas empresas, gerando produtos com alto valor agregado, de uso dual, divisas e empregos.

Um país como o Brasil precisa ainda contar com um maior engajamento da sociedade civil nos assuntos da defesa nacional, além de expressar o que espera dos seus militares; e esse debate nós enfrentaremos, de forma suprapartidária e no mais alto nível.

Em 2018 acumulamos, também, a vice-presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Pretendo fomentar o debate e as discussões sobre um tema tão delicado quanto sensível, mas absolutamente necessário para o país. Inteligência de Estado é uma área fundamental para que possamos nos antecipar às tendências e pensarmos o Brasil no longo prazo.

Para aprofundar os debates em torno dessas três importantes políticas de Estado, realizaremos audiências públicas e seminários onde reuniremos especialistas brasileiros e estrangeiros e discutiremos os principais temas das agendas internacional e de defesa, aqui na CREDN.

E na CCAI, aprofundaremos o debate em torno dos temas ligados à inteligência de Estado. Neste sentido, a participação de todos os membros é fundamental. Irei não apenas encorajar, mas estimular a participação de todos os membros.

Apesar de ser um ano curto, devido ao calendário eleitoral, com trabalho, afino e criatividade tenho a convicção de que poderemos ter um ano bastante produtivo e de grandes contribuições para o nosso país.

Nilson Pinto é deputado federal pelo PSDB do Pará e presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. E-mail: credn@camara.leg.br.

Texto: Deputado Nilson Pinto

Foto: Cleia Viana

7 - Miss Mundo destaca projetos de inclusão em reunião na CREDN



Brasília – A Miss Mundo, Manushi Chhillar, destacou na terça-feira, 17/04, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) a importância dos projetos de inclusão social desenvolvidos com o apoio de parceiros nacionais e internacionais. Ela se reuniu com os deputados Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), como parte do tour “Beleza com Propósito”.

Segundo Nilson Pinto, “o fato de os vencedores tomarem para si a causa das pessoas com deficiência, daqueles que mais precisam, é fundamental para a sensibilização de todos. A beleza com propósito é um grande projeto”, afirmou. O deputado elogiou ainda o trabalho realizado pelas APAEs em todo o Brasil e o seu envolvimento com o projeto.

Natural da cidade de Rohtak, na Índia, Chhillar tem 20 anos e é estudante de medicina na Faculdade de Bhagat Phool Singh, em Sonipat. Ela desenvolveu um projeto de conscientização sobre a importância da higiene menstrual, como forma, inclusive, de se evitar uma série de doenças.

Entre as ações do projeto, está a fabricação e distribuição de absorventes íntimos em comunidades que até mesmo desconheciam a necessidade da higiene menstrual. Para tanto, Manushi Chhillar visitou mais de 20 aldeias, onde trabalhou com cerca de 5 mil mulheres. O projeto será apresentado no Quênia após visita ao Brasil.

Na oportunidade, o deputado Eduardo Barbosa apresentou as diversas iniciativas desenvolvidas pelas Apaes em todo o país e os trabalhos realizados pelos seus alunos. Ex-presidente da Federação Nacional das Apaes, ele destacou que a representatividade política para ações como essas é importante para que haja respaldo legal e para que as causas possam avançar.

O tour passará ainda por São Paulo (SP), Palmas (TO) e Belém (PA). Em 2018, o grupo já esteve em diversas regiões da Índia, China, Indonésia, Reino Unido, Ilhas Virgens Britânicas e Estados Unidos.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexsandro Loyola

8 - Em entrevista à TV Câmara, Nilson Pinto afirma que as prioridades serão determinadas pela realidade



Brasília – Em entrevista concedida na quinta-feira, 19/04, ao Programa Palavra Aberta, da TV Câmara, o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), afirmou que “as prioridades da CREDN para este ano serão determinadas pela realidade”.

No programa que vai ao ar nesta segunda-feira, 23, o parlamentar explicou que “a CREDN está permanentemente atendida com o que se passa no mundo. Este cenário é constantemente avaliado, o que nos permite discutir os temas de forma objetiva e a inserção do Brasil na agenda internacional”, disse.

Nilson Pinto destacou também a importância da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no processo de formulação e execução da Política Externa Brasileira. Ele defendeu ainda o fator discricionário, que produz resultados mais efetivos, em substituição à espetacularização e ideologização, que marcaram as relações internacionais do país nos últimos anos.

No campo da Defesa Nacional, o deputado assinalou que a CREDN discutirá temas como a proteção das fronteiras, a situação dos refugiados venezuelanos no Norte do país e as tensões provocadas pelo uso de armas químicas na guerra da Síria.

“Já aprovamos também dois requerimentos para realizarmos, em novembro, dois grandes seminários de Relações Exteriores e de Defesa, com o propósito de gerar subsídios para o futuro governo, como contribuição da CREDN para o próximo presidente”, revelou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: TV Câmara

9 - Presidente da CREDN saúda papel do Exército no desenvolvimento nacional



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), saudou o Exército Brasileiro por seu papel em prol do desenvolvimento nacional. Na quinta-feira, 19/04, ele participou da cerimônia em comemoração aos 370 anos da Força Terrestre.

De acordo com o parlamentar, “o Exército está entre as instituições mais sólidas e confiável deste país. A sua credibilidade junto à sociedade brasileira é fruto de um trabalho humano traduzido sabiamente em seu lema Braço Forte, Mão Amiga”, afirmou.

Em seu pronunciamento, o Comandante do Exército, general Eduardo Dias Villas Boas, destacou a presença da Força em todo o território nacional, com destaque para as missões nas Faixas de Fronteira; em Roraima, onde presta apoio aos refugiados venezuelanos; na Intervenção Federal no Rio de Janeiro; no semiárido nordestino, onde distribui água; na recuperação de vias e no socorro aos atingidos por calamidades; e em missões de paz da ONU.

Segundo Nilson Pinto, “o Brasil conta com o seu Exército, com o espírito dos seus soldados em defesa dos interesses nacionais, mas também de solidariedade com os povos estrangeiros mais necessitados. A excelência das nossas tropas projeta o nosso país e fortalece o Brasil como ator confiável na cena internacional”, explicou.

Durante a cerimônia, o general Villas Boas destacou que “não podemos ficar indiferentes aos mais de 60 mil homicídios por ano; à banalização da corrupção; à impunidade; à insegurança ligada ao crescimento do crime organizado; e à ideologização dos problemas nacionais”, assinalou.

A cerimônia também foi marcada pela entrega de condecorações, como a Ordem do Mérito Militar e a Medalha do Exército Brasileiro a personalidades civis e militares que, segundo a Força, contribuem para o fortalecimento dos valores nacionais.

Participaram, ainda do evento, o presidente da República Michel Temer; o ministro de Estado da Defesa, Joaquim Silva e Luna; o Chefe de Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen; o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann; ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar; os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, deputados e senadores.

Texto: Marcelo Rech

Foto: CECOMSEX

10 - No Dia do Diplomata, presidente da CREDN parabeniza Corpo Diplomático



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), parabenizou o Corpo Diplomático brasileiro na sexta-feira, 20/04, quando é celebrado o Dia do Diplomata. A data marca o nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

“O nosso Corpo Diplomático está entre os mais preparados e reconhecidos do mundo por sua excelência na defesa dos valores democráticos e humanos e na solução pacífica das controvérsias”, afirmou o parlamentar. De acordo com Nilson Pinto, “o processo de fortalecimento do Itamaraty como principal formulador da nossa Política Externa precisa ser continuado na figura dos seus recursos humanos”, defendeu.

O Dia do Diplomata foi celebrado no Palácio Itamaraty, com a presença do presidente Michel Temer e do ministro Aloysio Nunes, em duas cerimônias: a formatura do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco e a cerimônia de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco. A turma 2017-2018 do Instituto Rio Branco (IRBr) é composta de 30 diplomatas, dos quais 9 são mulheres.

De acordo com o Itamaraty, além dos diplomatas brasileiros, a turma inclui bolsistas enviados pelas chancelarias da Argentina, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Mongólia, Palestina e São Tomé e Príncipe. A Medalha da Ordem de Rio Branco, foi entregue a brasileiros e estrangeiros reconhecidos por suas atuações em diversas áreas.

Cooperação

No dia 4 de abril, quando assumiu a presidência da CREDN, o deputado reuniu-se com o chanceler Aloysio Nunes para estreitar o relacionamento entre o Itamaraty e a Comissão. Naquele que foi o seu primeiro compromisso oficial em nome do Colegiado, Nilson Pinto convidou o ministro para falar em audiência pública sobre as prioridades da Política Externa Brasileira para este ano, evento que deverá ser realizado em maio.

Além disso, na quarta-feira, 18, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou requerimento do parlamentar para a realização, em novembro, do seminário “Política Externa Brasileira: deveres, responsabilidades e os desafios internacionais”, que reunirá especialistas brasileiros e estrangeiros com o objetivo de proporcionar ao futuro governo, a ser eleito em outubro, subsídios que permitam consolidar o Brasil como protagonista nas decisões regionais e globais.

“Nesse sentido, os diplomatas brasileiros são essenciais. Eles representam a nossa primeira linha de defesa e promoção e precisam contar com as condições ideais para executarem este papel”, concluiu o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Pedro Ladeira

11 - Estação Rádio da Marinha em Brasília conquista Prêmio de “Melhor Estação” da Rede Naval Interamericana de Telecomunicações



No último dia 26 de abril, a Estação Rádio da Marinha em Brasília (ERMB) foi premiada como melhor estação da Rede Naval Interamericana de Telecomunicações (RNIT), relativo ao ano de 2017. O Secretário da RNIT, Capitão de Fragata, da Marinha

dos Estados Unidos da América, Robert Matthias, realizou a entrega do prêmio ao Comandante da ERMB, Capitão de Fragata Fábio Tayarol Marques, em cerimônia realizada nas dependências da ERMB e presidida pelo Comandante do 7º Distrito Naval, Vice Almirante Sérgio Nathan Marinho Goldstein. Estiveram presentes ao evento o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa, Ministro do Superior Tribunal Militar, entre outras autoridades civis e militares.

A RNIT foi criada em março de 1962, durante a III Conferência Naval Interamericana, realizada em Viña del Mar, no Chile, com o propósito de manter o intercâmbio de comunicações entre os comandos navais dos países participantes. Além das informações de caráter operativo inerentes às Operações Navais Interaliadas, a RNIT também é responsável pelo tráfego de mensagens de coordenação conjunta dos países-membros frente aos efeitos de catástrofes naturais. Atualmente, a RNIT é composta por 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A ERMB conquistou o prêmio “Melhor Estação da RNIT” pela décima terceira vez desde a criação dessa premiação, em 1989, sendo a quarta consecutiva, atestando o profissionalismo e a dedicação dos seus integrantes e contribuindo para o distinto conceito que a Marinha do Brasil desfruta entre as Marinhas amigas.

Texto: Comando da Marinha do Brasil

Foto: Edilson Holanda

12 - Nilson Pinto destaca papel da CREDN para a Defesa Nacional



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), destacou na terça-feira, 15/05, o papel desempenhado pelo Colegiado em prol da Defesa Nacional. “De todas as Comissões da Casa, a CREDN é sem dúvida aquela que trata das matérias mais estreitamente ligadas às Forças Armadas, sua estrutura e seus projetos estratégicos”, afirmou.

Em palestra proferida aos alunos das escolas Superior de Guerra (ESG), de Guerra Naval (EGN) e de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Nilson Pinto discorreu sobre “A Atuação Institucional da CREDN”, cujo embrião teve origem com a Assembleia Constituinte e Legislativa de 12 de maio de 1823, quando foram nomeados os deputados constituintes para as comissões de Marinha e Guerra e Estatística e Diplomacia.

Segundo ele, “a CREDN é o caminho natural para a apreciação das proposições que dizem respeito à Defesa Nacional. Após o devido exame, a Comissão emite pareceres sobre todos os projetos de lei que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; e disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva, entre outros”, explicou.

O deputado assinalou ainda que os desafios com que se confrontam as instituições militares e seus integrantes são acompanhados de perto pela CREDN, cujos membros nutrem especial apreço pelas Forças Armadas e por sua atuação consistente em prol da defesa do território e da promoção do desenvolvimento do país.

“Apoiamos, com entusiasmo, e também com emendas, diversos projetos estratégicos das Forças. No caso da Marinha, acompanhamos, com especial atenção, o Projeto Antártico (Proantar), o Projeto Amazônia Azul, o Projeto das Corvetas Classe Tamandaré e os Projetos de Submarinos, sobretudo no que tange à nossa capacitação tecnológica. No caso do Exército, temos buscado apoiar o Projeto dos carros de combate Guarani, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SisFron) e o Sistema Defesa-Indústria-Academia (SisDIA), tão importantes para o desenvolvimento de nossa indústria. Com referência à Aeronáutica, buscamos contribuir para a Aquisição dos caças Gripen NG, para o desenvolvimento do cargueiro KC-390 e para o avanço do programa espacial brasileiro e qualificação da Base de Lançamentos de Alcântara”, assinalou.

Das quatro emendas que a CREDN apresentou à proposta de orçamento de 2018, três foram em favor dos projetos relativos às “Corvetas Classe Tamandaré”, aos “Blindados Guarani” e às “Aeronaves de Caça e Sistemas Afins”, os caças Gripen. Em 2017, foram apoiadas com emendas o desenvolvimento dos blindados Guarani, o projeto do cargueiro KC-390 e a implantação do estaleiro destinado à construção e manutenção de submarinos e da base naval de submarinos, bem como o remanejamento de dotações do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas.

Já no âmbito da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional, Colegiado que o deputado Nilson Pinto ocupa a vice-presidência, foi aprovado para o Orçamento de 2018 emendas ligadas a “Ações de Caráter Sigiloso”, do Comando da Marinha; e à implantação do “Sistema de Defesa Cibernética”, do Comando do Exército.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexssandro Loyola

13 - Presidente da CREDN discute agenda de Inteligência com a ABIN



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA) reuniu-se na quinta-feira, 24/05, com o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Janér Tesch Hosken Alvarenga, com quem discutiu diversos temas de interesse do Legislativo e da própria entidade. O presidente da CREDN é membro nato e vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional.

Para Nilson Pinto, “a exemplo da Política Externa e da Defesa Nacional, a Inteligência também é um tema de Estado que está acima das políticas de governo. Precisamos aprofundar cada vez mais esse relacionamento com o objetivo de dotarmos a nossa agência dos instrumentos necessários para o cumprimento do seu papel”, afirmou.

A ABIN é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) integrado por 39 membros e tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para o deputado, um dos principais problemas para que a ABIN exerça plenamente suas funções diz respeito ao seu orçamento, menor inclusive que muitos serviços congêneres da região. “Vamos trabalhar para que o orçamento da agência seja significativamente melhorado. Além disso, pretendemos discutir diversos aspectos relacionados aos instrumentos necessários para que a ABIN possa produzir e proteger o conhecimento crítico”, destacou o deputado.

Os dois também conversaram sobre a importância do Plano Nacional de Inteligência (PLANINT), documento que define ações estratégicas para a Inteligência brasileira, aprovado em 3 de maio.

De acordo com Janér Tesch Hosken Alvarenga, o PLANINT detalha os desafios, os objetivos e as ações que os órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência devem desenvolver e tem como base a Política Nacional de Inteligência (PNI) e a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT).

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexssandro Loyola

14 - “Não haverá intervenção militar”, afirma Comandante do Exército



Brasília – “Não haverá intervenção militar”, afirmou o Comandante do Exército, General Eduardo Dias Villas Bôas ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), na terça-feira, 29/05. Em reunião no QG da Força Terrestre, o deputado manifestou a sua preocupação com o desenrolar da crise política no país.

Nilson Pinto ouviu do general que esta possibilidade não existe. “As Forças Armadas estão entre as instituições que mais credibilidade têm junto à sociedade, justamente por cumprirem à risca o seu papel Constitucional. Não há solução para o Brasil que não passe pela democracia, por eleições livres e pelo respeito ao Estado de Direito”, afirmou o presidente da CREDN.

Na avaliação de Villas Bôas, “os apelos para que haja uma intervenção militar mostram a desesperança das pessoas na política, mas as Forças Armadas estão cientes das suas responsabilidades como instituições permanentes e regulares na garantia dos poderes constitucionais”.

Ainda de acordo com o Comandante do Exército, o artigo 142 da Constituição Federal preconiza que “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Eduardo Dias Villas Bôas também manifestou preocupação com o abandono da Amazônia. Segundo ele, o tema está completamente fora da agenda nacional apesar do enorme valor estratégico que tem para o país. “A importância da Amazônia não está apenas nas questões ambientais”, concordou Nilson Pinto, que propôs a realização de um seminário internacional para tratar dos aspectos relacionados à região por ocasião dos 40 anos do Tratado de Cooperação Amazônica. O evento deverá ser realizado ainda neste primeiro semestre.

Orçamento

O Comandante do Exército também tratou das questões orçamentárias e pediu o apoio da CREDN para que os recursos destinados aos Projetos Estratégicos sejam aumentados e assegurados. Villas Bôas afirmou que os atrasos comprometem a efetividade dos programas.

Hoje, seriam necessários R\$ 1,2 bilhão para garantir os cronogramas de Projetos Estratégicos como Sisfron, Guarani e Proteger, mas apenas R\$ 700 milhões foram aprovados pelo governo federal. Para 2019, o corte seria maior e o governo prevê apenas R\$ 500 milhões.

“Vamos propor a realização de uma audiência pública na CREDN para discutirmos a situação desses projetos e como assegurarmos previsibilidade orçamentária. Trata-se de um tema que não diz respeito exclusivamente às Forças Armadas, mas também à Base Industrial de Defesa”, adiantou Nilson Pinto.

Nesse sentido, a CREDN deverá apreciar requerimento do parlamentar na próxima quarta-feira, 6, com o propósito de conhecer a atual situação desses projetos e identificar formas de garantir os recursos necessários para a sua execução.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

15 - CREDN terá parceria com o IPEA para os temas internacionais e defesa



Brasília – Uma parceria entre a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), reuniu na quarta-feira, 13/06, o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA) e o Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais da entidade, Ivan Tiago Machado Oliveira.

“Trata-se de uma parceria mais que necessária, obrigatória. Um dos pilares do IPEA é justamente a confiabilidade dos dados que levanta e dos subsídios que produz. A nossa ideia é fortalecer as relações com os técnicos do instituto que são de altíssimo nível e têm muito a oferecer à nossa Comissão”, afirmou o deputado.

Segundo Ivan Oliveira, “a nossa cooperação é no formato ganha-ganha, pois produzimos estudos e pesquisas acerca de muitos temas com os quais a CREDN trabalha no seu dia-a-dia”. Na oportunidade, ele entregou alguns estudos realizados sobre Refúgio, Cooperação para o Desenvolvimento e MERCOSUL. “Além disso”, lembrou o diretor, “o IPEA coordena a área acadêmica e de think tanks dos BRICS”.

Nilson Pinto elogiou ainda a cooperação firmada entre o IPEA e o ACNUR, agência das Nações Unidas para os Refugiados, com o objetivo de mapear a situação dos refugiados no Brasil por meio de entrevistas diretas com os estrangeiros em São Paulo, Rio de Janeiro e Roraima.

“Os técnicos do IPEA saem a campo e produzem diagnósticos que permitem a elaboração de políticas públicas eficazes e ágeis e nós pretendemos demanda-los e tê-los como parceiros nos nossos eventos”, concluiu Nilson Pinto.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Banco de Imagens da internet

16 - Nilson Pinto discute agenda de trabalho da CCAI com Fernando Collor



Brasília – Na qualidade de vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), discutiu na quarta-feira, 13/06, a agenda de trabalho do Colegiado com o senador Fernando Collor (PTC-AL), seu homólogo na Comissão de Relações Exteriores do Senado e presidente do órgão de controle externo das atividades de inteligência.

Para o deputado, “o papel da CCAI é fundamental para fortalecer a Inteligência de Estado, capaz de oferecer aos tomadores de decisão os elementos necessários que permitam ao país atravessar principalmente os momentos mais turbulentos, de forma equilibrada”, explicou.

No dia 25 de maio, Nilson Pinto reuniu-se com o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Janér Tesch Hosken Alvarenga, com quem discutiu diversos temas de interesse do Legislativo e da própria entidade. “Eu e o senador Collor concordamos em que essa agenda é altamente relevante para a Comissão e para o país”, afirmou.

Além dos temas ligados à inteligência, Nilson Pinto e Fernando Collor discutiram aspectos relacionados à presença do senador em reunião de audiência pública, a ser realizada pela CREDN, com o objetivo de debater a situação política na Península Coreana. Em abril, o senador realizou visita oficial à Coreia do Norte, o que motivou a apresentação de requerimento da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) para ouvi-lo acerca das conversações mantidas com diferentes autoridades daquele país.

CPLP

Em conjunto com a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), Nilson Pinto pediu o apoio do senador Fernando Collor para a instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 2014, por meio da Resolução nº 2, do Congresso Nacional.

O Colegiado Parlamentar Misto será integrado por seis membros titulares, sendo quatro deputados e dois senadores, com igual número de suplentes, sendo parte do Estatuto da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Texto: Marcelo Rech

Foto: PSDB na Câmara

17 - Em Nota Oficial, de 29/10/2018, o Presidente da CREDN parabenizou o presidente eleito, Jair Bolsonaro,



Brasília – Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, saúdo o deputado federal Jair Bolsonaro por sua eleição como 38º Presidente da República Federativa do Brasil. Membro desta CREDN, o presidente eleito conferiu, em seu primeiro pronunciamento à Nação, destacada importância que merecerá a Política Externa Brasileira a partir de 1º de janeiro.

Ao tempo em que parabenizamos o atual congressista pela vitória conquistada nas urnas e em um processo eleitoral democrático, exortamos as forças políticas para que se unam em favor dos interesses nacionais. Este é e sempre será o compromisso desta Comissão.

Vamos continuar trabalhando em prol do aprofundamento das nossas relações exteriores, da defesa nacional, da projeção internacional do Brasil, de suas empresas, produtos e dos seus valores humanos. Para tanto, o Presidente da República contará com este Colegiado e com o papel fundamental desempenhado pela Diplomacia Parlamentar.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Lúcio Bernardo Jr.

18 - General brasileiro irá comandar a Junta Interamericana de Defesa



Brasília – O General de Divisão Luciano José Penna, atual chefe da Diretoria de Produtos Controlados, do Exército Brasileiro, foi eleito na terça-feira, 30/10, por unanimidade, presidente do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa (JID), principal mecanismo regional de diálogo de segurança e defesa do hemisfério e órgão de assessoramento da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, “a eleição do General Luciano reforça o prestígio das Forças Armadas brasileiras no contexto internacional. Trata-se de um reconhecimento à qualidade e ao perfil dos nossos militares”, afirmou.

A Junta Interamericana de Defesa, é importante destacar, foi criada no Rio de Janeiro durante a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das 21 Repúblicas Americanas, que então integravam a União Pan-Americana, em janeiro de 1942.

Em março de 2006, após completar 64 anos de fundação, a JID passou a ser uma entidade da OEA tendo como missão “proporcionar à Organização dos Estados Americanos e aos seus Estados membros, serviços de assessoramento técnico, consultivo e educacional em temas relacionados com assuntos militares e de defesa no Hemisfério, a fim de contribuir para o cumprimento da Carta de Direitos Humanos da entidade.

Segundo Nilson Pinto, “as Forças Armadas brasileiras têm dedicado especial atenção à Diplomacia Militar, uma estratégia fundamental para a geração de confiança e a cooperação entre as diferentes instituições castrenses do nosso continente. Acredito que essa postura será fortalecida na JID em benefício do entendimento, do diálogo e do desenvolvimento regional”, concluiu o parlamentar.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Exército Brasileiro

Visitas de Representações Diplomáticas

1 - Bruna Furlan manifesta apoio ao ingresso do Brasil na OCDE



Brasília – A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados recebeu na quarta-feira, 21/02, o Embaixador Carlos Márcio Cozendey, designado para ocupar o cargo de Delegado do Brasil junto aos organismos econômicos internacionais em Paris. Na oportunidade, ela manifestou seu apoio integral à adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Trata-se de organização internacional integrada por 35 países que priorizam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado. O Brasil mantém relações de cooperação com a OCDE desde a década de 90, individualmente e como membro do G-20. Em 2007, juntamente com Índia, China, Indonésia e África do Sul, o país foi alçado à condição de parceiro-chave da organização (key-partner).

Bruna Furlan lembrou que o Acordo de Cooperação Brasil – OCDE, firmado em 3 de junho de 2015, foi aprovado na CREDN em 2017. “Agora, vamos trabalhar para que o texto seja apreciado rapidamente na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e no Plenário para que a matéria possa seguir ainda neste semestre para o Senado”, afirmou.

O Embaixador Carlos Márcio Cozendey explicou que o Brasil está trabalhando intensivamente desde o ano passado para identificar as áreas em que será necessário adaptar a legislação e, com isso, cumprir as normas de ingresso na organização. Além disso, o diplomata tem dialogado com entidades da sociedade civil acerca da importância da adesão brasileira à OCDE.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

2 - Grupo Parlamentar Brasil – Argentina debate convergência regulatória



Brasília – O Grupo Parlamentar Brasil – Argentina reuniu-se na quarta-feira, 21/02, para discutir a convergência regulatória entre os dois países e avançar na derrubada de barreiras que inibem o comércio bilateral. O evento foi presidido pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), titular da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e contou com a presença do Embaixador argentino no Brasil, Carlos Magariños.

“Hoje, nos debruçamos sobre a possibilidade de criação de um organismo bilateral de metrologia ou a adoção de uma cooperação bilateral mais profunda, que harmonize os nossos parâmetros de metrologia. Precisamos, nesse contexto, envidar esforços para aproximar as nossas estruturas produtivas e para melhor integrar os nossos mercados”, afirmou a deputada.

A deputada reconhece que a lista de entraves é significativa, mas que há um entendimento conjunto de que as práticas protecionistas dificultam, por exemplo, uma maior entrada de lácteos, trigo e arroz argentino no Brasil.

“Nesse sentido, é preciso que as autoridades competentes de Brasil e Argentina se esforcem no sentido de promover a convergência entre os respectivos setores produtivos, de regras e padrões, que contribua, ao mesmo tempo, para o aumento da competitividade de nossas empresas e para a defesa dos interesses dos nossos consumidores”, defendeu.

Participaram dos debates Jorge Antonio da Paz Cruz, Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); André Marcos Favero, Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Vera Helena Thorstensen, professora da Escola de Economia da FGV de São Paulo e presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio; e o ministro Otávio Brandelli, Diretor do Departamento do MERCOSUL do ministério das Relações Exteriores.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulvida

3 - Presidente da CREDN respalda agenda estratégica Brasil – Etiópia



Brasília – A ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) recebeu na quinta-feira, 01/03, a Embaixadora da Etiópia no Brasil, Sinknesh Ejigu, a quem assegurou o apoio e o respaldo do Colegiado para o aprofundamento da agenda estratégica firmada pelo país africano com o Brasil.

“A Etiópia faz fronteira com o Sudão, a Eritréia e a Somália, no chamado ‘Chifre da África’. Ao aprofundarmos a cooperação com este país, também estamos reforçando as políticas de estabilização política naquela região”, afirmou. “Além disso, sua capital, Adis Abeba, abriga a sede da União Africana, projetando-se como capital diplomática da África”, acrescentou a deputada.

De acordo com a Embaixadora etíope, “com o potencial e as possibilidades de investimento e transferência de tecnologia estrangeiros diretos, o Brasil apresenta-se como um dos países prioritários da política externa da Etiópia. Nos últimos anos, as relações entre os dois países aumentaram significativamente, resultando na assinatura de mais de dez acordos de cooperação em diversas áreas”, explicou.

Bruna Furlan lembrou ainda que Brasília é a única capital latino-americana a contar com uma Embaixada da Etiópia. “Esta iniciativa denota a expectativa etíope com relação ao Brasil, atualmente identificado como importante parceiro emergente, ao lado de China e Índia. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil importante instrumento para viabilizar o seu desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola, energética, e de infraestrutura, bem como no fortalecimento de suas políticas públicas sociais”.

A ex-presidente da CREDN recordou também que em julho de 2013, iniciou-se a rota aérea Adis Abeba - São Paulo, operada pela Ethiopian Airlines. “A abertura do voo pela empresa estatal etíope constitui gesto de confiança nas relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil”, destacou.

Em 2017, a CREDN aprovou o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia, celebrado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulvida

4 - Brasil celebra fortalecimento das relações diplomáticas com a Sérvia



Brasília – O Brasil celebra o fortalecimento das relações diplomáticas com a Sérvia e trabalha para que os dois países aprofundem ainda mais a corrente de cooperação e comércio. Com este objetivo, o Embaixador sérvio no Brasil, Veljko Lazic, reuniu-se na quinta-feira, 01/03, com a pex-residente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), que irá trabalhar para que a Câmara dos Deputados realize ao longo do ano, uma sessão solene em homenagem às relações bilaterais.

A deputada destacou o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da OTAN em 1999. “O Brasil reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). Após a extinção da União, Brasil e Sérvia estabeleceram relações diplomáticas plenas em 2006, marcadas pelo alto nível do diálogo político”, explicou.

Para Bruna Furlan, “a Sérvia é um país-chave na estabilidade política dos Balcãs e o Brasil reconhece a sua importância para a paz e o desenvolvimento regional”, afirmou. Ela destacou ainda que, desde 2006, a Sérvia tem tido expressiva participação nos eventos internacionais, incluindo os temas sociais e ambientais.

“Em 2013, entrou em vigor o acordo bilateral para a isenção de vistos, medida essencial para fomentarmos o turismo e os negócios. Já em 2014, a Sérvia abriu a sua adidância militar em Brasília com o propósito de intensificar o diálogo e a cooperação neste campo. Trata-se de uma relação estratégica”, apontou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Rodrigo Bertoti

5 - Bruna Furlan defende ratificação do acordo Brasil – Angola em Defesa



Brasília – A ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) defendeu na terça-feira, 06/03, a ratificação do Acordo no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010, em reunião com o Embaixador angolano no Brasil, Nelson Manuel Cosme.

De acordo com Bruna Furlan, o acordo estabelece as bases normativas que regulamentarão a cooperação militar entre Brasil e Angola, permitindo, sob a coordenação de um Comitê de Trabalho Conjunto, a expansão dos vínculos ora existentes entre os dois países sobre essa matéria.

“Áreas específicas contempladas no acordo incluem formação militar, ciência e tecnologia de defesa, operações de paz, e exercícios militares conjuntos. Além disso, o acordo inscreve-se no marco da prioridade africana da política externa brasileira e segue a orientação estratégica de intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas”, explicou.

De acordo com o governo brasileiro, o setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar, com grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares.

Segundo Bruna Furlan, “este acordo permitirá a intensificação da cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa”, concluiu.

Nelson Manuel Cosme também confirmou a visita oficial que o presidente de Angola, João Lourenço, fará ao Brasil nos dias 3 e 4 de maio. “O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda”, assinalou a deputada.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

6 - CREDN apoiará integração entre Brasil e Guiana



Brasília – O processo de integração física e econômica entre o Brasil e a Guiana contará com o apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. Foi o que assegurou a ex-presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), na terça-feira, 06/03, em audiência com o Embaixador guianense no Brasil, George Talbot.

Na oportunidade, a deputada destacou o trabalho realizado pelo presidente David Granger em defesa da segurança regional e da integração socioeconômica do seu país com o MERCOSUL. Em dezembro passado, Granger proferiu a palestra “Segurança Continental na América do Sul - Mudanças e Desafios no Século 21: Perspectivas de um Pequeno Estado”, a convite do Instituto Rio Branco.

Durante o encontro, que reuniu diplomatas brasileiros e estrangeiros, além de parlamentares, o presidente da Guiana tratou, entre outros temas, do MERCOSUL, tráfico de drogas e da Amazônia, no âmbito da segurança regional e internacional.

Para Bruna Furlan, “a integração regional defendida pelo Brasil engloba todos os países da América do Sul em torno de um projeto que beneficie, prioritariamente, as pessoas, e a Guiana tem buscado esse objetivo por meio de uma diplomacia de paz e desenvolvimento”, explicou.

Em maio de 2017, o embaixador da Guiana no Brasil, George Talbot, durante o Encontro Empresarial Brasil-Guiana, realizado na Federação das Indústrias do Estado de Roraima, anunciou a inclusão no orçamento do país, dos recursos necessários para a construção da estrada que ligará Lethem, na fronteira com o Brasil, à capital Georgetown, o que atrairá muitos investimentos brasileiros para o seu país.

Além disso, a Guiana tem especial interesse na participação do Brasil na exploração do petróleo e do gás e na transferência tecnológica brasileira nesta área. Os dois países têm cooperado desde meados da década de 80, mas as recentes descobertas de reservas economicamente viáveis torna ainda mais atrativa a relação.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

7 - Instalados os grupos parlamentares Brasil - Espanha e Brasil - Itália



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados instalou, na quarta-feira, 14/03, os grupos parlamentares de amizade Brasil – Espanha, que será presidido pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), e Brasil – Itália, que estará sob comando do deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Os dois mecanismos irão trabalhar pelo aprofundamento das relações bilaterais e o fortalecimento da diplomacia parlamentar.

Na semana anterior, Bruna Furlan reuniu-se com o Secretário de Assuntos Exteriores da Espanha, Ildelfonso Castro, e o Embaixador Fernando Villalonga. Na oportunidade, foram discutidos temas da agenda bilateral que podem receber o apoio da CREDN, como a ratificação do acordo de cooperação em Defesa que acaba de chegar à Câmara.

“Também conversamos sobre a importância de instalarmos o grupo de amizade. Na Espanha, os deputados têm sido muito ativos no apoio às relações bilaterais e precisamos deste mecanismo funcionando, não apenas por reciprocidade, mas também porque a presença da Espanha no Brasil está consolidada e resiste mesmo em períodos de crise”, afirmou.

Já Rubens Bueno acredita que o trabalho em torno de uma agenda comum deverá orientar os trabalhos do Grupo de Amizade Brasil – Itália. Na sua avaliação, os parlamentares dos dois países podem incrementar os vínculos comerciais, turísticos, e a harmonização das políticas de direitos humanos e energias renováveis.

“Os italianos são grandes investidores no Brasil na produção de energia limpa. Trata-se de uma oportunidade para reafirmarmos os laços de uma relação que é cada vez mais sólida, abrangendo diversas áreas, incluindo investimentos e o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado”, afirmou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

8 - Evandro Roman recebe parlamentar iraniano na CREDN



Brasília – O deputado Evandro Roman (PSD-PR), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Irã, recebeu o embaixador iraniano no Brasil, Seyed Ali Saghaeyan e o presidente da Comissão de Agricultura, Água e Recursos Naturais do Parlamento Islâmico do Irã, Ali Akbari. O encontro aconteceu na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e teve por objetivo impulsionar ainda mais a troca comercial e simplificar as operações financeiras entre as duas economias, além de adensar os laços de amizade e de cooperação parlamentar.

Durante o encontro, Akbari, que veio ao Brasil para participar do Fórum Mundial da Água em Brasília, ratificou o interesse iraniano em ampliar o investimento bilateral nas relações mercantis e culturais. “O Grupo Parlamentar representa uma grande oportunidade para aumentarmos as relações bilaterais com o Brasil. Somos grandes importadores dos produtos brasileiros e temos interesse em ampliar nossa compra, mas também de mostrar nosso mercado e nossos produtos”, disse o parlamentar iraniano.

O Irã é um dos países mais desenvolvidos do Oriente Médio e importa principalmente milho, soja em grãos e carne bovina in natura brasileira. Em setembro, uma missão brasileira fechou acordos importantes nos setores de carne, soja, milho, biodiesel e etanol, açúcar e pescados. Agora, o país quer exportar para o Brasil ureia, frutas secas e amêndoas.

Roman reafirmou o interesse brasileiro em importar produtos iranianos com foco na tecnologia agrícola. “O Irã é o quinto maior parceiro do agronegócio brasileiro e a ideia é aumentar o intercâmbio comercial. Só em 2017, exportamos mais de US\$ 2 bilhões em produtos brasileiros e temos potencial de chegar a US\$ 5 bi, com oportunidades em mais de 203 produtos de mais de 10 setores brasileiros”, afirmou.

Nanotecnologia

O Irã tem feito grandes progressos na produção científica em relação à nanotecnologia. Enquanto em 2006, ocupava o 31º lugar, em 2016 alcançou o sexto lugar no mundo.

Segundo Roman, essa é uma área de grande interesse brasileiro especialmente para o agronegócio. “A nanotecnologia é uma alternativa e um complemento às tradicionais tecnologias que impulsionaram a melhoria do agronegócio brasileiro. Além de dar mais segurança ao produtor, evita o desperdício através das técnicas de aplicação de insumos, detecção de pragas e doenças na lavoura, avalia os níveis de nutrientes e o teor de umidade no solo e ainda reduz os danos ambientais. Enquanto que para os animais, esta ciência permite melhor controle de saúde através do diagnóstico e tratamento de doenças”, explicou.

Ao final do encontro, o parlamentar brasileiro convidou Akbari a conhecer o Show Rural em Cascavel, uma das maiores feiras do agronegócio da América Latina, e a cidade de Foz do Iguaçu por suas belezas naturais e pela comunidade muçulmana que compreende mais de 12 mil cidadãos. O convite foi recebido com bastante interesse pelo parlamentar iraniano já que também há interesse entre os países para impulsionar o intercâmbio.

Texto: Assessoria de Imprensa do Deputado Evandro Roman (publicado em 27/03/2018)

Foto: Assessoria de Imprensa do Deputado Evandro Roman

9 - Nilson Pinto destaca parceria e cooperação da CREDN com a UE



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Nilson Pinto (PSDB/PA), destacou a parceria e cooperação entre a Comissão e a Delegação da União Europeia, em audiência com o Embaixador europeu no Brasil, João Gomes Cravinho, na quarta-feira, 18/04. O presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – UE, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), também participou do encontro.

Na oportunidade, eles conversaram sobre os avanços nas negociações do Tratado de Livre Comércio MERCOSUL – União Europeia. Para Cravinho, “há uma janela de oportunidades que está se fechando. Não podemos perdê-la”, afirmou. Para Nilson Pinto, “o acordo é estratégico para o Brasil e para os países do MERCOSUL e está suficientemente maduro para ser assinado. A permanência do ministro Aloysio à frente do Itamaraty também contribui para a conclusão dessas negociações”, assinalou.

Em janeiro, a União Europeia melhorou sua oferta nas quotas de carne bovina, frango, milho e açúcar, enquanto que o MERCOSUL manifestou disposição para melhorar a sua oferta no setor de serviços marítimos, confirmou sua oferta de cotas para o setor lácteo e avançou na discussão para reconhecimento das indicações geográficas solicitado pela UE. Já em relação ao setor automotivo, o MERCOSUL esclareceu que o bloco necessita de um período de carência na desgravação tarifária do setor. A última rodada de negociação foi realizada em Assunção, entre 20 de fevereiro e 2 de março. Há expectativa que o TLC seja assinado até junho.

Fundação UE-ALC

O presidente da CREDN também informou que o Acordo que Institui a Fundação Internacional União Europeia – América Latina e Caribe, será relatado pelo deputado Eduardo Barbosa.

A proposta assinada em Santo Domingo, República Dominicana, em 2016, pretende aproximar ainda mais as duas regiões. A fundação tem sede em Hamburgo, na Alemanha, e iniciou suas atividades em 2012.

Sua missão é ajudar a fortalecer e promover a associação estratégica birregional, melhorando sua visibilidade, incentivando a elaboração de estudos e fomentando a participação do setor acadêmico e das respectivas sociedades civis.

Refugiados

Nilson Pinto, Eduardo Barbosa e João Gomes Cravinho, trataram ainda de vários aspectos relacionados à crise humanitária vivida pelos venezuelanos que buscam refúgio no Estado de Roraima. O Embaixador da UE explicou que irá àquele Estado juntamente com outros diplomatas europeus, para conhecer in loco a situação. O grupo terá reuniões em Boa Vista e Pacaraima, com autoridades estaduais, municipais, integrantes de ONGs e com os próprios venezuelanos.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

10 - Embaixador marroquino defende fortalecimento das relações bilaterais na CREDN



Brasília – O Embaixador do Marrocos no Brasil, Nabil Adghoghi, defendeu na quarta-feira, 18/04, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), o fortalecimento das relações bilaterais e o aprofundamento da corrente de comércio.

Em audiência com o presidente da CREDN, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), ele afirmou que há um potencial a ser explorado e que o Marrocos pretende consolidar-se como porta de entrada para os mercados do Norte da África e até mesmo da Europa.

Adghoghi também se disse otimista quanto às negociações para um Tratado de Livre Comércio entre o Marrocos e o MERCOSUL. A retomada das negociações deu-se quando o Brasil presidia o bloco no segundo semestre do ano passado e foi tratado em encontro do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, com o ministro da Indústria, do Investimento, Comércio e Economia Digital do Marrocos, Moulay Háfid El Alamy, em Marrakech.

Para Nilson Pinto, “o melhor caminho para as Relações Internacionais é a cooperação e o livre comércio, que ampliam muito as possibilidades para todos os países”, disse. O deputado Cléber Verde (PRB/MA), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Marrocos, participou da audiência e agradeceu ao Embaixador pelo apoio marroquino à pesca brasileira. Ele destacou ainda o interesse do Brasil em exportar frango e importar sardinha daquele país.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

11 - Presidente da CREDN discute Política Externa com Secretário-Geral do Itamaraty



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Nilson Pinto (PSDB/PA), discutiu, na terça-feira, 24/04, diversos aspectos da Política Externa Brasileira com o Secretário-Geral do ministério das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão. Os dois destacaram ainda o excelente relacionamento mantido entre a CREDN e o Itamaraty.

De acordo com Nilson Pinto, “o ministério das Relações Exteriores é o formulador e executor da nossa Política Externa, mas a CREDN tem a prerrogativa de discutir e ratificar os tratados internacionais. Por esta razão, é fundamental estreitarmos o diálogo e aprofundarmos a reciprocidade”, explicou. “O nosso papel é o de contribuir em tudo aquilo que projete o Brasil e os seus interesses no mundo”, assinalou.

Marcos Galvão reconheceu a importância da CREDN e dos debates promovidos pelo Colegiado. Na sua avaliação, “a participação do Parlamento nas discussões dos temas da política exterior é fundamental. Há uma agenda política e econômico-comercial que cobra a presença do Brasil como protagonista”, afirmou.

Os dois conversaram ainda sobre os 40 anos do Tratado de Cooperação Amazônica. Para marcar esta data, a CREDN deverá realizar, em parceria com o Itamaraty, um seminário internacional em julho. Nilson Pinto e Marcos Galvão coincidiram em que o acordo que envolve os oito países amazônicos precisa ser priorizado e os trabalhos no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) devem ser fortalecidos.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Edilson Holanda

12 - Brasil e Alemanha querem fortalecer relacionamento bilateral



Brasília – Brasil e Alemanha querem fortalecer o relacionamento bilateral e impulsionar a agenda de política externa comum, principalmente nos fóruns internacionais. Foi o que discutiram na quarta-feira, 25/04, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), o presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Alemanha, deputado Benito Gama (PTB/BA) e o Embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel.

Witschel destacou a importância da aprovação, em 2017, do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, firmado em 2015 e que aguarda deliberação pela Comissão de Turismo. O acordo autoriza a concessão de visto temporário, com validade de um ano, a jovens de ambos os países, com idade entre 18 e 30 anos, que permitirá sua permanência no território do outro país primordialmente para fins de turismo, com a possibilidade de buscar e exercer, emprego que permita complementar os recursos financeiros da viagem.

Também conversaram sobre a definição de um cronograma de trabalho por parte do Grupo Parlamentar que foi presidido por Nilson Pinto por cerca de oito anos. Benito Gama pretende definir os temas prioritários a serem tratados bilateralmente.

No tocante à cooperação em energia, destacam-se o compromisso mútuo com a promoção das fontes renováveis, bem como a complementariedade a ser explorada para promoção de investimentos no Brasil a partir da experiência alemã com usinas eólicas e fotovoltaicas. Como exemplo, o acordo assinado, em 2014, pelo BNDES e o KfW, para mobilização de EUR 265 milhões para investimentos em usinas eólicas no Brasil.

“A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil, após a China, os Estados Unidos e a Argentina. É, também, o maior parceiro comercial do Brasil na União Europeia. Além disso, temos uma grande parceria em temas educacionais, ciência e tecnologia e para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Trata-se de uma parceria imprescindível”, afirmou Nilson Pinto.

Georg Witschel manifestou ainda preocupação com a crise política na Venezuela e o seu impacto na região e com o anúncio recente feito por seis países (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru) de suspenderem suas participações na UNASUL.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

13 - Geórgia quer impulsionar cooperação parlamentar com o Brasil



Brasília – O Embaixador da Geórgia no Brasil, David Solomonia, defendeu na quarta-feira, 25/04, em audiência com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Nilson Pinto (PSDB-PA), o impulso da cooperação parlamentar bilateral.

De acordo com o diplomata, a parte georgiana foi reativada e aguarda o agendamento de um encontro em Tbilisi. Solomonia também destacou os 25 anos das relações bilaterais que serão comemorados em 2018.

“Nos últimos dois anos, a Política Externa Brasileira vem passando por um processo de reorientação com uma aposta forte no multilateralismo. Precisamos intensificar as nossas relações com países como a Geórgia, inclusive por meio de mais cooperação”, afirmou Nilson Pinto.

Os dois conversaram ainda sobre a agenda do comércio bilateral e coincidiram que o vinho da Geórgia deve figurar como um dos produtos de destaque desta pauta. Esse intercâmbio passou de US\$ 90 milhões em 2009 para US\$ 259 milhões em 2013.

Em novembro de 2013, a vice-presidente do Parlamento da Geórgia, Manana Kobakhdze, visitou o Brasil a convite do então Senador Aloysio Nunes Ferreira, que presidia o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Geórgia no Congresso Nacional, que se constituiu na primeira missão parlamentar georgiana a um país da América Latina.

Atualmente, o Projeto de Resolução 219 de 2017, apresentado pelo deputado Claudio Cajado (DEM/BA), aguarda deliberação pelo Plenário para a constituição da parte brasileira do grupo.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Edilson Holanda

14 - Embaixador do Uruguai destaca estado das relações com o Brasil na CREDN



Brasília – O Embaixador do Uruguai no Brasil, Gustavo Vanerio, destacou o excelente estado das relações bilaterais com o Brasil, em reunião na terça-feira, 08/05, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA). Segundo ele, “os dois países estão alinhados e possuem uma agenda comum em diversas matérias”.

Vanerio destacou o posicionamento adotado pelos dois países em reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada nesta segunda-feira, 7, em Genebra, em relação à agricultura. “O Uruguai figura entre os principais parceiros do Brasil na América do Sul. A cooperação entre os dois países é abrangente, perpassando os campos político, econômico, tecnológico, cultural e social”, destacou o deputado.

Os dois conversaram ainda sobre o fortalecimento do sistema multilateral e as ameaças representadas por políticas protecionistas. Na avaliação de Nilson Pinto, “a política externa uruguaia tem se mostrado moderna, eficiente e focada na diversificação das suas relações econômicas e comerciais, sem abandonar a vocação bilateral com o Brasil e também com a Argentina”.

Gustavo Vanerio sublinhou, também, a importância dos projetos de infraestrutura levados a cabo por Brasil e Uruguai na região de fronteira. Nesse sentido, ganha ainda mais relevância o conceito de “novo paradigma” das relações bilaterais, que busca, de acordo com a chancelaria brasileira, incentivar projetos estratégicos, que beneficiem ambas as populações.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Sonia Zaghetto

15 - Parlamentares do Quênia discutem intercâmbio com a CREDN



Brasília – Um grupo de sete parlamentares representantes da Comissão de Supervisão e Implementação da Constituição daquele país foi recebida na quarta-feira, 16/05, pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA). Na oportunidade, foram discutidos diversos temas políticos e as possibilidades de um intercâmbio entre o Parlamento do Quênia e a CREDN.

A Comissão de Supervisão e Implementação da Constituição de 2010 é integrada por 23 membros e percorre alguns países com o objetivo de trocar experiências que permitam a consolidação do processo político naquele país. De acordo com Nilson Pinto, “a Constituição do Quênia teve a brasileira como um dos seus modelos, focada no fortalecimento das instituições. Razão pela qual, entendo que intercâmbios como este são extremamente importantes para que a comunidade internacional conheça melhor as leis e o funcionamento dos Três Poderes no Brasil”, afirmou.

O deputado defendeu ainda a reativação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Quênia e a instituição, naquele país, de um grupo semelhante com o objetivo de tornar permanentes o diálogo e as consultas políticas. “O relacionamento bilateral não pode prescindir da Diplomacia Parlamentar, ainda que a prerrogativa de formular e executar as respectivas políticas externas sejam dos governos”, destacou.

Os deputados quenianos demonstraram muito interesse em conhecer também as regras de funcionamento das comissões permanentes da Câmara e do Senado, principalmente com relação à discussão e execução do Orçamento e aos temas de Defesa e Segurança.

Em 2019, o Quênia passará por eleições e a Comissão de Supervisão e Implementação da Constituição pretende elaborar normas para tornar o processo legislativo ainda mais robusto e autônomo.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

16 - Peru aposta no Gabinete Binacional para fortalecer relações com o Brasil



Brasília – O Peru aposta na criação do Gabinete Binacional como medida para fortalecer as relações bilaterais com o Brasil. Foi o que expressou na quarta-feira, 16/05, o Embaixador peruano Vicente Rojas Escalante, em audiência com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA).

De acordo com o diplomata, o Gabinete Binacional terá totais condições para tratar os temas da agenda bilateral, especificamente as questões fronteiriças. A formalização deste instrumento deverá dar-se na reunião de vice-ministros de Relações Exteriores que será realizada em Lima, nos dias 12 e 13 de junho. O Peru já mantém gabinetes com a Bolívia, Chile, Colômbia e Equador. Dos países com os quais tem fronteira, apenas o Brasil ainda não instituiu o mecanismo.

Em 2009, foi criada a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça, que cuida, entre outros, de assuntos relacionados com o controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas. Os dois países mantêm ainda forte relacionamento no combate a ilícitos transnacionais, destacadamente ao narcotráfico.

Nesse sentido, foi instituída a Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos como espaço para acompanhamento político-diplomático da colaboração entre autoridades dos dois países visando ao fortalecimento do combate conjunto da criminalidade transfronteiriça.

“Não há como atacarmos problemas que são comuns de maneira isolada e em apenas um lado da fronteira. Nesse sentido, o fortalecimento da cooperação na forma dos mecanismos já instituídos e no âmbito de um Gabinete Binacional, que reúna os presidentes e os seus respectivos ministros é fundamental”, explicou Nilson Pinto.

Vicente Rojas Escalante assinalou ainda que o Peru continua aberto aos investimentos brasileiros e que há interesse especial na cooperação em temas amazônicos. Além disso, destacou a importância do diálogo político por meio de grupos parlamentares nos dois países. No Parlamento peruano, funciona a Liga Parlamentar Peru-Brasil, cujos congressistas manifestam desejo contínuo de estreitar laços com seus homólogos brasileiros.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

17 - Presidente da CREDN elogia investimentos de Israel em inovação



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), elogiou, na quarta-feira, 16/05, os investimentos feitos por Israel em projetos de inovação. Ele abordou o tema ao receber em audiência, o Embaixador Yossi Shelley.

Segundo o deputado, “Israel é importante parceiro na área de ciência e tecnologia, reconhecido por sua excelência em setores como biotecnologia, engenharia e softwares. Recebeu bolsistas do programa Ciência Sem Fronteiras e mantém com o Brasil memorando bilateral de estímulo à inovação”, explicou.

Participaram do encontro os deputados Jony Marcos (PRB-SE) e Marco Feliciano (PODE-SP), respectivamente presidente e secretário do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Israel, além do ministro-conselheiro Itay Tagner e a conselheira política Tayla Post.

Nilson Pinto destacou ainda a realização, na quinta-feira, 17, de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 70 anos de criação do Estado de Israel. “Desde o início de sua história, com o papel desempenhado pelo Embaixador Oswaldo Aranha, o Brasil tem mantido com Israel uma relação marcada pela cooperação e o diálogo”, resumiu o deputado.

O presidente da CREDN também aproveitou a oportunidade para indicar o deputado Marco Feliciano para representar a Comissão na Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares de Relações Internacionais, que se realizaria entre 10 e 14 de junho na sede do Knesset, o Parlamento israelense, em convite formulado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Avi Dichter.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Rech

18 - Peru aposta no Gabinete Binacional para fortalecer relações com o Brasil



Brasília – O Peru aposta na criação do Gabinete Binacional como medida para fortalecer as relações bilaterais com o Brasil. Foi o que expressou na quarta-feira, 16/05, o Embaixador peruano Vicente Rojas Escalante, em audiência com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA).

De acordo com o diplomata, o Gabinete Binacional terá totais condições para tratar os temas da agenda bilateral, especificamente as questões fronteiriças. A formalização deste instrumento deverá dar-se na reunião de vice-ministros de Relações Exteriores que será realizada em Lima, nos dias 12 e 13 de junho. O Peru já mantém gabinetes com a Bolívia, Chile, Colômbia e Equador. Dos países com os quais tem fronteira, apenas o Brasil ainda não instituiu o mecanismo.

Em 2009, foi criada a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça, que cuida, entre outros, de assuntos relacionados com o controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas. Os dois países mantêm ainda forte relacionamento no combate a ilícitos transnacionais, destacadamente ao narcotráfico.

Nesse sentido, foi instituída a Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos como espaço para acompanhamento político-diplomático da colaboração entre autoridades dos dois países visando ao fortalecimento do combate conjunto da criminalidade transfronteiriça.

“Não há como atacarmos problemas que são comuns de maneira isolada e em apenas um lado da fronteira. Nesse sentido, o fortalecimento da cooperação na forma dos mecanismos já instituídos e no âmbito de um Gabinete Binacional, que reúne os presidentes e os seus respectivos ministros é fundamental”, explicou Nilson Pinto.

Vicente Rojas Escalante assinalou ainda que o Peru continua aberto aos investimentos brasileiros e que há interesse especial na cooperação em temas amazônicos. Além disso, destacou a importância do diálogo político por meio de grupos parlamentares nos dois países. No Parlamento peruano, funciona a Liga Parlamentar Peru-Brasil, cujos congressistas manifestam desejo contínuo de estreitar laços com seus homólogos brasileiros.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

19 - Reino Unido: CREDN debate situação de brasileiros no exterior



Brasília – A situação das comunidades brasileiras no exterior foi tema de reunião do presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), e o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Reino Unido, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). Na terça-feira, 15/07, eles receberam o presidente da Casa do Brasil, de Londres, Carlos Mellinger com quem trataram, entre outros, do Programa de Retorno Voluntário.

Cerca de 350 mil brasileiros residem na região metropolitana de Londres. No total, seriam quase 400 mil em todo o Reino Unido. De acordo com Mellinger, em torno de 40% desse total seriam de pessoas indocumentadas ou “irregulares”. “Temos promovido seminários no Brasil sobre a imigração irresponsável. Muitos brasileiros emigram sem qualquer preparo e/ou condições”, alertou.

A Casa do Brasil atende gratuitamente a comunidade de brasileiros que residem no Reino Unido e presta assistência jurídica e psicológica, além de manter em parceria com o governo britânico o Programa de Retorno Voluntário para que as pessoas em situação irregular possam voltar ao Brasil em segurança.

“Este trabalho é realizado em parceria com o Home Office e tem por objetivo auxiliar aqueles que estão em situação ilegal, permitindo que possam retornar ao Brasil dignamente”, explicou.

Nilson Pinto aproveitou a oportunidade para promover o enlace entre a Casa do Brasil e a Subcomissão Permanente de Migração, presidida pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e que é resultado de um seminário internacional realizado pela CREDN em 2014 com as comunidades de brasileiros no exterior.

“É importante que essa Subcomissão mantenha o diálogo com as nossas comunidades de brasileiros que vivem no exterior, até para que possamos dar seguimento às políticas públicas de atenção e assistência. Também conversamos sobre a necessidade de o Brasil adotar uma política de retorno dos brasileiros. Há diversas questões que precisam ser discutidas como Previdência, Emprego, Reinserção”, adiantou o deputado.

O presidente da Casa do Brasil esteve acompanhado da Coordenadora do Programa de Retorno Voluntário, Fatima Lessa, e da psicóloga da entidade, Iricê Gódoi.

Texto: Marcelo Rech

Foto: PSDB na Câmara

20 - Nilson Pinto apoia o fim da dupla tributação entre Brasil e Emirados Árabes



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), defendeu, na terça-feira, 29/05, a assinatura de um acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos para pôr fim à dupla tributação.

Em reunião com a Embaixadora daquele país, Hafsa Abdullah Mohammed Sharif Al Ulama, o deputado afirmou que “há um enorme potencial de comércio e investimentos a ser explorado pelos dois países e este acordo contribuirá significativamente para que os negócios sejam alavancados”.

De acordo com Al Ulama, o Fundo Soberano dos Emirados Árabes conta com cerca de US\$ 2 bilhões para investir no Brasil. Ela revelou ainda que os dois países deverão firmar também, até o final do ano, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. “As relações bilaterais vivem um dos seus melhores momentos e estamos trabalhando para estreitarmos ainda mais a cooperação”, assinalou a diplomata.

Na avaliação de Nilson Pinto, “o Brasil precisa dar continuidade às reformas estruturais para atrair investimentos duradouros. São muitas as amarras que freiam o seu desenvolvimento e impedem o aprofundamento da cooperação em diversos setores da economia”.

Em 2008, os Emirados Árabes Unidos transformaram-se no segundo parceiro médio-oriental do Brasil, atrás apenas da Arábia Saudita, com um comércio total que gira em torno dos US\$ 3 bilhões.

Combustíveis e óleos minerais dominam a pauta das importações brasileiras. Já as exportações do Brasil são lideradas por produtos como carnes, açúcares e minérios, sendo significativas também as exportações de produtos de maior valor agregado, como máquinas e aços.

Hafsa Abdullah Mohammed Sharif Al Ulama destacou ainda o interesse do seu país em aprofundar a cooperação bilateral em matéria de Defesa e informou que, em breve, haverá a troca de adidos militares entre o Brasil e os Emirados com o objetivo de potencializar essa parceria.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alexsandro Loyola

21 - Peritos da União Europeia discutem agenda regional brasileira na CREDN



Brasília – Uma delegação de dez membros do Grupo de Trabalho América Latina e Caribe (COLAC), organismo de assessoramento superior direto do Conselho da União Europeia, discutiu nesta terça-feira, 05/06, temas da agenda regional brasileira na CREDN. Na oportunidade, eles foram recebidos pelo presidente do Colegiado, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA) e pelo presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – União Europeia, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

O grupo é responsável pelo monitoramento e aconselhamento sobre temário relevante para a formulação e operacionalização de política exterior e agenda diplomática da União Europeia para a região. “Tivemos a oportunidade de discorrer sobre questões como a crise na Venezuela e o seu impacto regional, especialmente para o Brasil, as eleições gerais que teremos em outubro e os desafios que se apresentam para o país. Foi um diálogo de alto nível mantido com o propósito de fortalecer ainda mais os laços que unem o Brasil e a União Europeia”, afirmou Nilson Pinto.

Eduardo Barbosa destacou a empatia dos brasileiros pela cultura e os valores europeus. “Firmamos uma aliança estratégica com o objetivo de ampliarmos ainda mais as áreas de cooperação. Os brasileiros têm uma visão positiva da Europa e isso pode ser constatado na absorção da cultura europeia em todo o país”, explicou.

Nilson Pinto e Eduardo Barbosa assinalaram que o processo eleitoral que culminará com a eleição geral de 7 de outubro, é marcado pela imprevisibilidade. Na avaliação de ambos, temas como a corrupção, violência urbana, saúde e desemprego, serão determinantes para que os eleitores possam se definir em termos de candidatos.

Em relação à crise na Venezuela, os parlamentares observaram que o apoio no Brasil ao regime bolivariano é cada vez menor embora ainda haja um resquício de suporte ideológico em três partidos. Segundo Eduardo Barbosa, “o Brasil tem uma posição clara em relação ao que ocorre naquele país e não fechará as suas fronteiras. No entanto, essa pressão migratória não poderá recair apenas sobre um estado e terá de ser diluída com a interiorização dos venezuelanos”.

Para Nilson Pinto, “há uma posição majoritária em defesa da ajuda humanitária que o Brasil oferece aos venezuelanos e para que haja uma solução pacífica para essa crise. Por outro lado, menos de 20% dos deputados expressam apoio ao governo da Venezuela”, concluiu Nilson Pinto.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Assessoria de Imprensa do PSDB

22 - Japão pede apoio do Brasil para a EXPO 2025



Brasília – O Embaixador do Japão no Brasil, Akira Yamada, pediu na terça-feira, 05/06, ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), o apoio do Brasil para que a cidade de Osaka seja eleita sede da EXPO 2025, também conhecida como International Registered Exhibitions. O deputado Luiz Nishimori (PR-PR), presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Japão, também participou da reunião.

Trata-se de um encontro realizado a cada cinco anos com temas projetados para aumentar a conscientização e encontrar respostas para desafios universais do nosso tempo. A próxima World Expo acontecerá em Dubai entre 20 de outubro de 2020 e 10 de abril de 2021, sob o tema “Connecting Minds, Creating the Future”.

De acordo com Yamada, três países são candidatos a sediar a World Expo 2025: o Japão (Osaka), a Rússia (Ecatimburgo) e o Azerbaijão (Baku). Os 170 Estados membros do BIE elegerão o país anfitrião na 164ª Assembleia Geral em novembro de 2018. No entanto, o Brasil perdeu o seu direito de voto por falta de pagamento das contribuições.

Nilson Pinto comprometeu-se a agilizar junto ao Itamaraty, o envio de uma proposta para regulamentar a implementação da Convenção sobre Exposições Internacionais e, com isso, solucionar o pagamento das contribuições pendentes e reativar o direito de voto brasileiro.

“Brasil e Japão são parceiros tradicionais. Este ano, celebramos os 110 anos do início da imigração japonesa e ostentamos, com orgulho, a maior comunidade de descendentes de japoneses no mundo, com mais de 1,5 milhão de pessoas”, destacou o deputado.

No dia 21 de junho, a Câmara dos Deputados realizará sessão solene em homenagem à data e nos dias 4 e 5 de julho, o restaurante SENAC, também da Câmara, irá promover a gastronomia japonesa.

Segundo Nilson Pinto, “o Japão é um exemplo para o mundo, sobretudo em temas de ciência, tecnologia e inovação”. Já o embaixador japonês destacou a importância das relações com a CREDN para o fortalecimento da cooperação bilateral. “Os dois países comungam e compartilham valores que vão desde o desarmamento até as mudanças climáticas, passando por temas educacionais e de cooperação técnica”, explicou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Embaixada do Japão no Brasil

23 - Embaixadores árabes destacam posição do Brasil sobre conflito no Oriente Médio



Brasília – Os embaixadores da Arábia Saudita, Hisam Alqahtani; da Palestina, Ibrahim Alzeben; do Marrocos, Nabil Adghoghi; e da Tunísia, Hedi Soltan, que são membros do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil, destacaram nesta quarta-feira, 13/06, a posição de independência do Brasil em relação ao conflito no Oriente Médio, especialmente a questão que envolve Israel e Palestina.

“Nossos países nutrem a ambição de ver a postura imparcial do Brasil em relação à política internacional, sempre focada na abordagem pacífica, na divulgação de valores da paz e da convivência”, diz o documento entregue ao presidente da CREDN, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA).

O parlamentar afirmou que “os árabes podem ficar tranquilos. A posição brasileira em defesa de uma solução que contemple dois estados com fronteiras seguras, não mudará. Além disso, não há qualquer possibilidade de transferirmos a nossa embaixada de Tel Aviv para Jerusalém”, explicou.

Segundo Ibrahim Alzeben, “é lamentável constatar que alguns meios tentam influenciar o Brasil para mudar sua posição conceituada e devidamente elaborada desde o início deste conflito em 1948. Ora para desconsiderar o estatuto jurídico da cidade triplamente sagrada de Jerusalém, ora para questionar a própria existência da Embaixada do Estado da Palestina em Brasília”.

Nilson Pinto revelou, inclusive, que o próprio ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em audiência pública realizada também nesta quarta-feira, 13, garantiu que o país não foi sequer consultado a respeito do assunto pelas autoridades israelenses. “Todos conhecem a posição clara do Brasil a respeito e a agenda do chanceler em Israel concentrou-se nos temas de cooperação e comércio”, lembrou.

Embaixada

O Embaixador da Palestina também esclareceu diversos aspectos relacionados com a construção da representação palestina no Brasil. Em 2010, o governo brasileiro reconheceu o Estado da Palestina, elevando o patamar oficial da sua missão diplomática. Em 2016, foi inaugurada a Embaixada que, segundo o embaixador palestino, “não contou com quaisquer recursos públicos brasileiros”.

“As relações diplomáticas entre o Brasil e a Palestina são regidas com total transparência, de acordo com a Convenção de Viena de 1961”, afirmou Alzeben, que apresentou o registro da entrega do título de propriedade do terreno na Palestina, doado para a representação diplomática brasileira. O documento foi entregue ao Embaixador Paulo França pelo presidente Mahmoud Abbas.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Edilson Holanda

24 - Embaixador do Azerbaijão destaca importância da Diplomacia Parla- mentar na CREDN



Brasília – O Embaixador do Azerbaijão no Brasil, Elkhan Polukhov, destacou na terça-feira, 19/06, em reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), a importância da Diplomacia Parlamentar no aprofundamento das relações bilaterais. Para o diplomata, o papel exercido pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Azerbaijão é fundamental para o fortalecimento das relações entre os dois países.

Brasil e Azerbaijão comemoram, em 2018, 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, iniciadas em 21 de outubro de 1993. Além disso, as relações bilaterais ganharam impulso com a abertura recíproca de embaixadas. A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009 e em maio de 2012, chegou ao Brasil o primeiro embaixador residente azerbaijano.

De acordo com o governo brasileiro, em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 71,2 milhões, e foi composta, em sua quase totalidade, de exportações brasileiras, no valor de US\$ 71 milhões. O crescimento do comércio em relação a 2016, quando as exportações alcançaram US\$ 11,1 milhões, foi impulsionado pela venda brasileira de aeronaves fabricadas pela Embraer, que equivaleram a cerca de US\$ 60 milhões. O Azerbaijão anunciou a compra de oito aviões E-190, um dos quais já entregue, perfazendo transação estimada em US\$ 400 milhões.

“Trata-se de uma relação estratégica do Brasil com um país jovem, com enorme potencial econômico e comercial e com o qual devemos manter estreitas relações diplomáticas e também políticas. Acredito na Diplomacia Parlamentar como um forte indutor das relações bilaterais e multilaterais”, afirmou Nilson Pinto.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

25 - Crise política na Nicarágua é tema de reunião na CREDN



Brasília – A crise política na Nicarágua foi discutida na terça-feira, 19/06, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a pedido da Embaixadora Lorena Martínez. Participaram do encontro o presidente da CREDN, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA) e o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Países da América Central, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP).

“A Embaixadora nos propiciou muitas informações acerca do momento difícil por que passa aquele país desde abril, quando protestos contra a Reforma da Previdência foram organizados. Lamentamos a situação, pelo povo nicaraguense, e exortamos a que as partes se sentem à mesa, pois o diálogo deve ser o principal caminho para a construção de uma solução pacífica”, afirmou Nilson Pinto.

De acordo com Lorena Martínez, “apesar de o governo ter retirado a proposta de reforma, os protestos não cessaram. Trata-se de um movimento político que busca apenas a derrubada do presidente Daniel Ortega”, observou. Ela afirmou ainda que há muitas notícias falsas circulando com o mesmo objetivo.

“O Governo não está matando o seu povo”, assegurou. Na oportunidade, Martínez entregou dois documentos aos parlamentares com detalhes acerca dos passos adotados pelo governo para pôr fim à crise. “O encontro da solução deve dar-se entre os nicaraguenses e o nosso papel é o de contribuir, sempre que chamados a opinar, para que haja diálogo permanente”, explicou o presidente da CREDN.

Para Vinicius Carvalho, “os atos de violência são lamentáveis e nós, deputados, estamos à disposição das partes para colaborar com as negociações que tenham como objetivo o cessar das hostilidades e a conformação de uma agenda em prol do país. Torcemos para que, em breve, possamos discutir como ampliarmos as relações e o comércio”, assinalou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Ascom – deputado federal Vinicius Carvalho

26 - Nilson Pinto discute relações com a República Dominicana



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA) discutiu na terça-feira, 03/07, o estado das relações do Brasil com a República Dominicana, em audiência com o Embaixador dominicano Alejandro Arias Zarzuela. “O nosso objetivo é fazer com que as relações sejam aprofundadas e criem cada vez mais oportunidades para os dois países”, afirmou o deputado.

Em maio, durante visita do ministro das Relações Exteriores da República Dominicana ao Brasil, Miguel Vargas, os dois países firmaram três acordos sobre cooperação na área de Defesa, Serviços Aéreos e de Isenção de Vistos e Negócios. Nilson Pinto assegurou que os acordos serão apreciados assim que chegarem à CREDN.

“O Brasil e a República Dominicana têm trabalhado para identificar novas áreas de cooperação, incluindo os temas de Defesa que implicam na aquisição de equipamentos e também no intercâmbio de experiências. Em relação ao turismo e a negócios, os brasileiros desejam contar com uma conectividade mais ampla com o Caribe, daí os acordos de serviços aéreos e de isenção de vistos”, explicou o deputado.

Alejandro Arias destacou a importância do Brasil para a indústria do turismo, mas salientou que a agenda bilateral, que já era densa, ficou ainda mais robusta a partir da visita do chanceler Vargas. “O nosso país aposta numa relação de longo prazo e baseada em resultados concretos”, afirmou. Para o diplomata, a criação, também em maio, do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos, contribuirá para impulsionar as relações econômicas entre os dois países.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

27 - CREDN respalda apoio brasileiro ao acordo nuclear iraniano



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), respaldou, na quarta-feira, 04/07, a manutenção do acordo nuclear firmado pelo Irã com os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha (P5 + 1).

Em reunião com o Embaixador do Irã no Brasil, Seyed Ali Saghaeyan, na quarta-feira, 4, o parlamentar afirmou que “não há solução que não passe pelo diálogo e pelo fortalecimento do multilateralismo. A posição brasileira é muito clara em relação a esse tema”.

De acordo com Nilson Pinto, a própria Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) emitiu dez relatórios probatórios sobre o cumprimento do acordo por parte do Irã, mas os Estados Unidos decidiram ignorá-los alegando outros problemas, como o suposto financiamento do terrorismo pelo Irã e violações dos direitos humanos pelo Governo do país, como argumentos para abandonar o acordo.

Seyed Ali Saghaeyan reconheceu a importância do apoio brasileiro e afirmou que “o Brasil não é apenas um gigante continental, mas um país que tem voz internacional, tanto na América Latina como em outras regiões do mundo. Temos muito em comum e consideramos que os Estados Unidos estão destruindo o sistema multilateral”, explicou.

No dia 27 de junho, o vice-ministro para Temas Econômicos do ministério de Assuntos Estrangeiros do Irã, Embaixador Gholam Reza Ansari, visitou Brasília, na qualidade de enviado especial, portador de uma carta do líder iraniano Hassan Rouhani para o presidente Michel Temer.

Esses temas também foram tratados em abril quando o chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial ao Brasil, acompanhado de 60 funcionários governamentais e empresários. Na oportunidade, foram firmados quatro acordos de cooperação jurídica e dois entre o Instituto Rio Branco e a Escola Internacional de Relações Exteriores do Irã; e outro entre a ANVISA e a Iran Drug and Food Administration. Zarif manteve ainda reuniões com dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Texto: Marcelo Rech

Foto: bandeiras do Brasil e do Irã mescladas/imagem de internet

28 - Presidente da CREDN destaca os 50 anos das relações da Guiana com o Brasil



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), destacou, na terça-feira, 10/07, a importância dos 50 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiana, celebrados em 2018. O deputado tratou deste e de outros temas da agenda bilateral com o Embaixador George Wilfred Talbot.

Recentemente, os dois países criaram o Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, com o objetivo de assegurar que a integração resulte em melhoria das condições de vida das respectivas populações. De acordo com o Itamaraty, estão previstos mecanismos de cooperação nas áreas de educação, saúde, vigilância sanitária, vigilância agropecuária, saúde animal e sanidade vegetal, meio ambiente, desenvolvimento urbano, assuntos aduaneiros, circulação de pessoas e transporte de passageiros e cargas.

Na primeira reunião do Comitê foi assinado o Acordo que estabelece o Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as localidades de Bonfim (RR) e Lethem. Uma vez em vigor, o acordo simplificará a importação de mercadorias para subsistência pelos cidadãos residentes nas duas cidades, além de regulamentar o transporte na região.

George Talbot agradeceu o apoio do Brasil por meio de diversos projetos de cooperação e lembrou que nesta quarta-feira, 11, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, estará na Guiana como parte das comemorações pelo aniversário das relações diplomáticas.

Em dezembro passado, Brasil e Guiana firmaram dois acordos nas áreas de infraestrutura e combate à seca, por ocasião da visita ao Brasil do presidente guianense, David Granger, à Brasília. O Brasil irá apoiar, por meio de projeto de engenharia, a pavimentação de um trecho da rodovia Lethem-Linder, na Guiana, que impulsionará o comércio e permitirá o escoamento da produção da região Norte do Brasil, para o Caribe e os mercados norte-americano, asiático e europeu.

Segundo Nilson Pinto, “as relações com os países vizinhos são fundamentais para o Brasil e o desenvolvimento regional. Cuidar dessas relações com aqueles com quem dividimos fronteiras, é um dever que temos com o processo de integração”, afirmou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: nacoesunidas.org

29 - A paz na Síria deve ser alcançada sem interferências externas”, afirma Nilson Pinto



Brasília – “A paz na Síria deve ser alcançada sem interferências externas”, afirmou o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA) que se reuniu na quarta-feira, 08/08, com o Embaixador sírio no Brasil, Mohamad Khafif.

O diplomata agradeceu a solidariedade expressada pelo governo brasileiro em defesa da paz naquele país e afirmou que o processo de reconstrução da Síria já teve início. Mohamad Khafif revelou ainda que a Assembleia do Povo criou recentemente uma frente parlamentar para apoiar as relações com o Brasil. “As relações são muito boas, mas têm potencial para crescerem muito mais, especialmente em termos econômicos e políticos”, afirmou.

Em maio de 2017, o ministério dos Negócios Estrangeiros e Expatriados da Síria convidou o Brasil a participar da 59ª edição da Feira Internacional de Damasco (FID), realizada entre 17 e 26 de agosto. Participaram do evento trinta países. A 60ª edição da FID ocorrerá no período de 6 a 15 de setembro de 2018.

O governo ofereceu um stand gratuito para o Brasil. Três empresas já teriam confirmado participação. O governo sírio organizou, igualmente, entre os dias 19 e 23 de setembro de 2017, a feira “Rebuild Syria”, com ênfase na comercialização de bens de capital e de serviços de engenharia e construção civil. A quarta edição do evento deverá ocorrer entre 2 e 6 de outubro de 2018.

De acordo com Mohamad Khafif, “a Síria tem conseguido caminhar para a estabilidade com a recuperação de 90% do território antes ocupado por terroristas. No nosso país não há uma guerra civil ou sectária. Somos vítimas de uma campanha midiática enganosa”, explicou. Ele disse ainda que o governo está discutindo um processo de reconciliação com anistia para todos os que depuserem as armas.

“Nós estamos esperançosos que a guerra travada na Síria chegue a bom termo, com paz e desenvolvimento para o seu povo. E isso deve ser conquistado pelos sírios sem ingerência de outros atores”, reiterou Nilson Pinto.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Marcelo Mariano/Jornal Opção

30 - CREDN priorizará acordos com a República Dominicana



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados irá priorizar a tramitação de dois acordos firmados pelo Brasil com a república Dominicana, em maio deste ano. São iniciativas que tratam da isenção de vistos de turismo e negócios e serviços aéreos, que irão potencializar as relações bilaterais.

Na quarta-feira, 31/10, o presidente da CREDN, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA) reuniu-se com o Embaixador dominicano no Brasil, Alejandro Arias Zarzuela, com quem discutiu a importância do relacionamento entre os dois países e o impacto nas respectivas economias que terá a ratificação dos referidos acordos.

De acordo com Alejandro Zarzuela, muitos dominicanos têm manifestado interesse em viajar para o Brasil, tanto para turismo como para negócios. Além disso, a tendência é que o número de brasileiros que procuram a República Dominicana como destino, cresça significativamente.

República Dominicana y Brasil firmaron el acta de compromiso conjunto orientado a eliminar trabas que afecten el comercio y la inversión entre ambos países, lo que promoverá mayores oportunidades de acceso de los productos dominicanos a ese país suramericano.

Em agosto, realizou-se em Santo Domingo, reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimento República Dominicana - Brasil, com o objetivo de eliminar as travas que afetam o comércio e os investimentos entre ambos os países, permitindo o incremento das oportunidades de acesso dos produtos dominicanos ao Brasil.

Para Nilson Pinto, as relações com a República Dominicana são estratégicas tanto do ponto de vista do Caribe como do impulso proporcionado pelos dominicanos aos produtos brasileiros junto ao mercado norte-americano. “Vamos trabalhar para aprovar os dois acordos na CREDN ainda neste mês. As relações bilaterais são excelentes e o Brasil deve fortalecer essas alianças”, explicou o deputado.

Um terceiro acordo, de cooperação em Defesa, segue tramitando no Executivo e poderá ser encaminhado ao Congresso antes do final do ano.

Texto: Marcelo Rech

Foto: perfil pessoal do embaixador no Twitter (<https://twitter.com/alejandroariasz>)

31 - Ucrânia pede pressão do Brasil contra agressões da Rússia



Brasília – O Embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko pediu na quinta-feira, 29/11, que o Brasil exerça pressão política junto aos mecanismos internacionais contra o que chamou de “agressões da Rússia”. Reunido com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA), o diplomata afirmou que “não somos suicidas de achar que ganharíamos algo com uma guerra contra a Rússia. São nossos vizinhos e um grande mercado para a Ucrânia”, afirmou.

De acordo com o governo da Ucrânia, duas canhoneiras e um rebocador foram atingidos e neutralizados na tarde de domingo, 25, quando tentavam deixar uma área próxima de uma ponte no estreito de Kerch, o único acesso para o mar de Azov. O ataque teria sido desferido por navios, caças e helicópteros russos. Os 24 tripulantes – entre eles ao menos três feridos – foram capturados pelas forças especiais russas e estão presos naquele país.

Segundo Tronenko, “nós queremos a paz, mas a paz não depende de nós, depende do Senhor Putin. Não queremos que se repita 2014 quando fomos atacados e estávamos despreparados. Estamos em uma área geopoliticamente de interesse da Rússia e somos reféns dessa situação”, disse.

Para o presidente da CREDN, os eventos de domingo podem escalar para algo mais sério, o que preocupa não apenas o Brasil como toda a comunidade internacional. “É fundamental que haja diálogo e respeito às normas internacionais. Situações como esta somente geram mais tensões, o que não interessa, creio, a nenhuma das partes”, advertiu.

Também na quinta-feira, o Itamaraty divulgou a seguinte nota oficial acerca do ocorrido:

Incidente no Estreito de Kerch

O governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, do incidente naval ocorrido domingo passado, dia 25/11, entre a Federação da Rússia e a Ucrânia, no estreito de Kerch, ponto de passagem entre o mar de Azov e o mar Negro.

O governo brasileiro insta a Federação da Rússia e a Ucrânia a evitarem a escalada do conflito e buscarem solução pacífica para a crise, em conformidade com o direito internacional.

Texto: Marcelo Rech

Foto: José Lázaro Jr.

Atividades na CREDN

1 - Presidente da CREDN defende o fortalecimento das políticas de Estado



Brasília – “Os desafios que temos pela frente fazem jus ao tamanho deste país e da sua importância na cena internacional. Um país continental como o Brasil não pode abdicar de sua projeção, de sua influência e de sua presença nas grandes decisões”, afirmou o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), eleito na quarta-feira, 04/04, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

O parlamentar substituiu a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), que presidiu o Colegiado em 2017. Em seu quinto mandato consecutivo, Nilson Pinto presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi 1º vice-presidente da Comissão de Educação, além de ter sido presidente e vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha.

Geólogo formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), da qual também foi reitor entre 1989 e 1993, o deputado obteve, em 1977, o título de mestre em geoquímica, pela mesma universidade, e em 1980, conquistou o título de doutor em geociências, pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, na Alemanha.

Natural de Belém (PA), Nilson Pinto destacou a importância estratégica da região Amazônica, que conta com a maior floresta tropical do mundo, com a maior reserva de biodiversidade do planeta e também com a maior bacia hidrográfica da terra, responsável por um quinto do volume total de água doce que desagua nos oceanos. “Trata-se do nosso mais rico e exuberante patrimônio, que tem despertado cobiça e interesse da comunidade internacional”, lembrou.

“Certamente incluiremos a região amazônica na agenda de debates desta Comissão, não só por sua importância estratégica do ponto de vista da Defesa Nacional, como também por sua singular relevância para o nosso entorno regional”, destacou o deputado.

Defesa Nacional

No âmbito da Defesa Nacional, Nilson Pinto explicou que a CREDN irá debater e apresentar sugestões aos seus principais documentos, quais sejam a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa, e o Livro Branco da Defesa Nacional. “Atuaremos, ainda, para que os projetos estratégicos das Forças Armadas e as condições de operacionalidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sejam significativamente melhorados”, assegurou.

O parlamentar considera igualmente relevante que a CREDN contribua para a solidez da Base Industrial de Defesa (BID), criando as condições para que o desenvolvimento tecnológico seja alcançado e consolidado pelas empresas nacionais, gerando produtos com alto valor agregado, de uso dual, divisas e empregos.

Em 2018, o presidente da CREDN acumulará, também, a vice-presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional, órgão de controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

2 - Acordo de Cooperação em Defesa Brasil – Reino Unido passa na CREDN



Brasília – O Acordo de Cooperação em Defesa firmado entre o Brasil e o Reino Unido em 14 de setembro de 2010 foi aprovado na quarta-feira, 16/05, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. O parecer favorável é do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Reino Unido.

Segundo o parlamentar, o texto do acordo teve de ser renegociado entre os dois países por conta da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em 2011, que alterou os graus de classificação de informação. A conclusão das negociações deu-se por troca de notas, em 31 de julho de 2017.

A cooperação entre os dois países, no âmbito da Defesa, poderá incluir, mas não está limitada, a visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; reuniões de Estado-Maior e reuniões técnicas; reuniões entre instituições de Defesa equivalentes; intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios por entidades militares, assim como em entidades civis de interesse da Defesa e de comum acordo; eventos culturais e desportivos; cooperação relacionada com materiais e serviços vinculados à área de Defesa; implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de Defesa, considerando a participação de entidades estratégicas militares e civis de cada parte.

“Além disso”, observa o deputado, “a cooperação se dará também em assuntos relativos à Defesa, nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança da tecnologia e aquisição de produtos e serviços de Defesa”, afirmou.

Brasil e Reino Unido pretendem ainda compartilhar conhecimentos e experiências relativas a temas de segurança, incluindo aquelas adquiridas no campo de operações, assim como aqueles vinculados a missões internacionais de manutenção da paz, nas áreas de tecnologia de Defesa; ações combinadas de treinamento e instrução militar, exercícios militares conjuntos, assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares, e cooperação em outras áreas no domínio da Defesa que sejam de interesse comum.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

3 - CREDN aprova Acordo de Cooperação em Defesa Brasil - Indonésia



Brasília – Na quarta-feira, 16/05, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados acatou parecer do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) e aprovou o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, firmado entre o Brasil e a Indonésia no dia 5 de abril de 2017.

De acordo com o parlamentar, o tratado tem como propósito promover a cooperação em assuntos de Defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; assessoramento em tecnologia militar; intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à Defesa, incluindo operações de manutenção da paz; educação e treinamento militar; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da Defesa.

Segundo Abi-Ackel, o acordo de Defesa foi assinado com base em pressupostos comuns como a importância de promover as relações bilaterais de cooperação em Defesa e de seu particular significado para a manutenção da paz e da segurança internacional, além de reafirmar o conteúdo da Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica entre a Indonésia e o Brasil firmada em 2008.

“O compartilhamento de experiências científico-tecnológicas nas diversas áreas relacionadas com a Defesa, por meio da troca de informações, visitas e outras iniciativas de interesse mútuo e a promoção da cooperação da indústria de Defesa, especialmente nas áreas de equipamentos e serviços, apoio logístico, questões de exportação de Defesa, transferência de tecnologia, pesquisa, produção e marketing conjunto, são do interesse dos dois países e este acordo irá permitir o aprofundamento do relacionamento nesta área que já é excelente”, afirmou Paulo Abi-Ackel.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

4 - Aprovado na CREDN o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL



Brasília – O protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL foi aprovado na quarta-feira, 16/05, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). Com a adesão da Bolívia, o MERCOSUL passa a constituir um bloco com 300 milhões de habitantes, área de 13,8 milhões de quilômetros quadrados e PIB de 3,5 trilhões de dólares.

O texto do Protocolo já foi aprovado nas comissões do MERCOSUL e de Constituição e Justiça. De acordo com o relator da matéria, a Bolívia, além de sua localização estratégica, possui reservas de gás e de lítio, além de outros minerais de valor elevado. Além disso, o Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia, sendo o primeiro destino de suas exportações, em razão da venda de gás natural. Por outro lado, somos o segundo nas importações bolivianas.

“As relações comerciais entre os dois países têm impulsionado o desenvolvimento boliviano, em função da presença econômica brasileira naquele país, no que diz respeito ao superávit comercial, investimentos e remessas de imigrantes. O Brasil recebe 30% das exportações bolivianas e ocupa o segundo lugar entre as importações, atrás apenas da China”, assinalou Vinicius Carvalho.

De acordo com a chancelaria brasileira, as relações bilaterais também abrangem iniciativas nas áreas de cooperação energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos internacionais, bem como a articulação conjunta em foros regionais e globais.

Nossos principais eixos de integração econômica são nas áreas produtiva, energética e projetos de infraestrutura regional. O Brasil importa 98% do total exportado de gás natural boliviano, enquanto a Bolívia compra manufaturados, entre eles barras de ferro, betume de petróleo, condutores para uso elétrico, tratores, locomotivas, móveis de madeira, arroz, calçados e fungicidas.

“No que diz respeito aos investimentos, eles tendem ao crescimento, em razão da complementaridade das economias brasileira e boliviana. Espera-se que o ingresso da Bolívia no MERCOSUL abra caminho para projetos econômicos como a exploração e o processamento de minérios raros, que é uma das riquezas bolivianas”, explicou o deputado.

Na fronteira, os dois países desenvolvem uma política de integração, com a finalidade de transformá-la em espaços de paz, cooperação e desenvolvimento econômico e social. O Brasil compartilha com a Bolívia uma fronteira de 3.423 quilômetros, e desde 2011 foram criados os “Comitês de Integração Fronteiriça”, com objetivo de buscar soluções para questões das zonas de fronteiras e trazer melhorias efetivas à população local.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

5 - CREDN aprova projeto que autoriza residência a imigrantes



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 16/05, o Projeto de Lei nº 7.876/2017, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que institui autorização de residência aos imigrantes que tenham ingressado no território nacional até 21 de novembro de 2017, data da vigência da nova Lei de Migração.

Para tanto, a mesma deve ser solicitada no prazo de até 18 meses da entrada em vigência da lei objeto do referido projeto de lei, caso seja aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, independentemente de sua situação migratória prévia. Pela proposta, os imigrantes que requererem residência estarão isentos do pagamento de quaisquer multas, taxas e emolumentos consulares.

Além disso, o imigrante com processo de regularização migratória em tramitação poderá optar por ser beneficiado por esta Lei, assim como o solicitante de refúgio que manifestadamente expressar sua opção pela solução migratória prevista nesta proposta.

No entanto, a autorização de residência prevista não implica anistia penal e não impede o processamento de medidas de expulsão e cooperação jurídica relativas a atos cometidos pelo solicitante a qualquer tempo.

“Esta iniciativa corrobora o desejo das organizações que apoiam os imigrantes já instalados no Brasil e que se encontram em situação de precariedade social e trabalhista, em razão de estarem indocumentados quanto à sua residência. Trata-se de um procedimento estabelecido e consolidado pelo Estado brasileiro ao longo da história, já que este processo de regularização migratória foi realizado pelo Brasil quatro vezes desde a década de 1980”, revelou Orlando Silva.

O deputado assinalou ainda que as anistias são reconhecidamente importantes, e elogiadas em fóruns internacionais, justamente porque a regularização e o acesso à documentação retiram as pessoas migrantes de uma condição de vulnerabilidade em que estariam sujeitas à exploração.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

6 - Acordo em Defesa Brasil - São Tomé e Príncipe é aprovado na CREDN



Brasília – “Consideramos que os acordos no âmbito da Defesa são de extrema importância para as relações bilaterais das Nações com quem o Brasil mantém parcerias. O nosso País possui uma vocação pacífica e democrática, promovendo a cooperação no campo internacional com os países amigos”, afirmou o deputado Márcio Marinho (PRB-BA), ao defender a aprovação do Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa firmado por Brasil e São Tomé e Príncipe, em 10 de novembro de 2010. Em julho do ano passado, o texto foi emendado pelos dois países.

De acordo com Marinho, a adoção do acordo tem por objetivo promover a cooperação em assuntos de Defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; intercâmbio de tecnologia militar com visitas recíprocas de cientistas e técnicos; intercâmbio de experiências e conhecimentos em áreas como busca e salvamento; educação e treinamento militar; e ajuda humanitária.

“Por meio deste instrumento, Brasil e São Tomé, parceiros históricos no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), expressam a vontade de reforçar os laços de amizade e solidariedade entre as suas Forças Armadas, com a determinação de desenvolver relações de cooperação no domínio da Defesa, e o convencimento de que o entendimento mútuo, o intercâmbio de informações e o incremento da cooperação favorecerão a paz, a segurança e a estabilidade internacionais”, explicou o parlamentar.

O acordo prevê ainda que cada uma das Partes não venderá ou fornecerá a organizações internacionais, terceiros países, pessoas jurídicas ou físicas, armas e material bélico, outros equipamentos especiais, documentação técnica, assim como informações ou materiais recebidos ou adquiridos ao abrigo da cooperação desenvolvida, sem a autorização prévia, por escrito, da outra Parte.

Tratados

Na quarta-feira, 16/05, a CREDN aprovou ainda os acordos firmados pelo Brasil com a República do Malawi, sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático; de serviços aéreos com a República de Seychelles, e de vistos de curta duração com a República Moldova.

Texto: Marcelo Rech

Foto: PRB

7 - Aprovado Acordo de Cooperação em Defesa Brasil - Espanha



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 23/05, o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado entre Brasil e Espanha em 3 de dezembro de 2010. A proposição recebeu parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Espanha.

Segundo ela, “os acordos no âmbito da Defesa são de extrema importância para as relações bilaterais. Nesse contexto, o Brasil possui uma vocação pacífica, democrática e promove a cooperação no campo internacional, buscando sempre aprofundar e ampliar a parceria estratégica com os países amigos.

O texto do acordo preconiza o desejo dos dois países em promover a cooperação em assuntos relativos à Defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; assessoramento em tecnologia militar; intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à Defesa, incluindo operações de manutenção da paz; educação e treinamento militar; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da Defesa.

Bruna Furlan destacou ainda a relevância do acordo na cooperação em matéria de indústria de armamento e serviços relacionados à Defesa; e implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação ou desenvolvimento de tecnologia de Defesa, com a participação de entidades militares ou civis de interesse estratégico para o Brasil e a Espanha.

“Além disso, o acordo prevê a realização de visitas de delegações de alto nível; reuniões de pessoal e encontros de caráter técnico; reuniões entre instituições de Defesa equivalentes; intercâmbio de instrutores e alunos em centros de ensino militar; participação em cursos de formação e especialização, estágios, seminários, debates e simpósios em entidades e instituições militares, assim como em entidades e instituições civis de interesse da Defesa; participação em manobras e exercícios militares com observadores ou unidades; visitas e escalas de navios de guerra”, detalhou a deputada.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

8 - CREDN aprova Acordo de Serviços Aéreos Brasil - Suíça



Brasília – Com parecer favorável do deputado Benito Gama (PTB-BA), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 23/05, o Acordo de Serviços Aéreos firmado pelo Brasil com a Suíça em julho de 2013.

Brasil e Suíça mantêm um relacionamento estratégico e, de 2007 a 2012, o comércio bilateral cresceu 35,3%, alcançando 4,47 bilhões de dólares. Além disso, em 2008, os dois países firmaram o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, parceria essa que se destaca especialmente nas áreas de neurociências, saúde, energia e meio ambiente. O deputado lembrou ainda que cerca de 350 empresas suíças operam no Brasil, algumas já estando presentes há mais de 90 anos.

“Este acordo tem por fundamento a chamada “política de céus abertos”, além da fixação dos preços das passagens com base em critérios de mercado. A política de céus abertos prevê a liberalização de normas e regulamentos sobre a indústria da aviação internacional, com ênfase na aviação comercial, ou seja, a abertura de um mercado livre para a indústria aérea, onde diversos países, por meio de tratados, cooperam entre si”, explicou Benito Gama.

O Brasil assinou outros tratados da mesma natureza com países como Arábia Saudita, Costa Rica, Estados Unidos e Ilhas Seychelles, “o que ilustra a modernização dos acordos aéreos e o cuidado em alinhá-los às normas internacionais de Direito Aéreo, estabelecidas pelas Convenções sobre Aviação Civil Internacional, de 1944 e dos requisitos da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

“Brasil e Suíça buscam fortalecer o marco legal para a operação de serviços aéreos entre ambos, o que também irá adensar as relações bilaterais nas esferas do comércio, turismo e cooperação”, concluiu o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

9 - Instalada Subcomissão Especial destinada a acompanhar e fiscalizar assuntos relacionados à implementação plena dos acordos do tipo Céus Abertos, firmados pelo Brasil com diversos países



Brasília – A Subcomissão Especial destinada a acompanhar e fiscalizar assuntos relacionados à implementação plena dos acordos do tipo Céus Abertos, firmados pelo Brasil com diversos países foi instalada na última terça-feira, 29/05, com foco na fomentação de novas medidas legislativas para aperfeiçoar o mercado dos serviços aéreos entre os países. A subcomissão será presidida pelo deputado Benito Gama (PTB/BA), contando com oito parlamentares, todos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Benito Gama (PTB/BA) destacou a importância da referida Subcomissão, que favorecerá a cooperação e o desenvolvimento dos países envolvidos, criando um ambiente otimista para desenvolver a indústria aeronáutica de modo a proteger os direitos e interesses dos usuários. Entre os benefícios esperados da implementação de Céus Abertos destaca a ampliação da oferta de voos, aumento dos serviços e novos mercados atendidos por serviços aéreos, expansão e fortalecimento do transporte de carga, aumento de empregos e contribuição para o crescimento do país, com desdobramentos e ramificações dos benefícios para outros setores da economia e da sociedade.

O acompanhamento da implementação dos Acordos de Céus Abertos pela Subcomissão especial fomentará novas medidas legislativas para aperfeiçoar o mercado dos serviços aéreos entre os países.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

10 - CREDN monitora situação de brasileiros detidos nos Estados Unidos



Brasília – O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Nilson Pinto (PSDB-PA) afirmou na quinta-feira, 21/06, que a situação dos brasileiros detidos nos Estados Unidos acusados por imigração ilegal está sendo monitorada pelo Colegiado. De acordo com o parlamentar, “há questões de caráter humanitário, como a separação das famílias e a detenção de crianças, que nos preocupam muito. Assim como o governo norte-americano tem amparo legal para combater a imigração ilegal, também tem obrigações quanto à preservação dos direitos humanos, especialmente dos menores de idade”, explicou.

Nesta quarta-feira, 20, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, firmou uma ordem executiva revogando as medidas que implicavam na prisão e criminalização dos imigrantes ilegais que ingressaram no país pela fronteira mexicana. À noite, o Itamaraty emitiu nota oficial expressando a preocupação do governo brasileiro com o aumento dos casos de crianças separadas e isoladas dos pais.

Além disso, o tema foi amplamente debatido na sessão plenária da Câmara dos Deputados. Nilson Pinto lembrou ainda que a CREDN analisaria uma Moção de Repúdio ao governo dos Estados Unidos, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), na reunião deliberativa do dia 20 de junho. O debate acerca da Moção não foi possível em razão do início da Ordem do Dia no Plenário da Casa.

“Estamos atentos ao que está ocorrendo e dispostos a colaborar para que essas famílias possam se reencontrar o mais breve possível. É preciso, destacar, ainda, que os imigrantes detidos em solo norte-americano são vítimas da atuação de diferentes máfias de coyotes que aliciam pessoas humildes com falsas promessas de uma vida melhor em outro país”, assinalou.

Para o deputado, é igualmente relevante a iniciativa brasileira de realizar campanhas de esclarecimento, em coordenação com os conselhos de cidadãos brasileiros nos Estados Unidos, sobre os riscos da travessia pela fronteira, em especial com menores de idade.

Nilson Pinto lembrou, ainda, que no próximo dia 26, quando da visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, ao Brasil, este será um dos tópicos tratados, como forma de fortalecer as consultas regulares sobre temas consulares com o governo norte-americano.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

11 - CREDN aprova voto de regozijo pelo resgate exitoso na Tailândia



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 11/07, voto de regozijo à equipe de resgate e ao grupo resgatado de uma caverna na província de Chiang Rai, na Tailândia. A iniciativa é dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Nilson Pinto (PSDB-PA).

Por 18 dias, 12 crianças futebolistas e o seu técnico, ficaram presos em uma caverna quando tentavam a escapar de uma enxurrada. Uma equipe de 90 mergulhadores foi mobilizada, sendo 50 estrangeiros e 40 tailandeses. Mais de 1.000 pessoas fizeram parte da equipe de resgate. Saman Kunan, tailandês e membro da equipe de resgate, morreu durante o caminho de volta da caverna, após desmaiar enquanto mergulhava.

De acordo com Rubens Bueno, “a operação de resgate exigiu bastante destreza da equipe envolvida, pois as galerias subterrâneas eram completamente escuras e de difícil acesso. O grupo precisou atravessar trechos inundados, muito estreitos e com relevo bastante acidentado. Como se não bastasse, alguns dos meninos não sabiam nadar e tiveram de aprender técnicas de mergulho às pressas”, explicou.

“Os nossos cumprimentos àqueles que se dedicaram incansavelmente para que todos fossem resgatados com vida, sem espetacularizar o drama das vítimas e suas famílias, e os nossos sentimentos de pesar à família do sargento da reserva da Marinha tailandesa, que infelizmente faleceu no curso da operação”, assinalou Nilson Pinto.

Japão

O presidente da CREDN solidarizou-se também com as vítimas das fortes chuvas no Japão que já mataram 190 pessoas e deixaram quase dez mil desabrigados. “O Brasil está atento também em relação aos seus nacionais que vivem no Japão e à disposição das autoridades daquele país para colaborar em tudo aquilo que possa minimizar o impacto dessa tragédia”, afirmou o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Rodrigo Bertoti

12 - Fundação UE – América Latina e Caribe passa na CREDN



Brasília – Com parecer do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou, em 08/08, o acordo que Institui a Fundação Internacional União Europeia – América Latina e Caribe (EULAC), assinado em Santo Domingo, em 25 de outubro de 2016.

Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – União Europeia, o deputado explicou que a Fundação EULAC foi criada por iniciativa da VI Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Europa, América Latina e Caribe, realizada em maio de 2010. A instituição iniciou formalmente suas atividades, em novembro de 2011, e funciona na cidade de Hamburgo, na Alemanha.

“Como todo e qualquer processo de intercâmbio e cooperação, a utilidade dessa nova fundação e os impactos resultantes de suas atividades dependerão das opções que os países cooperantes fizerem e das ações que desenvolverem de um e outro lado do Atlântico, assim como do respectivo processo de acompanhamento e avaliação, havendo previsão expressa de participação da sociedade civil nas atividades que venham a ser desenvolvidas”, explicou o parlamentar.

A Fundação União Europeia–América Latina e Caribe tem quatro parceiros estratégicos, que são o Instituto das Américas com sede em Paris, com reconhecida atuação no que concerne ao intercâmbio relativo à integração regional no contexto da globalização; a Região da Lombardia, na Itália, que tem liderado o campo das parcerias entre pequenas e médias empresas; a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com sede em Santiago, no Chile, com destacada liderança no campo de investimento, emprego e distribuição de renda; e a Fundação Global para a Democracia e Desenvolvimento (Funglode), sediada na República Dominicana, e atuação no campo das mudanças climáticas no Caribe.

“A Fundação EULAC promove o desenvolvimento de uma visão global conjunta, focada no futuro, com estratégias compartilhadas em ambas as regiões, além de dinamizar a parceria estratégica entre as duas regiões, encorajando e advogando a formulação e implementação de políticas e agendas conjuntas de ação”, explicou Barbosa.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Lúcio Bernardo Jr.

13 - Brasil e Austrália têm acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação aprovado



Brasília – O Acordo para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado entre Brasil e Austrália em Camberra, em 7 de setembro de 2017, foi aprovado na quarta-feira, 08/08, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com parecer do deputado Nilson Pinto (PSDB-PA).

O pretende promover a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase no desenvolvimento de programas de pesquisa conjunta científica e tecnológica; planos de trabalho e projetos que incluam o fornecimento de materiais e equipamentos de pesquisa; intercâmbio de estudantes, cientistas, pesquisadores, especialistas e acadêmicos; intercâmbio de informação no campo de ciência e tecnologia por meios eletrônicos; e a organização de seminários, conferências e oficinas de trabalho na área.

“Este acordo irá aprofundar a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre os dois países, o que proporcionará benefícios mútuos e constituirá uma ferramenta poderosa para aprimorar os padrões socioeconômicos de vida e promover a equidade social”, assegurou o deputado.

A implementação da cooperação se dará, do lado brasileiro, pelo ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, enquanto, no caso australiano, ficará a cargo do Departamento de Indústria, Inovação e Ciência, que serão os responsáveis pela ordenação e implementação do acordo.

Nilson Pinto entende que esta é uma parceria vantajosa em um ambiente propício para o incentivo à inovação, “com vistas a tirar proveito da rápida expansão do conhecimento científico e de seu impacto positivo como força transformadora capaz de sustentar o crescimento econômico”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luís Macedo

14 - CREDN aprova Moção de Repúdio à construção de muro entre EUA e México



Brasília – Por iniciativa dos deputados Henrique Fontana (PT-RS) e Paulo Teixeira (PT-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 08/08, Moção de Repúdio à construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

Segundo Fontana, “o afastamento americano de um dos seus maiores parceiros comerciais, o México, demonstra as contradições de um país que, um dia líder, hoje caminha para a decadência: enquanto o mundo busca integração, os Estados Unidos erguem uma barreira que deverá custar milhões ao país e transformam seu isolamento político em um isolamento físico”, afirmou.

O deputado também assinalou que “chegou-se a aventar a ideia de que o próprio México pagasse pela construção do malfadado muro, criando-se uma obrigação externa a partir de um fato inexistente e de uma promessa de campanha inexequível, a qual o presidente americano tenta, de forma antidemocrática, levar adiante”.

Na avaliação de Henrique Fontana, os mexicanos não representam um estorvo para os Estados Unidos. “Mexicanos imigrantes trabalham, pagam impostos e contribuem para o crescimento e o desenvolvimento humano e econômico na região da América”.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luis Macedo

15 - Aprovada Moção de Solidariedade à brasileira assassinada na Nicarágua



Brasília – No dia 23 de julho, a brasileira Raynéia Gabrielle Lima, de 31 anos, estudante de medicina, foi assassinada em Manágua, quando retornava de uma jornada de trabalho no Hospital da Polícia Nacional. Natural de Pernambuco, ela vivia há seis anos naquele país e é mais uma vítima da crise política que assola a Nicarágua.

Em apoio à família da jovem, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 08/08, Moção de Solidariedade encabeçada pelo seu presidente Nilson Pinto (PSDB-PA) e subscrita pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Nilson Pinto lembrou que o governo brasileiro, que já havia manifestado a sua preocupação com o desenrolar da situação interna nicaraguense, convocou, no dia 24 de julho, para consultas, o Embaixador Luís Cláudio Villafañe Gomez Santos. No mesmo dia, a Embaixadora da Nicarágua em Brasília, Lorena Martínez, foi chamada pelo Itamaraty para prestar esclarecimentos. Em 27 de julho, foi a vez do governo nicaraguense convocá-la para consultas.

Para os deputados, até o momento, as autoridades da Nicarágua ainda não responderam aos questionamentos do Brasil de forma satisfatória. O corpo de Raynéia foi enterrado no dia 3 de agosto na cidade de Paulista, Pernambuco.

“A repressão aos protestos populares já deixou mais de 350 mortos, de acordo com organizações humanitárias locais e internacionais. A escalada de violência contra a sociedade civil, com agressões físicas a eclesiásticos, jornalistas e defensores dos direitos humanos, é inaceitável”, afirmou Nilson Pinto.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

“Estudante do sexto ano de Medicina na Universidade Americana de Manágua, a pernambucana Raynéia Gabrielle Lima, que já trabalhava no Hospital da Polícia Nacional, foi brutalmente assassinada no dia 23 de julho, em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Reitor da Universidade Americana, Ernesto Medina, afirmou que o tiro que feriu mortalmente a brasileira, foi disparado por um “um grupo de paramilitares” no sul da capital Manágua. Raynéia sustentava os estudos fabricando e vendendo brigadeiros, trufas de chocolate e coco.

Trata-se de mais uma vítima de uma crise política que opõe estudantes e o governo sandinista do presidente Daniel Ortega. No dia 13 de julho, forças de segurança e paramilitares dispararam contra estudantes e civis alojados na Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua.

À família da brasileira Raynéia Gabrielle Lima, a quem a Universidade Americana fez questão de outorgar o Diploma de Medicina, a nossa solidariedade. E que o governo e a sociedade nicaraguense possam restabelecer a convivência pacífica, o funcionamento das instituições democráticas e o Diálogo Nacional”.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alex

16 - CREDN aprova emendas à lei orçamentária 2019 para a Defesa e Forças Armadas



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 10/10, quatro emendas ao Orçamento da União para 2019, destinadas ao ministério da Defesa e às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). As emendas serão agora apreciadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Para o ministério da Defesa, foram destinados R\$ 645 milhões para o projeto HX-BR de aquisição de 50 helicópteros para suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Marinha, Exército e Aeronáutica. De acordo com o MD, “o projeto tem o propósito de fomentar a indústria de asas rotativas no Brasil, possibilitando o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional”.

Um total de 12 empresas nacionais estão envolvidas na fabricação dos helicópteros, como subcontratadas ou beneficiárias de transferência de tecnologia. “A falta de recursos para este projeto pode ocasionar atrasos na aquisição, conforme o cronograma previsto em contrato, podendo gerar grandes prejuízos em função do descumprimento das obrigações contratuais”, informa o ministério da Defesa.

Marinha

Para a Marinha do Brasil, foi aprovada emenda no valor de R\$ 345 milhões para a construção de navios-patrolha de 500 toneladas. As embarcações serão utilizadas em missões de socorro e proteção da vida humana no mar, ações humanitárias em apoio às atividades de Defesa Civil e no resgate e evacuação de feridos no mar territorial brasileiro.

Exército

A aquisição de blindados Guarani para o Exército brasileiro motivou a aprovação de emenda no valor de R\$ 220 milhões. O projeto Guarani tem como objetivo ampliar a capacidade da Força Terrestre, dotando seu módulo principal de combate, a Brigada, da necessária mobilidade tática e estratégica. O Guarani também tem sido utilizado em ações de controle de ilícitos transfronteiriços como as operações Ágata.

Força Aérea

Para a Força Aérea Brasileira (FAB) foi aprovada emenda no valor de R\$ 600 milhões para atender ao projeto FX-2 de aquisição de aeronaves de caça, neste caso, o Gripen NG de fabricação sueca. Em 2014, o Brasil decidiu firmar contrato para a compra de 36 aeronaves que serão empregadas na defesa aérea do país.

São 28 unidades monoplaces (para um piloto) e oito biplaces (para dois tripulantes), estes sob responsabilidade do Brasil. O contrato e os acordos de compensação envolvem ainda o treinamento de engenheiros, pilotos e mecânicos brasileiros na Suécia, e, principalmente, a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras, em um investimento total de aproximadamente US\$ 4,8 bilhões.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

17 - Aprovado o Protocolo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais



Brasília – Com parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 31/10, o Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010.

O SGPC foi criado e conduzido pelo Grupo dos 77 (G77) da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento, tendo como fundamento jurídico a Cláusula de Habilitação do GATT 1947. “A princípio, o SGPC tem por objetivo promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento das três regiões anteriormente citadas, em benefício do comércio próprio e global. A intenção dos participantes é incrementar sua participação na economia mundial identificando complementaridades entre as suas economias”, explicou a deputada.

Bruna Furlan lembrou que o Acordo do SGPC foi concluído em 1988, conta atualmente com 43 países contratantes e entrou em vigor para o Brasil em 1991. Já o MERCOSUL aderiu ao acordo em 2001, passando a atuar como bloco no âmbito do SGPC.

Segundo ela, “a Rodada São Paulo foi lançada em junho de 2004 e surgiu com o propósito de revitalizar o SGPC fazendo uso de seu potencial como instrumento de promoção de relações econômicas entre países em desenvolvimento, aproveitando a percepção de que as rodadas anteriores deixaram espaços para adensar o fluxo comercial entre os países participantes e o potencial dos países em desenvolvimento como força dinâmica para o crescimento da economia e do comércio internacional”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

18 - Marinha terá competência sobre licenciamento e fiscalização dos meios navais e plantas nucleares embarcadas



Brasília – A Marinha do Brasil terá competência sobre licenciamento e fiscalização dos meios navais e plantas nucleares embarcadas para propulsão bem como o transporte do respectivo combustível nuclear. É o que prevê o Projeto de Lei 10.771 de 2018, do Executivo, que teve o seu parecer aprovado na quarta-feira, 28/11, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

O relator, deputado Carlos Zarattini (PT-SP) assinalou que “o Submarino com propulsão nuclear apresenta uma realidade não considerada, onde há utilização de um reator conjugado com uma embarcação, concluindo-se, portanto, que a segurança do conjunto depende de uma abordagem integrada, analisando-se a segurança do submarino e do reator”, afirmou.

Zarattini lembrou que o Programa Nuclear desenvolvido pela Marinha há mais de 30 anos tem como objetivo alcançar o domínio tecnológico para desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, com reator nuclear empregado para propulsão de submarinos. “Tal programa obteve para o país a capacidade de realizar todas as etapas do ciclo de combustível nuclear, associado à produção de energia nucleoe elétrica, angariando o reconhecimento da comunidade científica internacional”, observou.

Em cumprimento aos acordos internacionais celebrados entre o Brasil e a França, representada pela Marinha, firmou contrato, em 2008, para projetar e construir um submarino com propulsão nuclear, sendo necessária a construção do Complexo Naval de Itaguaí, iniciando-se assim, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos. Todas as instalações deste complexo estão sendo projetadas de acordo com as normas técnicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a fim de que seja obtida a licença de construção junto àquele órgão regulador.

“Entende-se que o licenciamento e a fiscalização do uso do material nuclear em meios navais passem a ser de competência da Comando da Marinha, sendo mantidas as normas de segurança pertinentes da CNEN, além das políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa”, destacou o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Banco de Imagens da Câmara

19 - Construção e reparo de embarcações poderá ter recurso do Fundo da Marinha Mercante



Brasília – A construção e reparo de embarcações destinadas à proteção do tráfego marítimo nacional poderá ter recursos financeiros do Fundo da Marinha Mercante. É o que prevê o Projeto de Lei 10.834 de 2018, do Executivo, aprovado na quarta-feira, 28/11, com parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

A matéria, originária do Comando da Marinha e encaminhada ao Ministério da Defesa foi objeto de análise, também, no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil obtendo manifestações favoráveis mediante a fundamentação de retomada do setor naval brasileiro.

“Não restam dúvidas de que a matéria é relevante, pois disciplina questões relativas a um setor estratégico para o Brasil — a indústria naval. Fundamenta-se na indiscutível necessidade de busca pela retomada dos períodos áureos do passado, reconduzindo o país a níveis aceitáveis de produção, visto que o setor de construção naval se trata de um vetor de desenvolvimento para o país, envolvendo diversos outros setores, como tecnologia e peças”, explicou a deputada.

Segundo ela, “a proposta visa reduzir os impactos da forte contração do setor de construção naval, decorrente da atual conjuntura econômica, sobretudo motivado pela crise do setor petrolífero, maior demandante da indústria naval. Assim, vislumbra-se a necessidade de revisão dos instrumentos de fomento à indústria naval e à Marinha Mercante brasileira, com a apresentação de uma proposta voltada para ampliar as possibilidades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante e incentivo à construção ou reparo de embarcações destinadas à proteção do Tráfego Marítimo Nacional”, destacou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Billy Boss

20 - Brasileiros poderão adquirir gás de cozinha nos países vizinhos



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 28/11, o texto do Projeto de Lei 9.633 de 2018, de autoria do deputado Moisés Diniz (PCdoB-AC) que autoriza os consumidores dos municípios de fronteira a comprarem gás de cozinha nos países vizinhos. A proposta recebeu parecer favorável do deputado Cabuçu Borges (MDB-AP).

Pelo projeto, as famílias residentes nos municípios da faixa de fronteira são autorizadas a comprar gás de cozinha nas cidades, vilas ou similares dos países vizinhos. No entanto, ressalta que os consumidores individuais somente poderão comprar o referido produto se formarem Consórcios de Consumidores, autorizados pelas Câmaras Municipais de Vereadores, e cumprirem as mesmas exigências de segurança e de transporte exigidos às distribuidoras de gás.

As prefeituras municipais ficarão responsáveis pelos trâmites jurídicos e diplomáticos junto ao Itamaraty e às embaixadas dos países revendedores do gás de cozinha, com o objetivo de auxiliar a constituição dos Consórcios de Consumidores. Diniz alega que um botijão de gás de cozinha no município boliviano de Cobija custa R\$ 30, enquanto no Brasil, do outro lado do Rio Acre, custa R\$ 80 reais, sendo que essa diferença absurda no preço do gás de cozinha vendido no Brasil e nos países vizinhos repete-se em todas as fronteiras do Brasil.

Cabuçu Borges, no entanto, observou que a melhor maneira de encaminhar a questão seria por meio da assinatura de acordos internacionais bilaterais com esses países vizinhos, viabilizando a criação desse regime especial de importação, a exemplo, dentre outros, do acordo entre o Brasil e a França para o Estabelecimento de um Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as Localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França)", assinado em 2014.

"Outra alternativa seria encaminhar a matéria conforme instrumentos internacionais já vigentes, como, por exemplo, o "Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia para a Criação dos Comitês de Fronteira Boliviano Brasileiros", de 2011", afirmou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Benjamim Sepulveda

21 - CREDN autoriza Exército a doar viaturas para o Paraguai



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados autorizou, em 28/11/2018, o Exército Brasileiro a doar 20 viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército paraguaio. Os laços de amizade no que tange à cooperação militar já vem acontecendo há alguns anos, o que é exemplificado pela doação de seis aeronaves brasileiras T-25 à Força Aérea Paraguaia.

De acordo com o ministério da Defesa, a decisão brasileira está sustentada na reafirmação da necessidade de intensificar ações cooperativas, de modo a apoiar os organismos do Estado responsáveis por reduzir as desigualdades econômicas e sociais na região; ressaltar as medidas de fomento da confiança mútua e a transparência em matéria de defesa, o que contribui para aumentar a estabilidade, salvaguardar a paz, a segurança regional e internacional, e consolidar a democracia; e promover uma eficaz cooperação bilateral na área de defesa, com base na consideração conjunta de questões de interesse mútuo, e preservando os canais de entendimento já existentes.

Pastor Eurico (PSB-PE), relator do Projeto de Lei, lembrou ainda que o Exército brasileiro, recentemente, adquiriu centenas de viaturas de emprego semelhante e desenvolve um programa estratégico de transformação de unidades motorizadas em unidades mecanizadas, por meio do uso de viaturas blindadas sobre rodas, o Guarani.

“Ações como essas, empreendidas pelo Brasil, reforçam nossa liderança na região do Cone Sul de nosso subcontinente; contribuem para a integração sul-americana consubstanciada em nossa Constituição; colabora para uma aproximação estratégica e geopolítica ainda mais reforçada entre os dois Estados, entre tantos outros benefícios de ordem diplomática que poderíamos relacionar”, destacou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

22 - Passa na CREDN o texto da Emenda de Kigali sobre a camada de ozônio



Brasília – Com parecer do deputado Cesar Souza (PSD-SC), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 28/11, o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016.

O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio foi aprovado em 1987 e promulgado pelo Brasil em 1990, e é o único tratado multilateral sobre temas ambientais cuja ratificação pode ser considerada universal e o Brasil é considerado um dos países modelo na implementação das diretrizes e compromissos assumidos neste tratado.

Cesar Souza explicou que os países pretendem restringir ainda mais os efeitos desses gases – ampliando a gama de substâncias a terem sua utilização restringida – tendo agora em conta não apenas a proteção da camada de ozônio, mas a redução do efeito estufa, do processo de aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas, fenômenos para os quais esses gases e substâncias contribuem negativamente.

“Este instrumento representa um esforço da comunidade internacional de enfrentar um dos maiores desafios contemporâneos da humanidade, constituído pelos fenômenos do aquecimento global e da mudança do clima. E o Brasil tem se destacado em iniciativas sobre o tema, não apenas como país adimplente em relação aos compromissos assumidos até esta altura, mas como nação líder na proposição e adoção de medidas e ações internacionais como o texto da Emenda de Kigali”, afirmou o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cláudio Araújo

23 - CREDN aprova texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo



Brasília – O texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo, aprovado durante a 94ª Conferência Internacional do Trabalho, assinado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados na quarta-feira, 28/11. O parecer é da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

A Convenção sobre Trabalho Marítimo, que entrou em vigor em 20 de agosto de 2013, exige que os Estados interessados em aderir a esse regime jurídico o façam por meio da “ratificação” do texto vigente da CTM, isto é, conforme o texto convencional consolidado com as emendas aceitas e vigentes no plano internacional.

Bruna Furlan salientou que “o trabalho no mar é atividade que envolve tipicamente perigo, isolamento e restrições. Como agravante dessas circunstâncias, os trabalhadores marítimos estiveram durante longo tempo desassistidos de qualquer instrumento legal internacional que garantisse sua proteção no patamar daquela a escudar, em geral, os trabalhadores em terra”, afirmou.

Além disso, observou a deputada, as relações de hierarquia, regras de convivência e direitos da tripulação estiveram por muito tempo amparadas tão somente em costumes marítimos e regulamentos nacionais esparsos e precariamente aplicados nas circunstâncias da navegação internacional.

“Nesse cenário de vulneração das condições de trabalho no mar, que hoje abrange mais de um milhão e meio de marítimos, deve-se reconhecer o relevante papel que tem desempenhado a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a missão de promover o trabalho decente, com base na igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho digno, livre e democrático por homens e mulheres, de toda e qualquer nacionalidade. Ao longo de seus quase cem anos de existência, a OIT editou dezenas de convenções e recomendações para o setor marítimo, buscando uniformizar as normas sobre trabalho marítimo e estabelecer patamares mínimos de proteção para esse grupo de trabalhadores”, destacou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alex Ferreira

24 - Aprovado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-MERCOSUL



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 28/11, parecer do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) favorável ao Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-MERCOSUL, assinado em Buenos Aires, em 7 de abril de 2017.

De acordo com Barbosa, “o que se espera é que essa nova tentativa dos membros do MERCOSUL em criar um arcabouço jurídico para favorecer o fluxo de investimentos intrabloco seja exitosa, lembrando que as tentativas anteriores fracassaram na esteira de iniciativas frustradas da última década de 90, pois tanto o Protocolo de Colônia (Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos), quanto o de Buenos Aires (Promoção e Proteção de Investimentos provenientes de Estados não-Partes), ambos de 1994, sequer entraram em vigor”, explicou.

O deputado ressaltou que o Protocolo ensejará, já a partir da implementação de sua primeira Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos, um ambiente de negócios intrabloco mais atrativo e seguro aos investidores dos Estados Partes, consolidando e intensificando o processo de integração do MERCOSUL.

Mais recentemente o Governo brasileiro retomou as tratativas para a assinatura de acordos de cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs), notadamente com países da América Latina e da África. Nesse novo cenário, foram assinados acordos com Peru, Moçambique, Angola, Etiópia, Maláui, Suriname, Chile, México, Colômbia – esses últimos fechando o ciclo com os países da Aliança do Pacífico –, muitos já encaminhados ao Congresso Nacional para ratificação. No momento, há tratativas com outros países como Índia e Marrocos visando à expansão da rede brasileira desses instrumentos.

O Brasil investe, agora, em uma rede de acordos com países com os quais não se espera uma acentuada assimetria no decorrente fluxo de investimento e países nos quais empresas brasileiras têm investido ou planejam investir maciçamente.

Segundo Eduardo Barbosa, “as avenças internacionais de promoção e proteção de investimentos constituem-se em instrumentos tendentes a promover o fluxo de investimentos, diretos ou de portfólio, e, ao mesmo tempo, prover segurança jurídica para os investidores estrangeiros contra os chamados riscos não comerciais. Esses instrumentos contemplam dispositivos que prescrevem acerca da não discriminação do investidor estrangeiro com relação aos investidores nacionais e aos demais estrangeiros; da transferência de recursos ao exterior; e dos mecanismos de solução de controvérsias que possam surgir no curso de suas vigências”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alex Ferreira

25 - Acordo Brasil – Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados é aprovado



Brasília – O Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados, assinado em Lima, em 1º de outubro de 2012, foi aprovado na CREDN com parecer favorável do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), na quarta-feira 12/12.

Por esse instrumento, os dois países se comprometem a colaborar, trocar informações e a utilizar as respectivas ferramentas legais disponíveis, nas esferas administrativa, cível e criminal, para implementar essa cooperação, em consonância com as suas respectivas normas internas e com aquelas abrigadas pelo Direito Internacional Público.

O deputado lembrou que este é um tema que preocupa a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), para quem “o tráfico ilícito de objetos culturais priva diferentes culturas da sua respectiva identidade e contribui para o tráfico ilícito e lucrativo, que ajuda a financiar o terrorismo e o crime organizado: É um problema que vem crescendo de forma sub-reptícia ao redor do mundo. Apenas para mencionar um exemplo, desde 2011, aproximadamente 25% dos sítios arqueológicos da Síria tinham sido saqueados”, diz a entidade.

Assim, com o intuito de unir esforços para a proteção dos respectivos acervos, Brasil e Equador estabeleceram normas de cooperação para a devida proteção de: objetos de arte e artefatos arqueológicos procedentes das culturas pré-colombianas de ambos os países, incluindo elementos arquitetônicos, esculturas, peças de cerâmica, trabalhos de metal, têxteis e outros vestígios da atividade humana ou fragmentos dela; objetos paleontológicos; objetos de arte e artefatos de culto religiosos da época colonial e republicana de ambos os países ou fragmentos dos mesmos; e antiguidades, tais como moedas, inscrições e selos gravados;

“Lamentamos, apenas, que tenha sido necessário mais de meia década para que o Poder Executivo encaminhasse ao Congresso Nacional iniciativa tão salutar”, afirmou o parlamentar.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

26 - Acordo Brasil – Vietnã de Serviços Aéreos é aprovado na CREDN



Brasília – O Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre o Brasil e o Vietnã firmado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 2 de julho último, por ocasião da visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro daquele país, Vuong Dinh Hue, foi aprovado na quarta-feira, 12/12, na CREDN com parecer da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

O acordo estabelece regulamentação abrangente sobre a prestação de serviços aéreos regulares internacionais, destinados ao transporte de passageiros e cargas entre os territórios do Brasil e do Vietnã, por empresas aéreas designadas pelos dois países. “A regulamentação dos mencionados serviços comporta, inclusive, o transporte aéreo até pontos “aquém” e “além” dos territórios dos dois países, bem com pontos intermediários, localizados em terceiros países, em conformidade às normas da Convenção sobre Aviação Civil Internacional”, afirmou a deputada.

Segundo ela, “como os demais “Novos Tigres Asiáticos”, o Vietnã passou a receber vultosos investimentos estrangeiros, principalmente por meio da atuação das empresas multinacionais e também de fábricas de peças ou até maquiladoras. As principais fábricas que se instalaram foram dos setores têxteis, alimentícios, de calçados, de brinquedos e também de materiais e produtos eletroeletrônicos”.

A celebração do acordo entre Brasil e Vietnã coaduna-se com o já avançado processo contínuo de progressiva integração daquele país com o Ocidente. “O estabelecimento de serviços aéreos regulares entre o Brasil e o Vietnã haverá, portanto, de favorecer e incrementar todas as formas de intercâmbio bilateral apontadas acima, inaugurando uma nova e promissora etapa do relacionamento entre os dois países”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Janine Moraes

27 - Adesão do Brasil ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura é aprovada



Brasília – A adesão do Brasil ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura foi aprovada na quarta-feira, 12/12, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com a ratificação do texto do Acordo Constitutivo, assinado em Pequim, em 29 de junho de 2015. Além do Brasil, outros 56 países assinaram o tratado e se encontram na condição de membros fundadores da instituição.

De acordo com o relator da matéria, deputado Rubens Buenos, “o banco tem como objetivos principais, promover o desenvolvimento econômico e sustentável, criar riqueza e melhorar a conectividade da infraestrutura na Ásia mediante investimentos em infraestrutura e em outros setores produtivos; e promover a cooperação e a parceria regionais para enfrentar os desafios de desenvolvimento, por meio de estreita colaboração com outras instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento”, explicou.

Bueno explicou que os membros regionais perfazem US\$ 75 bilhões em subscrições de capital, sendo os maiores valores relativos a China (US\$ 29,78 bilhões), Índia (US\$ 8,36 bilhões) e Rússia (US\$ 6,53 bilhões). Já os membros não regionais, somam US\$ 25 bilhões, constando os maiores valores de subscrições para Alemanha (US\$ 4,48 bilhões), França (US\$ 3,37 bilhões) e Brasil (US\$ 3,18 bilhões).

O Brasil pediu a extensão do prazo de ratificação do acordo até 30 de junho de 2019 para ingressar na condição de membro fundador.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Agência Câmara

28 - África: CREDN aprova acordos com Costa do Marfim e Etiópia



Brasília – Com parecer do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou dois acordos com países africanos na quarta-feira, 12/12: Serviços Aéreos com a Costa do Marfim e Cooperação e Facilitação de Investimentos e Comércio com a Etiópia.

De acordo com o deputado, o texto do acordo de serviços aéreos segue a mesma linha dos anteriores acordos de “céus abertos” e pretende fortalecer o relacionamento bilateral com a Costa do Marfim. O instrumento foi firmado em Abidjã, em 13 de outubro de 2017. “Trata-se de um acordo que irá incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países, consequências esperadas do estabelecimento do marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e da Costa do Marfim, e para além desses, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação”, explicou.

Já com a Etiópia, foi aprovado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, assinado em Adis Abeba, em 11 de abril de 2018. “Este acordo irá incentivar o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco institucional para a gestão de uma agenda de cooperação e de facilitação de investimentos, assim como a instituição de mecanismos voltados à redução de riscos e à prevenção de disputas”, adiantou Nelson Pellegrino.

Para atingir seus objetivos, o acordo institui um mecanismo de diálogo intergovernamental, a ser desempenhado por um Comitê Conjunto bilateral, que contará com o apoio dos Pontos Focais Nacionais ou “ombudsman”. Entre outras atribuições, o Comitê Conjunto deverá supervisionar a implementação do pactuado, coordenar a implementação das agendas para a cooperação e facilitação de investimentos acordados, e buscar resolver, de maneira amigável, as disputas relativas a investimentos realizados sob o manto do tratado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luis Macedo

29 - Aprovado acordo de Tratado de Extradução Brasil - Áustria



Brasília – O texto do Tratado de Extradicação firmado entre Brasil e Áustria, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 2014, foi aprovado na quarta-feira, 12/12, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

O parlamentar lembrou que o Brasil possui atualmente uma rede de acordos de extradicação específicos compreendendo cerca de trinta instrumentos bilaterais e três multilaterais, sendo que dois destes foram firmados no âmbito do MERCOSUL. “E o Governo brasileiro tem procurado expandir essa rede de acordos, tendo sido um tanto frequente a apreciação por parte desta Comissão de tais instrumentos, como os acordos firmados com China e Índia”, comentou.

Os acordos de extradicação são tradicionais instrumentos de cooperação internacional, majoritariamente bilaterais, complementados por avenças multilaterais específicas ou ainda por dispositivos de outros acordos multilaterais de cooperação em matéria penal, como bem exemplificam a Convenção de Palermo - Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, de 2000 -, e a Convenção de Mérida - Convenção da ONU contra a Corrupção, de 2003.

Segundo Abi-Ackel, “a dinâmica das relações internacionais atual, com fluxo crescente de pessoas e bens através das fronteiras nacionais, tem demandado do Governo brasileiro esforços no sentido de se constituir uma extensa rede de acordos de cooperação jurídica internacional”, explicou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luis Macedo

30 - Brasil e EUROPOL têm acordo de cooperação aprovado na CREDN



Brasília – As relações de cooperação entre o Brasil e o Serviço Europeu de Polícia (Europol) e o Brasil tendem a se aprofundar com a aprovação do acordo de Cooperação firmado em Haia, em 11 de abril de 2017. O texto visa contribuir para a prevenção e o combate ao crime organizado, ao terrorismo e a outras formas de crime internacional.

Para tanto, prevê o intercâmbio de informações operacionais, estratégicas e técnicas entre a Europa e o Brasil, inclusive por meio da designação de pontos de contato e de oficiais de ligação. O acordo não abrange o intercâmbio de dados pessoais. O relator da matéria, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG),

Segundo ele, “o Acordo será um poderoso instrumento de combate ao crime organizado transnacional ao estreitar os laços entre o Brasil e a União Europeia nesse terreno, possibilitando o cerco internacional às raízes criminais. É possível concluir que esse ato internacional, em sua essência, representa medida essencial para o combate ao crime organizado na sua feição internacional”, afirmou em 12/12.

O ponto central de contato entre a Europol e outras autoridades competentes do Brasil, é o Serviço de Cooperação Policial Internacional da Polícia Federal. “Importante destacar que o acordo prevê o intercâmbio de informações operacionais, estratégicas e técnicas entre a Europa e o Brasil, que terá impacto na neutralização das organizações do crime organizado transnacional”, destacou o deputado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luis Macedo

31 - Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados é aprovada



Brasília – A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986, foi aprovada pela CREDN na quarta-feira, 12/12, com parecer favorável do deputado Claudio Cajado (DEM-BA).

“Essa Convenção não se encontra ainda em vigor, contudo há de se considerar que seus dispositivos contemplam regras que já vigem no plano internacional como normas do direito, fato reconhecido na prática da diplomacia brasileira”, disse o parlamentar.

Dos instrumentos relativos ao direito dos tratados, resta apenas ao Brasil a ratificação e a internalização desta Convenção. A aprovação da Convenção de Viena de 1986 é um marco na história da codificação do direito dos tratados e fecha um ciclo de participações brasileiras na negociação e ratificação dos principais instrumentos desse regime jurídico.

Com a ratificação brasileira à Convenção de 1986, que se somará para aproximar o instrumento do quórum de 35 países necessário a sua entrada em vigor, o Brasil contribuirá para sedimentar as regras que regem a processualística e a aplicação de tratados entre Estados e organizações internacionais e entre organizações internacionais, conferindo-lhe segurança jurídica e estimulando o incremento da cooperação internacional nessa modalidade de vínculo jurídico, que abarca uma maior diversidade de sujeitos de direito internacional e mecanismos de governança para além do Estado nacional.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Lúcio Bernardo Jr.

32 - CREDN aprova Acordo de Serviços Aéreos Brasil – Guatemala



Brasília – Com o objetivo de fortalecer o turismo e os negócios bilaterais entre Brasil e Guatemala, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou na quarta-feira, 12/12, o Acordo de Serviços de Transportes Aéreos firmado entre os dois países em outubro do ano passado, em Brasília. O relator da matéria, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), destacou que o texto se insere no rol dos acordos ditos de “céus abertos” que o Brasil tem firmado com diferentes nações.

Segundo ele, “este acordo revela-se oportuna e certamente propiciará a intensificação do intercâmbio entre Brasil e Guatemala, favorecendo as relações comerciais, o ambiente de negócios empresariais e o setor de turismo. Hoje, esse intercâmbio comercial é modesto e altamente superavitário do lado brasileiro”, afirmou.

De acordo com dados do governo brasileiro, em 2017, a corrente de comércio totalizou cerca de US\$ 298 milhões e, de janeiro a outubro deste ano, ela já atingiu um montante próximo dos US\$ 213 milhões. “O Brasil mantém relações cordiais com a Guatemala há mais de um século, com significativo aprofundamento a partir de meados dos anos 2000. Os contatos políticos e econômicos se intensificaram em diversas áreas, com destaque para a participação brasileira em projetos de infraestrutura e de telecomunicações guatemaltecos, para a cooperação técnica e humanitária e para o entendimento no campo multilateral”, explicou o deputado.

De 2007 a 2013, 55 acordos de serviços aéreos foram negociados, dos quais 21 são novos e 34, renegociações de acordos já existentes, o que responde, em parte, pelo grande número de acordos dessa natureza que têm sido submetidos à apreciação da CREDN. Somente nos três últimos anos, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional cerca de 30 mensagens relativas a acordos de serviços aéreos para fins de aprovação legislativa.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

33 - CREDN aprova Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear



Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 12/12, o texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda, ocorrida em 2005, em Viena. O relator, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou que “o principal foco da Convenção é a proteção física do material nuclear usado para fins pacíficos durante o seu transporte internacional, mas ele não abrange a proteção das instalações nucleares ou do material nuclear usado em âmbito interno dos países”.

Até o momento, 157 Estados são signatários da Convenção, tendo a última alteração ocorrido em 19 de junho de 2018. “A segurança de material nuclear e das instalações nucleares é assunto tão delicado, quanto complexo. Merece, certamente, ser aprofundado e debatido nesta Casa, antes e após a tramitação legislativa da proposição em pauta”, defendeu o deputado.

No dia 7 de novembro, a CREDN realizou audiência pública por mais de duas horas para debater com representantes de seis diferentes segmentos envolvidos, direta ou indiretamente, com a segurança nuclear. Para o deputado, o Congresso Nacional tem o poder-dever de aprofundar as reflexões e continuar a tarefa de examinar quais são as lacunas, seja de ordem normativa, seja de aplicação da legislação existente, que devem ser enfrentadas para que a segurança física do material nuclear possa ser aprimorada.

Segundo ele, “há gargalos nesse processo interno de fiscalização e controle da segurança física do material nuclear, que devem ser melhor avaliados, analisados e equacionados, inclusive revendo-se os recursos materiais e humanos para tanto disponibilizados no território nacional. Nesse sentido, devemos ser sensíveis aos alertas que então foram feitos”, assinalou.

Na avaliação de Chinaglia, “a segurança física do material nuclear poderia ser, inclusive, um excelente tema para o desenvolvimento de estudo específico por parte do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, no sentido de sensibilizar a Casa para matéria tão relevante”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Gustavo Lima

34 - CREDN aprova o acordo de adesão do Brasil à Aliança Solar Internacional



Brasília – Com parecer favorável do deputado Miguel Haddad (PSDB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 12/12, o texto do Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ISA, em inglês), assinado em Nova Delhí, na Índia, em 15 de novembro de 2016.

A Aliança Solar Internacional foi instituída com o propósito de auxiliar os países membros no enfrentamento de desafios comuns para a difusão da energia solar. Para tanto, tem como princípios norteadores, a possibilidade de que os países membros empreendam ações coordenadas, por meio de Programas e atividades de base voluntárias, com foco na harmonização e na agregação de demanda para, dentre outros, financiamento, tecnologias, inovação, pesquisa e desenvolvimento, bem como capacitação, sempre no campo da energia solar.

Além disso, pretende estabelecer cooperação com organizações internacionais, entidades públicas e privadas e com países não membros da ISA, compartilhar e atualizar informações sobre suas necessidades e objetivos, medidas e iniciativas domésticas.

“Este documento manifesta a convicção de que a energia solar proporciona aos países ricos em energia solar – que se estendem, total ou parcialmente, entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio – uma oportunidade sem precedentes para gerar prosperidade, segurança energética e desenvolvimento sustentável para os povos”, afirmou o deputado.

O Governo da Índia fará um aporte de recursos de US\$ 27 milhões, para a criação de capital, construção de infraestrutura e despesas recorrentes ao longo de cinco anos de duração, de 2016-17 a 2020-21. Também haverá aporte de empreendimentos do setor público do Governo indiano, quais sejam a Corporação de Energia Solar da Índia (SECI, na sigla em inglês) e a Agência de Desenvolvimento de Energia Renovável da Índia (IREDA, também na sigla em inglês), cada uma fazendo um aporte de US\$ 1 milhão para o Fundo de Capital da ASI.

A Aliança Solar Internacional, composta por um grupo de 121 países ricos em energia solar, foi formalizada por um acordo-quadro assinado em Nova Délhi, em 15 de novembro de 2016, para o estabelecimento da chamada Aliança Solar Internacional.

Foi anunciada, em 2015, durante a Conferência de Paris sobre Mudanças Climáticas, pelo Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi e pelo então Presidente francês François Hollande. A ASI adquiriu o status de organização internacional em dezembro de 2017, com a entrada em vigor do instrumento na ordem internacional.

A instituição está sediada em Gurugram, na Índia, e tem o objetivo de disponibilizar mais de 1.000 gigawatts de energia solar e movimentar mais de 1 bilhão de dólares em energia solar até 2030, “facilitando e acelerando o emprego em larga escala de energia solar em países em desenvolvimento, de modo a suprir demandas prementes de energia e ajudar a combater ao aquecimento global”, explicou Miguel Haddad.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Billy Boss

35 - CREDN aprova três acordos de Cooperação com a República Dominicana



Brasília – No que depender da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, as relações bilaterais do Brasil com a República Dominicana serão amplamente fortalecidas e ampliadas. Na quarta-feira, 12/12, a CREDN aprovou três acordos com o país caribenho: Defesa, Serviços Aéreos e Isenção de Vistos.

Com parecer do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), foi aprovado o acordo de Serviços de Transportes Aéreos. “Com a aprovação deste Acordo, daremos mais um passo em direção ao maior estreitamento nas relações entre os dois países, que já tem procurado o incremento no diálogo bilateral e na cooperação mútua. Neste ponto, citamos a manutenção de programa de Cooperação Técnica em áreas como meio ambiente, saúde, segurança, capacitação profissional e educação”, assinalou.

O deputado afirmou ainda que o acordo permitirá o fortalecimento do turismo entre os dois países, com impacto direto nas respectivas economias. Ele destacou ainda que “a política de “céus abertos” prevê a liberalização de normas e regulamentos sobre os serviços de transporte aéreo internacional em variados graus, permitindo, em regra, liberdade de mercado na determinação da frequência, capacidade e escala de voos, nos preços e tarifas aéreas e no compartilhamento de voos”.

Isenção de Vistos

Na mesma linha de fortalecer o relacionamento bilateral em todas as áreas, a CREDN aprovou ainda o Acordo sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios, matéria relatada pela deputada Rosangela Gomes (PRB-RJ). Despontando como a segunda maior economia do Caribe, a economia dominicana tem mantido taxas médias de crescimento expressivas, chegando a 4,9% nos últimos dez anos.

“Anteriormente dependente da exportação de commodities agrícolas, especialmente açúcar, cacau e café, a economia desse país caribenho tem se diversificado, abrangendo sobretudo o setor de serviços — com destaque para o turismo, as telecomunicações e as finanças — e de manufaturas. Vale sublinhar que a República Dominicana é o destino mais visitado do Caribe, haja vista a grande diversidade geográfica e biológica do país, com belas praias, florestas e montanhas, além de famosos campos de golfe”, explicou.

A deputada lembrou ainda que nos últimos anos as relações bilaterais têm assistido a um notável adensamento, com visitas de alto nível a refletir a aproximação entre as duas nações. “Aspecto relevante da relação é o Programa de Cooperação Técnica, em áreas como meio ambiente, saúde, segurança, capacitação profissional e educação. Nesse aspecto, é digna de relevo a atuação do Centro Cultural Brasil-República Dominicana, que já formou mais de 600 alunos em cursos de português”, concluiu.

Defesa

Também na quarta-feira, 12, a CREDN aprovou o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e República Dominicana, que tem por objetivo a promoção da cooperação em Defesa, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa; intercâmbio de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira; intercâmbio de conhecimentos em assuntos de segurança; intercâmbio de conhecimentos na área de ciência e tecnologia; promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e o correspondente intercâmbio de informações; colaboração em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares; e outras áreas no domínio da Defesa que possam ser de interesse comum.

O relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), afirmou que “de uma forma geral, a cooperação entre os Estados da América Latina e do Caribe em relação à Defesa é salutar e encontra amparo legal e constitucional. É bom lembrar que, para o ministério da Defesa, o Brasil desenvolve parcerias estratégicas com nações de todos os continentes, em diferentes áreas de atuação da Defesa. As atividades abrangem desde o intercâmbio em escolas militares até discussões importantes sobre segurança internacional, permeando um amplo leque de temas de interesse”.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cleia Viana

36 - Passa na CREDN o Acordo de Cooperação em Defesa Brasil – Angola



Brasília – O Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa firmado entre Brasil e Angola, em Brasília, em 23 de junho de 2010, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer do deputado Márcio Marinho (PRB-BA), na quarta-feira, 12/12. A proposta irá promover a cooperação em assuntos de defesa, especialmente nas áreas de formação militar, ciência e tecnologia de defesa, operações de paz, exercícios militares conjuntos, saúde e assistência médica, educação e treinamento militar.

“Este acordo respeita o princípio da reciprocidade e vai totalmente ao encontro da nossa Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, que estabelecem o objetivo da busca por parcerias estratégicas, com o objetivo de ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio”, disse o deputado.

A cooperação entre os dois países prevê a realização de visitas mútuas, de delegações de alto nível, a entidades civis e militares; a realização de reuniões entre instituições de defesa equivalentes; a formação de quadros e pessoal técnico-militar, nos estabelecimentos de ensino militares; o intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; a promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informação; a participação em cursos teóricos e práticos, estágios, conferências, seminários, debates e simpósios de interesse da defesa; a consultoria no domínio da potenciação, emprego do armamento e técnica militar, bem como outras áreas de interesse militar e técnico-militar, entre outras. Para tanto, será criado o Comitê Conjunto de Cooperação de Defesa Angolano-Brasileiro.

Segundo Marinho, “este acordo inscreve-se no marco da prioridade africana da Política Externa Brasileira e segue a orientação estratégica de intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, como preconiza a nossa Política Nacional de Defesa”.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Alex Ferreira

37 - Projeto que proíbe a concessão de vistos e permite a expulsão de estrangeiros passa na CREDN



Brasília – O Projeto de Lei que proíbe a concessão de visto e determina a expulsão de estrangeiro condenado ou acusado em outro país da prática, participação ou financiamento de atos terroristas, foi aprovado na CREDN na quarta-feira, 12/12, com parecer do deputado Rubens Bueno (PPS-PR). A proposta é do deputado Roberto de Lucena (PODE-SP) e foi apresentada em 2011.

Lucena argumenta que o Estatuto do Estrangeiro não esclarece o destinatário da norma jurídica: se os condenados ou acusados de terrorismo devem ter o visto de entrada negado, ou se essas pessoas são passíveis de expulsão caso já tenham ingressado no território nacional. “A luta dos Estados no sentido de combater e punir atos terroristas tem sido árdua e constante desde as primeiras décadas do século passado, sendo certo que, após os atentados de 11 em setembro de 2001, essa luta tornou-se ainda mais vigorosa, em razão das proporções do dano causado e do grande número de vítimas”, afirmou Rubens Bueno.

O projeto proíbe a concessão de visto de entrada ao estrangeiro acusado ou condenado em outro país de prática, participação, direta ou indireta, ou de financiamento de atos terroristas; e tornar passível de expulsão, após o devido processo legal, do estrangeiro acusado ou condenado em outro país de prática, participação, direta ou indireta, ou de financiamento de atos terroristas.

Rubens Bueno revelou ainda que, “ao contrário do revogado Estatuto do Estrangeiro, que silenciava sobre o tema, a Lei de Migração, de 2017, impede a entrada no território nacional de pessoa condenada ou que esteja respondendo a processo por ato de terrorismo. Verificada essa hipótese, a lei vigente impõe a repatriação, que é a medida administrativa concernente à devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Assessoria PPS

38 - Nilson Pinto faz avaliação positiva dos trabalhos da CREDN e destaca contribuição ao futuro governo



Brasília – O deputado Nilson Pinto fez uma avaliação positiva dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que preside, e destacou a importante contribuição ao futuro governo. “Compilamos um documento com propostas objetivas para as áreas de Política Externa, Defesa e Inteligência, para ser entregue ao presidente eleito e à sua equipe. Trata-se de uma contribuição da CREDN, da qual Bolsonaro sempre foi membro, à formulação das políticas que serão implementadas a partir de 1º de janeiro nessas áreas”, explicou.

O documento, de 14 páginas, é resultado do Seminário “Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil”, promovido pela Comissão no dia 21 de novembro. O evento reuniu especialistas com renomada experiência nas três áreas e foi prestigiado por mais de 30 delegações estrangeiras, militares das Forças Armadas, diplomatas, empresários, acadêmicos e técnicos de diversos órgãos públicos.

Além desse trabalho, Nilson Pinto destacou ainda a importância dos debates acerca dos 40 anos do Tratado de Cooperação Amazônica, que também serviu para a identificação dos gargalos estratégicos, sociais e de segurança que os oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) terão de lidar. Esta agenda foi discutida em seminário que a CREDN realizou em julho deste ano e que contou com a participação de representantes dos diversos países amazônicos.

Segundo ele, “temos que seguir no caminho do fortalecimento dessa organização e das demais entidades de cooperação Pan-Amazônica. Somente a união e a integração irão favorecer os objetivos do desenvolvimento humano dos povos da região com responsabilidade socioambiental e sustentabilidade”, afirmou.

O deputado acrescentou que, entre os meses de abril e dezembro, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou um total de 16 reuniões deliberativas, aprovando 30 requerimentos, 11 sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e 4 à Lei Orçamentária Anual (LOA), além de 43 proposições, incluindo 29 acordos internacionais, 3 projetos de decreto legislativo e 11 projetos de lei.

No mesmo período, 7 audiências públicas foram realizadas cobrindo temas de Relações Exteriores, Defesa Nacional e Inteligência, nas quais participaram ministros de Estado, oficiais gerais das Forças Armadas, diplomatas, gestores públicos, pesquisadores e acadêmicos.

Nilson Pinto também proferiu duas palestras sobre o papel desempenhado pela CREDN e seus reflexos para as Forças Armadas, dirigidas aos oficiais superiores e alunos da Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Guerra Naval (EGN) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). “Além disso, recebemos 27 embaixadores estrangeiros e duas delegações parlamentares internacionais, fortalecendo a Diplomacia Parlamentar e ampliando o foco de atuação dos diferentes grupos de amizade”, assinalou.

“Na nossa avaliação, a Comissão encerra os seus trabalhos com um saldo extremamente positivo, apesar de ter sido um ano curto, devido às eleições gerais. Mas, esse trabalho só foi possível graças ao esforço e à participação ativa de cada um dos membros da CREDN, além da equipe da sua secretaria, sempre à disposição para ajudar a viabilizar as diversas ações do colegiado”, concluiu.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Cléia Viana \ Acervo \ Câmara dos Deputados